



RELATÓRIO ANUAL 2024



Sumário

- 3 [Carta do presidente](#)
- 4 [Perspectivas](#)
- 5 [Missão, visão e valores](#)
- 6 [Nossos projetos](#)
- 7 [Em números](#)
- 9 [Nossas conexões](#)
- 10 [Linhas temáticas](#)
- 11 [Objetivos e contribuições](#)
- 13 [Em 2024](#)
- 15 [O FUNBIO](#)
- 15 [Como trabalhamos](#)
- 16 [Doadores 2024](#)
- 17 [Organograma](#)
- 18 [Governança](#)
- 19 [Transparéncia](#)
- 20 [Comitê de ética](#)
- 21 [Políticas de salvaguarda](#)
- 22 [Agências Nacionais FUNBIO](#)
- 23 [Quem somos](#)
- 25 [Diversidade na conservação](#)
- 27 [Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro](#)
- 32 [FUNBIO na COP16 – Cali](#)

34 PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES

- 35 [Floresta Viva](#)
- 38 [ARPA](#) PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA
- 41 [COPAÍBAS](#) COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO
- 44 [GEF Mar](#) PROJETO ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS
- 47 [Fundo Marinho](#) novo
- 47 [Fundo Global para Recifes de Corais](#)
- 48 [Marés do Norte](#) novo
- 48 [POP Sítios Ramsar](#)
- 49 [GEF Terrestre](#) ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL
- 52 [ARCA](#) ÁREAS PROTEGIDAS DA CAATINGA novo

- 53 [Probio II](#) FUNDO DE OPORTUNIDADES DO PROJETO NACIONAL DE AÇÕES INTEGRADAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA BIODIVERSIDADE
- 53 [DataClima+](#) novo
- 54 [Amazônia Viva](#)
- 57 [REM MT](#) PROGRAMA GLOBAL REDD EARLY MOVERS (REM) – MATO GROSSO
- 60 [Fundo Kayapó](#)
- 61 [Mata Atlântica III](#) BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA MATA ATLÂNTICA
- 64 [Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado \(Fase V e Fase VI\)](#) PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO

- 66 [CITinova II](#) PROMOÇÃO DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO INTEGRADO E DE INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA URBANA INOVADORA NO BRASIL
- 67 [Fundo Abrolhos Terra e Mar](#)
- 68 [Rede Oceano Limpo](#)
- 69 [POP ICMBio](#)
- 70 [POP Ibama Sancionador](#)
- 70 [POP SMC](#) novo
- 71 [POP SEDC](#) novo
- 72 [Fundo Catalizador da Agenda Fundiária](#) novo
- 72 [Fundo Descarbonização](#) novo
- 73 [Consórcio Amazônia Legal](#) CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

74 PROJETOS COM RECURSOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

- 75 [Educação Ambiental](#) IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA VOLTADOS PARA A QUALIDADE AMBIENTAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- 77 [Pesquisa Marinha e Pesqueira](#) PROJETO DE APOIO À PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 79 [Apóio a UCs](#) CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COSTEIRAS E ESTUARINAS DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO
- 81 [Biodiversidade Litoral do Paraná](#)
- 83 [TAC Alsub](#) TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ALMOXARIFADOS SUBMARINOS

- 85 [Biodiversidade Rio Doce](#)
- 87 [TAC Coral-Sol](#)
- 88 [TCSA Porto Sul](#) TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PORTO SUL
- 89 [G7 Parques Nacionais](#) novo
- 89 [Reabilita CETAS](#) novo

90 PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

- 91 [Fundo da Mata Atlântica \(FMA-RJ\)](#) MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- 93 [Fundo da Amazônia Oriental](#)

95 AGÊNCIA GEF FUNBIO

- 96 [Pró-Espéries](#) PROJETO ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO
- 98 [Baru da Chapada](#) CERRADO EM PÉ COM GERAÇÃO DE RENDA: A CADEIA PRODUTIVA DO BARU COMO ALIADA DA BIODIVERSIDADE E DOS POVOS TRADICIONAIS
- 100 [VWY Ipuranguete](#) CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TERRAS INDÍGENAS novo
- 101 [Conecta Caatinga](#) novo

102 AGÊNCIA GEF FUNBIO

- 103 [Readiness AND](#) novo
- 103 [Readiness Oceanos](#) novo

104 Créditos

Entusiasmo, foco e pessoas

Em 2024, foi com alegria que recebi o convite para retornar à direção do Conselho Deliberativo do FUNBIO. Iniciativas que vi serem pensadas em minha passagem anterior pela instituição se transformaram em projetos com números que explicitam resultados positivos. Outras se expandiram e ganharam mais parceiros, novos braços foram lançados em direções que acompanham as rápidas mudanças no mundo. Evidências de um amadurecimento institucional, resultado dos quase 30 anos de dedicação do FUNBIO à conservação da biodiversidade.



ÁLVARO DE SOUZA

Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

Carta do presidente

Este relatório anual destaca as principais conquistas dos quase 50 projetos sob gestão do FUNBIO em 2024, dos quais mais de dez anunciados nesse período. Convido-os a lerem e conhecerem esse trabalho movido por entusiasmo, planejamento, foco e, acima de tudo, pessoas.

Em 2024, dois programas, o COPAÍBAS e o GEF Terrestre, apoiaram, juntos, a criação de 19 reservas particulares (RPPNs), uma expressiva contribuição para o fortalecimento das áreas protegidas no Pantanal, no Cerrado e na Caatinga. Este último, o bioma que está no centro de um dos primeiros projetos aprovados pelo novo Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês). Das três propostas selecionadas para inaugurar as atividades do GBFF, duas foram criadas pelo FUNBIO, o que nos traz a segurança de estarmos atentos e alinhados com as prioridades da urgente agenda de conservação e desenvolvimento sustentável.

O ano de 2024 consolidou ainda mais nossa parceria com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) no programa de apoio a jovens pesquisadores. Os nove primeiros selecionados na primeira edição conjunta do Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro com o Fonseca Leadership Program iniciaram suas pesquisas de campo ao mesmo tempo que, em junho, foi lançada a segunda chamada da iniciativa.

Ainda sobre novas parcerias, firmamos um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público do Amazonas, que se soma a parcerias semelhantes com os Ministérios Públicos do Pará, em 2023, e do Maranhão, em 2022. Resultados tangíveis das parcerias são publicações sobre temas como mercado de carbono, fruto de discussões que reúnem advogados públicos e representantes da sociedade civil para troca de informações e busca de soluções para desafios enfrentados na maior floresta tropical do planeta. Os ricos debates também têm como parceiro o Fórum de Procuradores de Estado do Meio Ambiente da Amazônia Legal.

Como mecanismo financeiro que propõe alianças e inovação em prol da conservação ambiental, foi também com satisfação que recebemos a adesão da International Finance Corporation (IFC), parte do Grupo Banco Mundial, ao Amazônia Viva. Uma iniciativa de *blended finance* em parceria com Natura e Vert que financia cadeias produtivas de comunidades e agricultores familiares da Amazônia.

Nossos resultados nos trazem a certeza de que, quando 2024 tiver se tornado um passado distante, lembraremos desses 12 meses como um tempo em que nosso trabalho contribuiu concretamente para a conservação do futuro.

Ações que se somam

Recordes climáticos registrados em 2024 tornaram o ano passado o mais quente da história, segundo a Organização das Nações Unidas. Os números se traduziram em secas, chuvas e fogo históricos, popularizaram a expressão “refugiados climáticos” e impactaram vidas em todo o planeta.



ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária-geral do FUNBIO

Perspectivas

Agir já, portanto, é fundamental para assegurar o amanhã. Por isso, propor e gerar estratégias cada vez mais ágeis e efetivas de conservação e financiamento socioambiental é uma prioridade. No ano que precede a celebração de nossas três décadas de atuação e que marca a primeira COP do clima no Brasil, mais do que nunca, o foco em resultados tangíveis é o que guia o FUNBIO.

Nessa jornada, diferentes abordagens se confirmam efetivas: a complementariedade, por exemplo. Nos últimos meses, o anúncio de dois novos projetos na Caatinga ilustra isso: semiárido biodiverso, com percentual expressivo de espécies que apenas lá são encontradas, é também um bioma sobre o qual paira o risco de desertificação. A Caatinga receberá, a partir deste ano, recursos para fortalecer Unidades de Conservação (UCs) do novo Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês). O projeto do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que tem o FUNBIO como gestor, ganhou poucos meses depois um reforço graças à aprovação de outra iniciativa, que financiará a conexão entre as UCs, gerando corredores de biodiversidade. A sincronia temporal e o volume de recursos para ações que se somam é um esforço chave para o sucesso da conservação.

Complementariedade também é o que guia a lógica de futuras iniciativas que, nos próximos anos, deverão fortalecer apoio a comunidades em Unidades

de Conservação, ampliando e mobilizando tradicionais e novos doadores. Em quase 30 anos, já apoiamos mais de 400 UCs no Brasil, e a relação entre os que nelas vivem e a conservação da biodiversidade é evidente. É da própria floresta que vem a vida que viabiliza os modos de existência da floresta, numa relação de total complementariedade.

É, portanto, lógico e importante pensar em perspectiva sobre acesso a tecnologias, que nos últimos anos aceleraram e conectaram o mundo. Conectar é aumentar o alcance do conhecimento e da informação, fundamentais para a conservação ambiental.

Nos meses que precedem o encontro histórico representado pela COP30 do Clima, em Belém, temos a oportunidade de pensar no estado do mundo, no alcance de iniciativas locais, regionais e globais, e trabalhar para criar e fortalecer conexões. Um planeta em que ideias, tecnologias e recursos se entrelaçam de modo complementar traz a perspectiva de um futuro com soluções mais efetivas. É uma oportunidade que temos o dever de não desperdiçar.

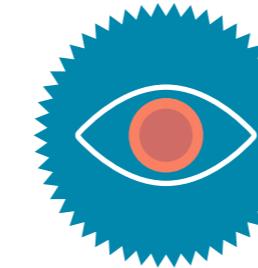
Missão, visão, valores

MISSÃO



Aportar **recursos estratégicos** para a **conservação da biodiversidade**

VISÃO



Ser referência na **viabilização de recursos estratégicos e soluções para a conservação da biodiversidade**

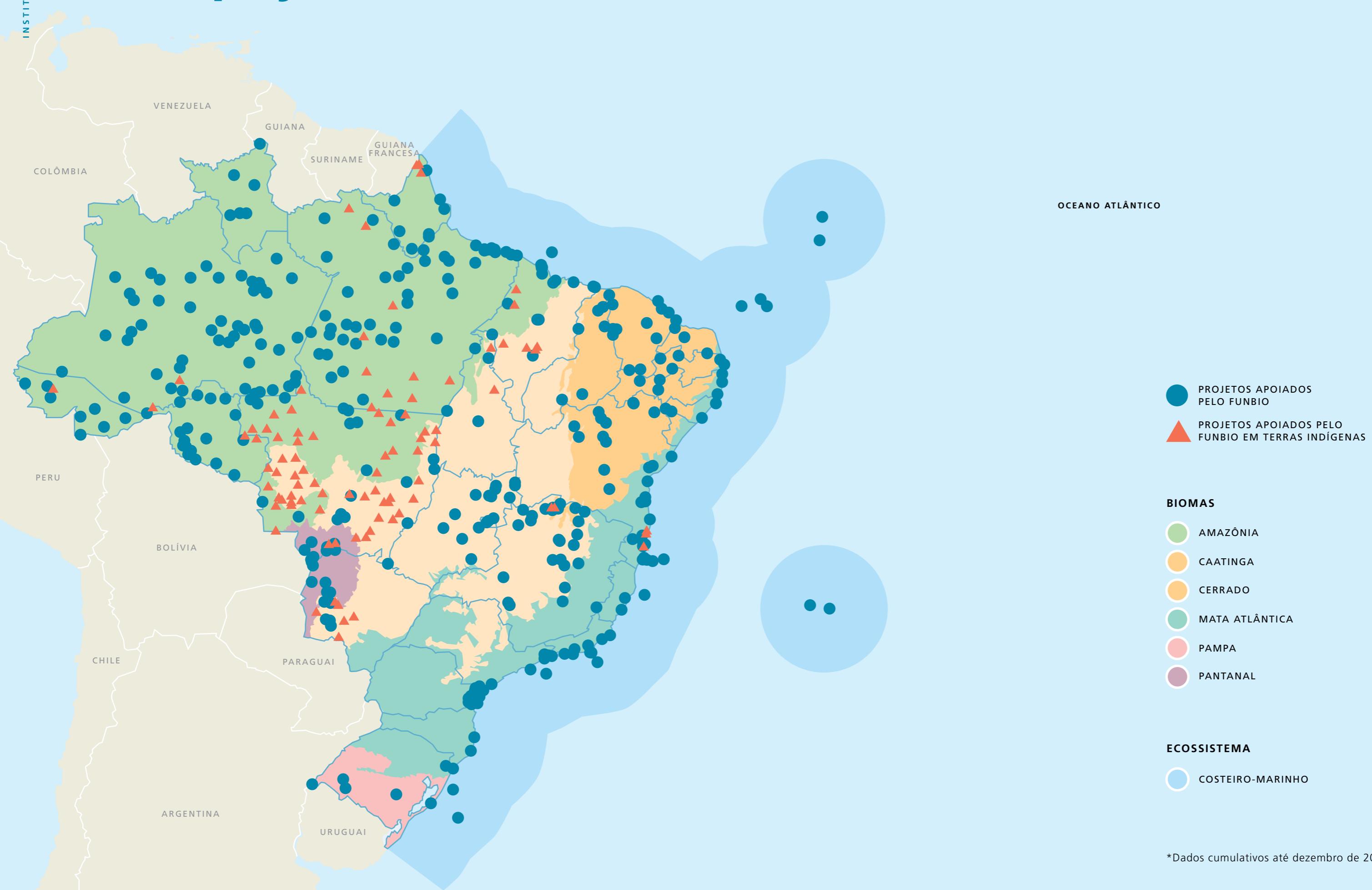
VALORES



O FUNBIO é guiado pelos seguintes **valores**:

- Transparência
- Ética
- Efetividade
- Receptividade
- Independência intelectual
- Inovação

Nossos projetos



Em números*

*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO.

506

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
APOIADAS

172

MAIS DE
MILHÕES
DE HECTARES DE
UCs APOIADAS

451

INSTITUIÇÕES
APOIADAS

702

PROJETOS
APOIADOS

105

CHAMADAS
DE PROJETOS

113

TERRAS INDÍGENAS
APOIADAS

32

MAIS DE
MILHÕES
DE HECTARES DE
TERRAS INDÍGENAS
APOIADAS

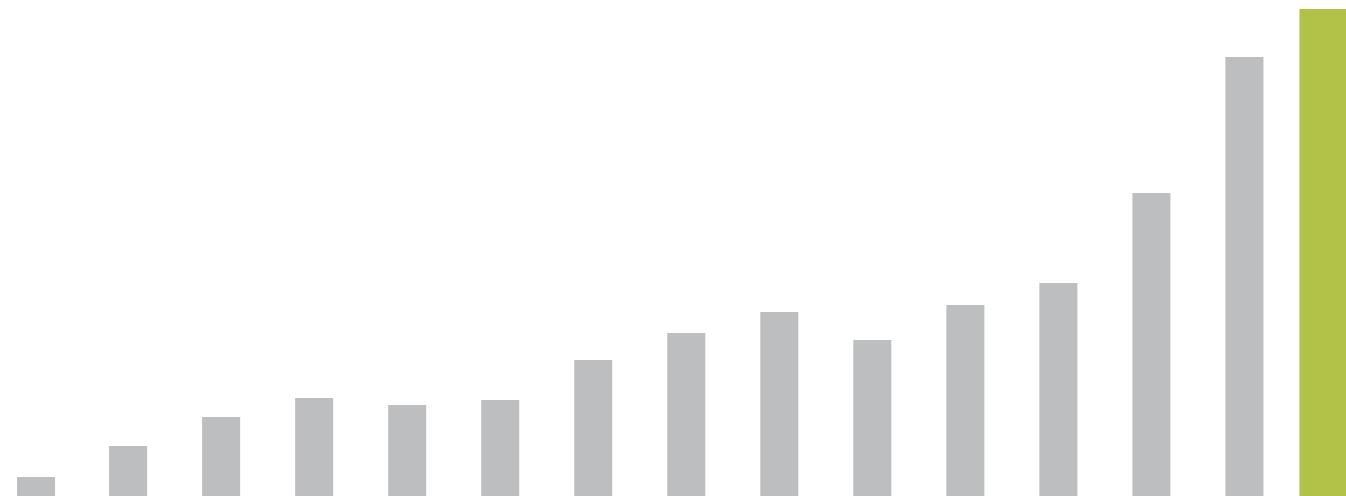
70

ETNIAS
APOIADAS

Em números*

2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024

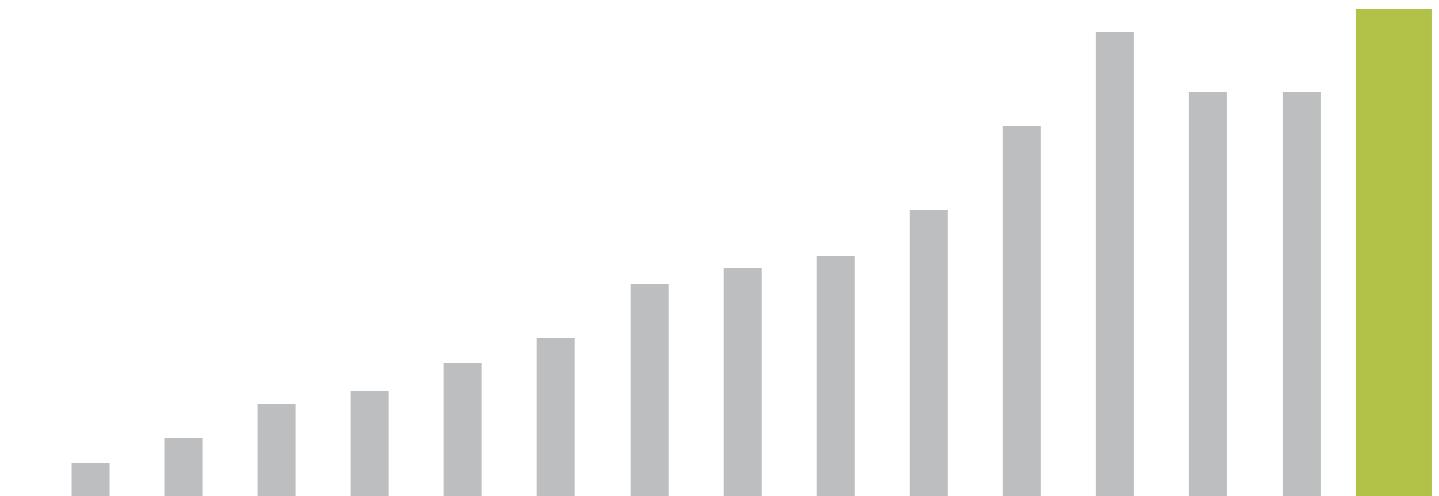
13 31 48 59 55 58 81 97 109 93 113 126 178 257 **285**



TOTAL EXECUTADO — EM MILHÕES DE R\$

2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019* 2020 2021 2022 2023 2024

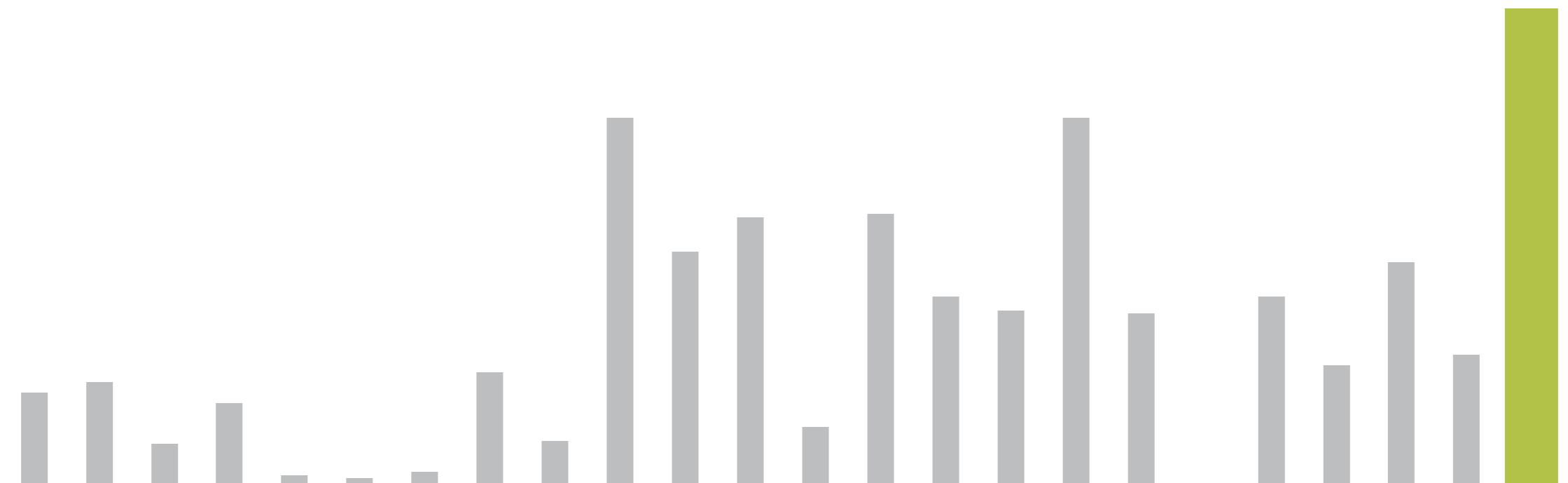
125 209 326 370 464 549 733 787 830 986 1.271 1.589 1.384 1.386 **1.668**



TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO — EM BILHÕES DE R\$

1996-2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024

27 30 12 24 3 2 4 33 13 107 68 78 17 79 55 51 107 50 0,6 55 35 65 38 **139**

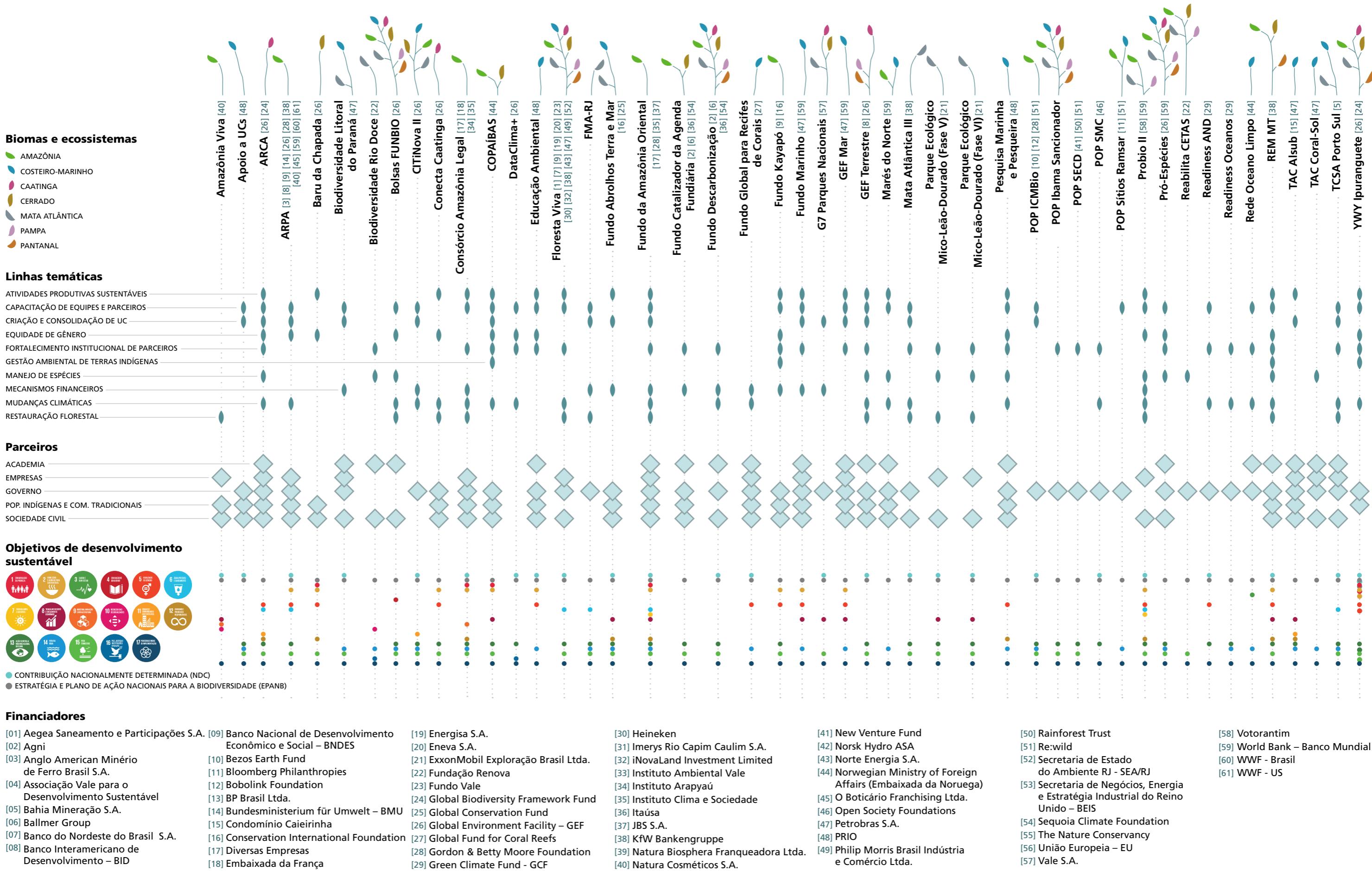


VALOR CONTRATADO POR ANO — EM MILHÕES DE USD**

**Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato). A partir de 2019, valores convertidos na data de assinatura do contrato.

*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO. Até 2019 em milhão, a partir de 2020, em bilhão.

Nossas conexões



Linhas temáticas



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS



MANEJO DE ESPÉCIES



MECANISMOS FINANCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

AMAZÔNIA VIVA										▲
APOIO A UCs										
ARCA	▲									▲
ARPA		▲								▲
BARU DA CHAPADA	▲									
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ		▲								
BIODIVERSIDADE RIO DOCE			▲							
BOLSAS FUNBIO			▲							▲
CITiNova II			▲							▲
CONECTA CAATINGA	▲									▲
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	▲		▲							▲
COPAÍBAS	▲		▲							▲
DATACLIMA+		▲								▲
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	▲		▲							
FLORESTA VIVA	▲		▲							▲
FMA-RJ			▲							▲
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	▲			▲						
FUNDO CATALIZADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA										
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	▲		▲							▲
FUNDO DESCARBONIZAÇÃO										▲
FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS										▲
FUNDO KAYAPÓ	▲		▲							
FUNDO MARINHO	▲		▲							
G7 PARQUES NACIONAIS				▲						
GEF MAR	▲		▲							
GEF TERRESTRE	▲		▲							▲
MARÉS DO NORTE	▲		▲							▲
MATA ATLÂNTICA III			▲							▲
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE V)										▲
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE VI)										▲
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	▲		▲							▲
POP IBAMA SANCIONADOR										
POP ICMBio			▲							
POP SECD				▲						
POP SÍTIOS RAMSAR			▲							
POP SMC										▲
PRÓ-ESPÉCIES										
PROBIO II	▲		▲							▲
REabilita CETAS										
READINESS AND			▲							▲
READINESS OCEANO										▲
REDE OCEANO LIMPO			▲							▲
REM MT	▲		▲							▲
TAC ALSUB	▲			▲						
TAC CORAL-SOL			▲							
TCSA PORTO SUL			▲							▲
YWY IPURANGUETE	▲		▲							▲

Objetivos e contribuições

Os projetos do FUNBIO apoiam iniciativas de conservação da biodiversidade que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e da EPANB.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



Para proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou, em 2015, a adoção por países membros de 17 ODS. São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC)

A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) foi apresentada pelo Brasil, em 2015, como o compromisso do país com o Acordo de Paris. A medida foi atualizada em novembro de 2024, quando o país se comprometeu a reduzir de 59% a 67% das emissões até 2035, tendo como ano base 2005, de acordo com o documento: NDC do Brasil: Determinação nacional para contribuir e transformar, do Governo Federal e entregue à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), na COP29, em Baku, no Azerbaijão.

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) promove a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Criada pelo governo federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil a estratégia tem a repartição equitativa de benefícios do uso genético também como uma das suas metas. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.



Objetivos e contribuições



	1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE MELHORADA	4 EDUCAÇÃO QUALIFICADA	5 REABALANÇA MASCULINA	6 ÁREA PÚBLICA ECONÔMICO	7 ENERGIA LIMPA E INOVADORA	8 TRABALHO DECENTE E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	9 PRODUÇÃO INOVADORA	10 REDUÇÃO DE DESIGUALDADES	11 CIDADES SUSTENTÁVEIS E INOVADORAS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A CLIMATEZINA E DESASTRES	14 VIDA MAR	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES INTEGRAS	17 PARTNERSHIPS PARA O DESENVOLVIMENTO	18 VIDA SUSTENTÁVEL
AMAZÔNIA VIVA								▲							▲			
APOIO A UCs															▲			
ARCA						▲	▲											
ARPA						▲	▲											
BARU DA CHAPADA	▲	▲				▲												
BIODIVERSIDADE LITORAL DO PARANÁ															▲			
BIODIVERSIDADE RIO DOCE															▲			
BOLSAS FUNBIO						▲									▲			
CITiNova II															▲			
CONECTA CAATINGA			▲		▲										▲			
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	▲	▲													▲			
COPAÍBAS	▲	▲													▲			
DATACLIMA+																		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		▲			▲										▲			
FLORESTA VIVA															▲			
FMA-RJ															▲			
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR															▲			
FUNDO CATALIZADOR DA AGENDA FUNDIÁRIA															▲			
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	▲	▲						▲							▲			
FUNDO DESCARBONIZAÇÃO															▲			
FUNDO GLOBAL PARA RECIFES DE CORAIS						▲									▲			
FUNDO KAYAPÓ		▲				▲									▲			
FUNDO MARINHO		▲				▲									▲			
G7 PARQUES NACIONAIS															▲			
GEF MAR			▲			▲									▲			
GEF TERRESTRE															▲			
MARÉS DO NORTE															▲			
MATA ATLÂNTICA III															▲			
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE V)															▲			
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO (FASE VI)															▲			
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA						▲									▲			
POP IBAMA SANCIONADOR															▲			
POP ICMBio															▲			
POP SECD															▲			
POP SÍTIOS RAMSAR															▲			
POP SMC															▲			
PRÓ-ESPÉCIES															▲			
PROBIO II			▲			▲		▲							▲			
REabilita CETAS																		
READINESS AND																		
READINESS OCEANO																		
REDE OCEANO LIMPO																		
REM MT																		
TAC ALSUB																		
TAC CORAL-SOL																		
TCSA PORTO SUL																		
YWY IPURANGUETE	▲	▲				▲		▲							▲			

Em 2024



Janeiro

↑ O Monumento Natural (MONA) do Arquipélago das Ilhas Cagarras (RJ), abrigo e área de reprodução de aves marinhas, teve a sede reinaugurada com recursos do projeto Apoio a UCs.

— Floresta Viva destina R\$ 42 milhões para Cerrado e Pantanal, aportados pelo BNDES e pela Petrobras, para restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração.

↓ Cerca de 20 representantes do Ministério Público do Pará (MPPA) se reúnem no primeiro encontro Diálogos pelo Clima de 2024. Parceria do programa COPAÍBAS com o MPPA.

Fevereiro

↑ Em sua primeira edição, a nova parceria com o GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro anuncia a seleção de nove projetos que receberam recursos por meio do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre).

↓ O FUNBIO participa em Washington da 60ª reunião do Conselho do GEF, que reuniu representantes dos 32 países membros. Também participa de encontro de comunicação que reuniu no Quênia as suas 18 agências implementadoras no mundo.

Março

↑ Acordo assinado pelo FUNBIO e pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio viabiliza criação de novas áreas protegidas no estado por meio do Fundo da Amazônia Oriental – FAO, incluindo Territórios Quilombolas e/ou UCs de uso sustentável.

— O projeto Pró-Espécies, implementado pela Agência GEF FUNBIO, apresenta resultados da iniciativa que abrange 62 milhões de hectares em 11 estados. O projeto apoia 290 espécies criticamente em perigo que não contam com instrumentos de conservação.

— Lançada em Brasília publicação que consolida os resultados de monitoramento da biodiversidade em ecossistemas marinhos e costeiros de todo o Brasil feito pelo ICMBio com apoio do projeto GEF Mar.

Abril

↑ COPAÍBAS apoia a criação de três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), totalizando 1.370 hectares, no Tocantins e em Minas Gerais. Igualdade e equidade de gênero são temas do primeiro encontro, em Montes Claros (MG), que reúne cerca de 50 gestores e pontos focais das 21 Unidades de Conservação estaduais apoiadas.

↓ O projeto Baru da Chapada realiza em Brasília oficina com participação de extrativistas, quilombolas, agricultores, pesquisadores e parceiros, com o objetivo de planejar, de maneira colaborativa, a formação continuada do projeto.

Maio

↑ Floresta Viva, gerido pelo FUNBIO, recebe reconhecimento da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), durante a 54ª reunião anual da associação, em Fortaleza (CE).

— Álvaro de Souza assume a presidência do Conselho Deliberativo (CD).

— Pró-Espécies apresenta balanço no Dia Internacional da Biodiversidade. Em todos os biomas, criou mecanismos para a redução de ameaças a pelo menos 290 espécies categorizadas como Criticamente em Perigo (CR), das quais 193 não contavam com nenhum instrumento de conservação. As iniciativas se desenvolvem em 12 estados, e abrangem 62 milhões de hectares.

Junho

↑ A ExxonMobil renova pelo sexto ano consecutivo o apoio à Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) para fortalecimento do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, em Silva Jardim (RJ).

— O novo Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês), sob gestão do GEF, anuncia a aprovação de dois projetos no Brasil: Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA), implementado pelo FUNBIO, e YWY Ipuranguete – Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas, executado pelo FUNBIO. Juntos, receberão quase USD 20 milhões.

— Lançamento da sétima edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. Este é o segundo ano da recente parceria com o Fonseca Leadership Program do GEF.

↓ Caatinga ganha trilha inclusiva na Floresta Nacional (Flona) Araripe-Apodi (CE), com apoio do GEF Terrestre.



Em 2024



Julho

↑ Lançamento do livro *Perspectivas jurídicas para um futuro sustentável: reflexões do FOPEMA sobre mudanças climáticas e combate ao desmatamento*, fruto da parceria da iniciativa Diálogos pelo Clima, do COPAÍBAS, com o Fórum de Procuradores de Estado do Meio Ambiente da Amazônia Legal.

↓ Troca de conhecimentos e incentivo à ciência no 2º Encontro de Bolsistas realizado no escritório do FUNBIO em Brasília, com a presença da nossa secretária-geral, Rosa Lemos de Sá, da bióloga e escritora Nurit Bensusan e de cinco bolsistas apoiados pelo programa.

Agosto

↑ O novo projeto do MMA Marés do Norte apoiará o Planejamento Espacial Marinho da Região Norte do Brasil, mapeando o uso do oceano no Amapá, no Pará e no Maranhão. O projeto, sob gestão do FUNBIO, tem como financiadores Oceans5, Rockefeller Philanthropy Advisors e Bloomberg Ocean Fund.

— Em agosto, o ARPA promoveu uma visita ao Núcleo de Gestão Integrada Salgado Paraense e a 2ª reunião ordinária do Comitê do Fundo de Transição, responsável por decisões sobre os recursos do programa.

↓ Terceiro encontro do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, realizado em Belém, com a presença da secretária-geral do FUNBIO e idealizadora do programa, Rosa Lemos de Sá, do Fundador do Amazônia Vox, o jornalista Daniel Nardin, e de pesquisadores.

Setembro

↑ Com aporte de 15 milhões de euros, o KfW – Banco de Desenvolvimento da Alemanha é o novo parceiro do Floresta Viva. Com a chegada dos recursos, o programa, criado pelo BNDES e com o FUNBIO como gestor financeiro, já mobilizou mais de R\$ 730 milhões.

— Lançamento do segundo livro da iniciativa Diálogos pelo Clima, do programa COPAÍBAS. Em parceria com o MPPA, o tema desta edição é *Território, pessoas e perspectivas de futuro: contribuições do Ministério Público do Estado do Pará sobre a questão climática*.

— O Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, em Silva Jardim (RJ), é reconhecido oficialmente como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), sob gestão da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD). A área abrange 151 hectares de Mata Atlântica em projeto sob gestão do FUNBIO.

Outubro

↑ A International Finance Corporation (IFC) anuncia participação no mecanismo Amazônia Viva, com aporte inicial de R\$ 6 milhões feito pela instituição, parte do Grupo Banco Mundial.

— O Pará anuncia a venda histórica inicial de USD 180 milhões em créditos de carbono, com potencial de chegar a até R\$ 1 bilhão. É o primeiro estado do Brasil a garantir financiamento por meio da iniciativa de conservação florestal da Coalizão LEAF. Os recursos serão destinados ao Fundo da Amazônia Oriental – FAO, com gestão do FUNBIO.

— O FUNBIO participa da Convenção das Partes sobre Diversidade Biológica (COP16), em Cali, na Colômbia. A experiência de *blended finance* no Amazônia Viva e as ações dos projetos em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (GEF Mar, GEF Terrestre e ARPA) foram apresentadas no encontro.

↓ Em parceria com o ARPA, ICMBio lança painel de monitoramento da biodiversidade brasileira durante a COP16.



Novembro

↑ O programa COPAÍBAS oficializa, por meio de parceria com o ICMBio, o apoio a cinco Unidades de Conservação federais no Cerrado: os Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, em Goiás; da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul; da Chapada das Mesas, no Maranhão; e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, em Minas Gerais.

— FUNBIO no G20 Social: evento prévio ao encontro dos líderes das 20 maiores economias do mundo, com o projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA), patrocinado pela Petrobras Socioambiental e encerrado neste ano. E também foi parte da abertura do Ocean Summit, do Oceans 20, grupo que discutiu ao longo de 2024 ações para conservação marinha.

— O FUNBIO apresenta na COP29 do Clima, no Azerbaijão, os editais da iniciativa Floresta Viva, em parceria com a Petrobras.

— O Conselho Deliberativo do FUNBIO ganha dois novos membros no setor acadêmico: Eduardo Secchi, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e Vânia Pirello, da Universidade de São Paulo (USP).

— Caatinga Viva: BNDES e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) apoiam, com um total de R\$ 8,8 milhões, projetos de restauração do bioma brasileiro, único no mundo, da iniciativa Floresta Viva.

Dezembro

↑ Floresta Viva lança edital para o Sudeste do Paraná para projetos de restauração ecológica, com recursos do Fundo Socioambiental do BNDES e da Philip Morris. Serão R\$ 8,8 milhões para restauração de ecossistemas da Mata Atlântica.



O FUNBIO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos. Ao longo dos 29 anos que celebra em 2025, a organização trabalha em parceria com os setores governamental, empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade. Foram mais de 570 projetos que beneficiaram número superior a 400 instituições em todo o país, desde sua criação em 1996.

O FUNBIO já apoiou a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços. É o gestor financeiro do Aéreas Protegidas da Amazônia (ARPA) desde o lançamento do programa, em 2002.

Como trabalhamos

A área de projetos de FUNBIO está estruturada em duas unidades:



UNIDADE DE DOAÇÕES

Recursos oriundos de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro.



UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

Recursos com origem em obrigações legais, como compensações ambientais, medidas compensatórias, conversões de multas, condicionantes de licença ambiental, termos de compromisso ou de ajuste de conduta (TACs).



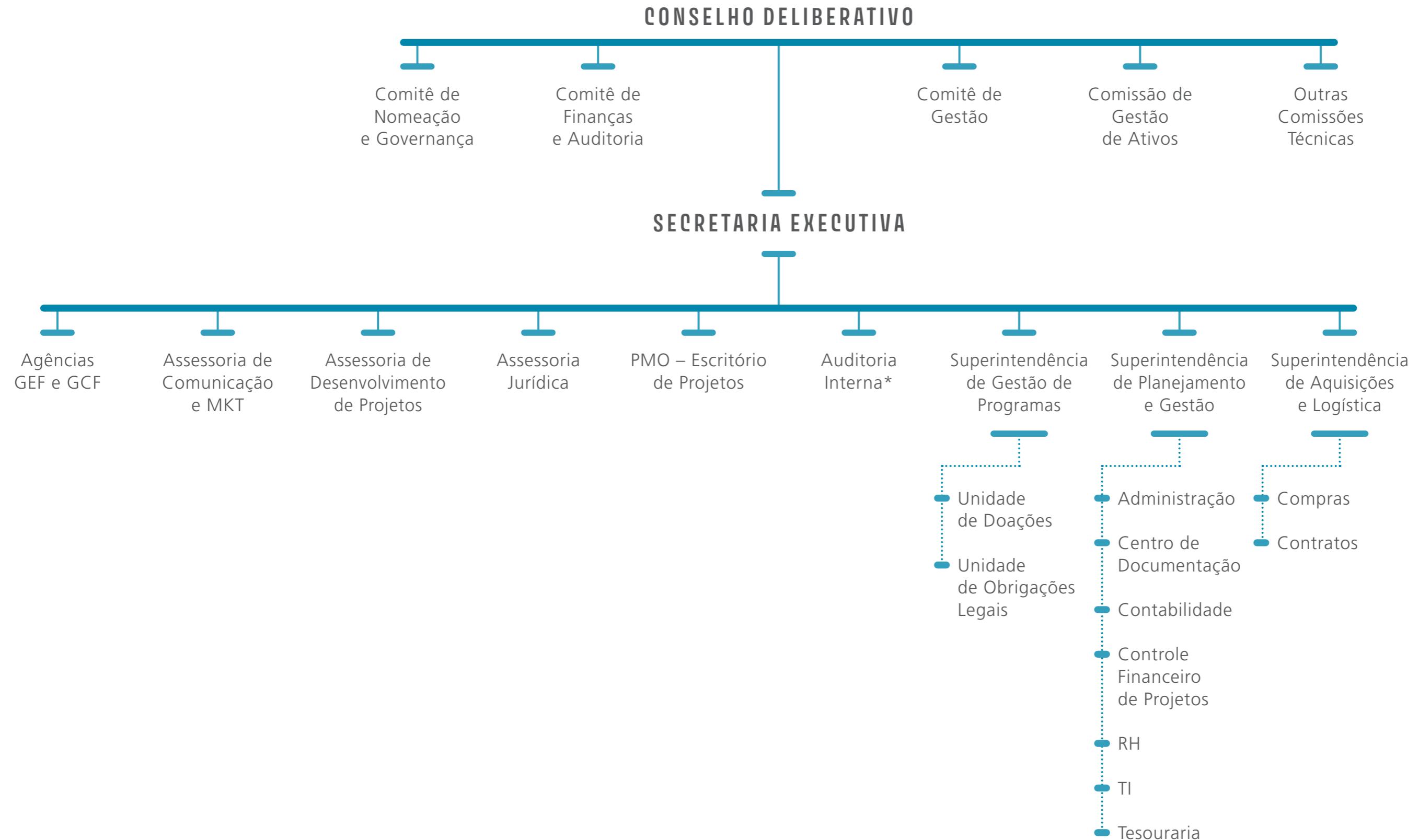
ACESSE O SITE
DO FUNBIO



Doadores 2024

Aegea Saneamento e Participações S.A.	Fundação Renova	Norte Energia S.A.
Agni	Fundo Vale	Norwegian Ministry of Foreign Affairs (Embaixada da Noruega)
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	Global Biodiversity Framework Fund	O Boticário Franchising Ltda.
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável	Global Conservation Fund	Open Society Foundations
Bahia Mineração S.A.	Global Environment Facility – GEF	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Ballmer Group	Global Fund for Coral Reefs	PRI0
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Gordon & Betty Moore Foundation	Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	Green Climate Fund – GCF	Rainforest Trust
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Heineken	Re:wild
Bezos Earth Fund	Imerys Rio Capim Caulim S.A.	Secretaria de Estado do Ambiente RJ – SEA/RJ
Bloomberg Philanthropies	iNovaLand Investment Limited	Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido – BEIS
Bobolink Foundation	Instituto Ambiental Vale	Sequoia Climate Foundation
BP Brasil Ltda.	Instituto Arapyáu	The Nature Conservancy
Bundesministerium für Umwelt – BMU	Instituto Clima e Sociedade	União Europeia – EU
Condomínio Caieirinha	Itaúsa	Vale S.A.
Conservation International Foundation	JBS S.A.	Votorantim
Diversas empresas	KfW Bankengruppe	World Bank – Banco Mundial
Embaixada da França	Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	WWF-Brasil
Energisa S.A.	Natura Cosméticos S.A.	WWF-US
Eneva S.A.	New Venture Fund	
ExxonMobil Exploração Brasil Ltda.	Norsk Hydro ASA	

Organograma



* Responde funcionalmente ao Conselho Deliberativo
Composição da área

Governança

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.



PRESIDENTE

ÁLVARO DE SOUZA

VICE-PRESIDENTE

MARIANNE VON LACHMANN



SETOR ACADÊMICO

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO
Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo (USP)

OSCAR GRAÇA COUTO
Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio)



SETOR AMBIENTAL

MARIA DE LOURDES SILVA NUNES
Fundação Grupo Boticário

SINEIA WAPICHANA
Conselho Indígena de Roraima



SETOR EMPRESARIAL

ÁLVARO CARDOSO DE SOUZA
ADS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda.

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO
Banco XP



SETOR GOVERNAMENTAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÃO
Andrea Brito Latgé – Secretaria de Políticas e
Programas Estratégicos

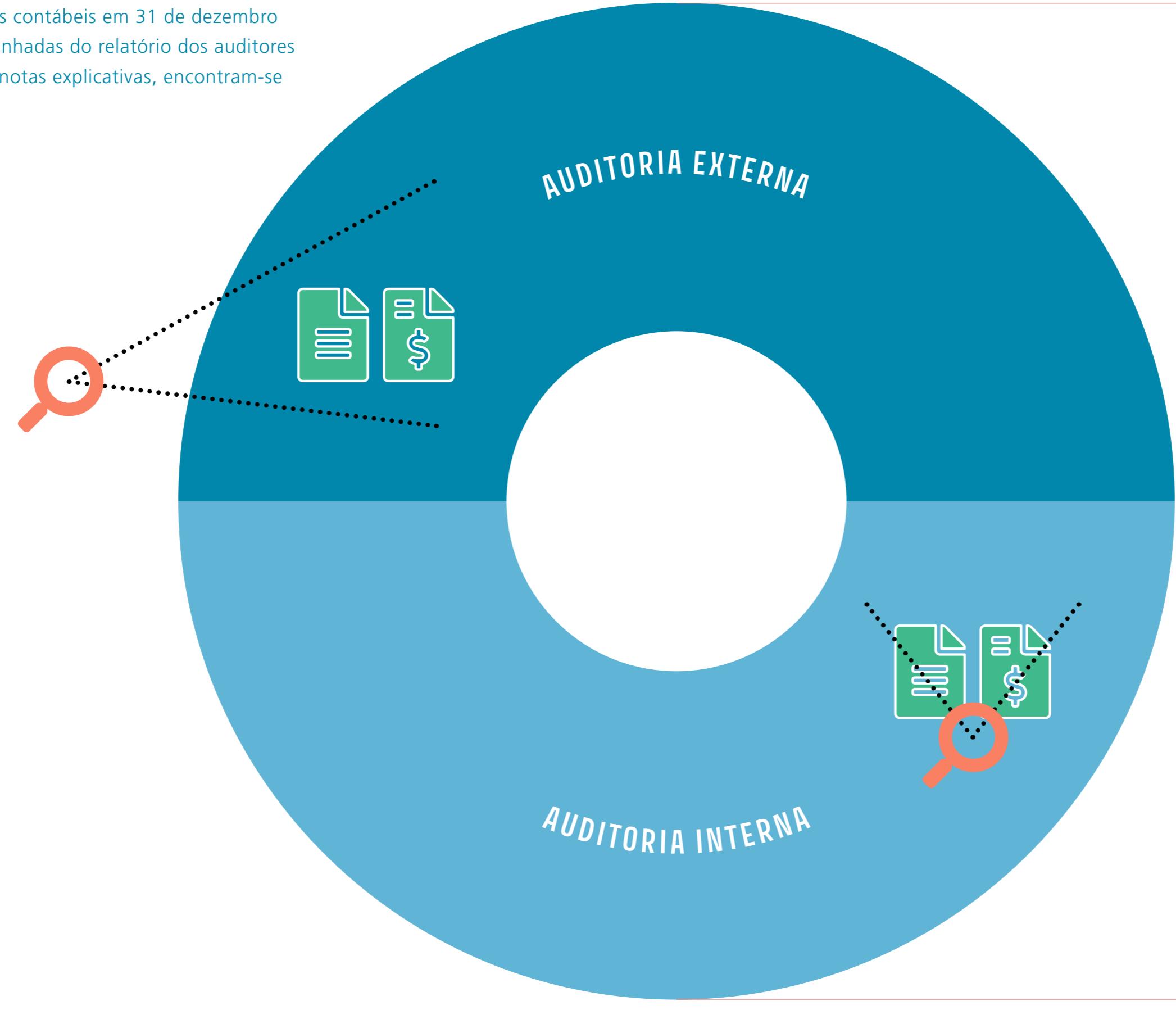
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Rita Mesquita – Secretaria Nacional
de Biodiversidade, Florestas e
Direitos Animais

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Matias Rebello – Coordenador-geral de Análise
de Impacto Social e Ambiental, Secretaria de
Política Econômica

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)
Mauro Pires – Presidente

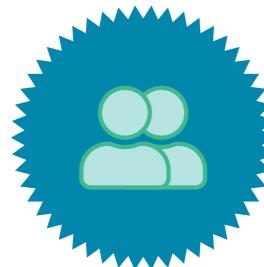
Transparência

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link abaixo.



Comitê de ética

Em 2024 o Comitê se reuniu regularmente e realizou as seguintes atividades:



COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM 2024

ALEXANDRA VIANA LEITÃO

mandatos como membro do Comitê de Ética e coordenadora encerrados em setembro de 2024

MANUELA MUANIS

segundo mandato de novembro de 2023 a novembro de 2025; mandato como coordenadora de setembro de 2024 a setembro de 2025

RAFAELA GIONGO

segundo mandato
de março de 2024 a março de 2026

ANDREA GOEB

primeiro mandato
de setembro de 2023 a setembro de 2025

FERNANDA MARQUES

primeiro mandato de outubro de 2024 a outubro de 2026



Implantação do Novo Canal de Denúncias, junto à Deloitte, empresa parceira do FUNBIO na gestão do sistema de relatos e recebimento das denúncias e consultas, garantindo o anonimato e a independência no atendimento. Posteriormente esses relatos e consultas serão recebidos, registrados e tratados pelo Comitê de Ética.

www.relatocofidencial.com.br/funbio



Treinamento Anual de Ética — Realização do treinamento *on-line* no dia 07/05/2024, com a participação de 123 funcionários, aprendizes e estagiários do FUNBIO e um membro da Deloitte para orientações sobre a utilização do Canal de Manifestações e Denúncias.



Capacitação *on-line* via Teams com Andrea Mazarem, com o tema Caminhos para pluralidade – Horizontes de diversidade, equidade, inclusão & pertencimento, realizada no dia 10/06/2024, em conjunto com a Unidade de Recursos Humanos e a CIPA+A, com a participação de 138 funcionários, aprendizes e estagiários.



Contratação de criação do novo Curso de Ética em videoaulas, para substituição do atual curso na Universidade FUNBIO. O novo curso será lançado em 2025.



Manutenção do curso EAD de Ética na Universidade FUNBIO, com a participação de todos os novos contratados do FUNBIO.



Revisão do Código de Ética. O Comitê de Ética realizou a revisão do Código de Ética, com modificações aprovadas em abril de 2024.



Em outubro de 2024 encerrou-se o mandato de Alexandra Viana, sendo substituída por Fernanda Marques a partir de novembro de 2024.



Em outubro de 2024, Manuela Muanis assumiu, em substituição a Alexandra Viana, a coordenação do Comitê de Ética.



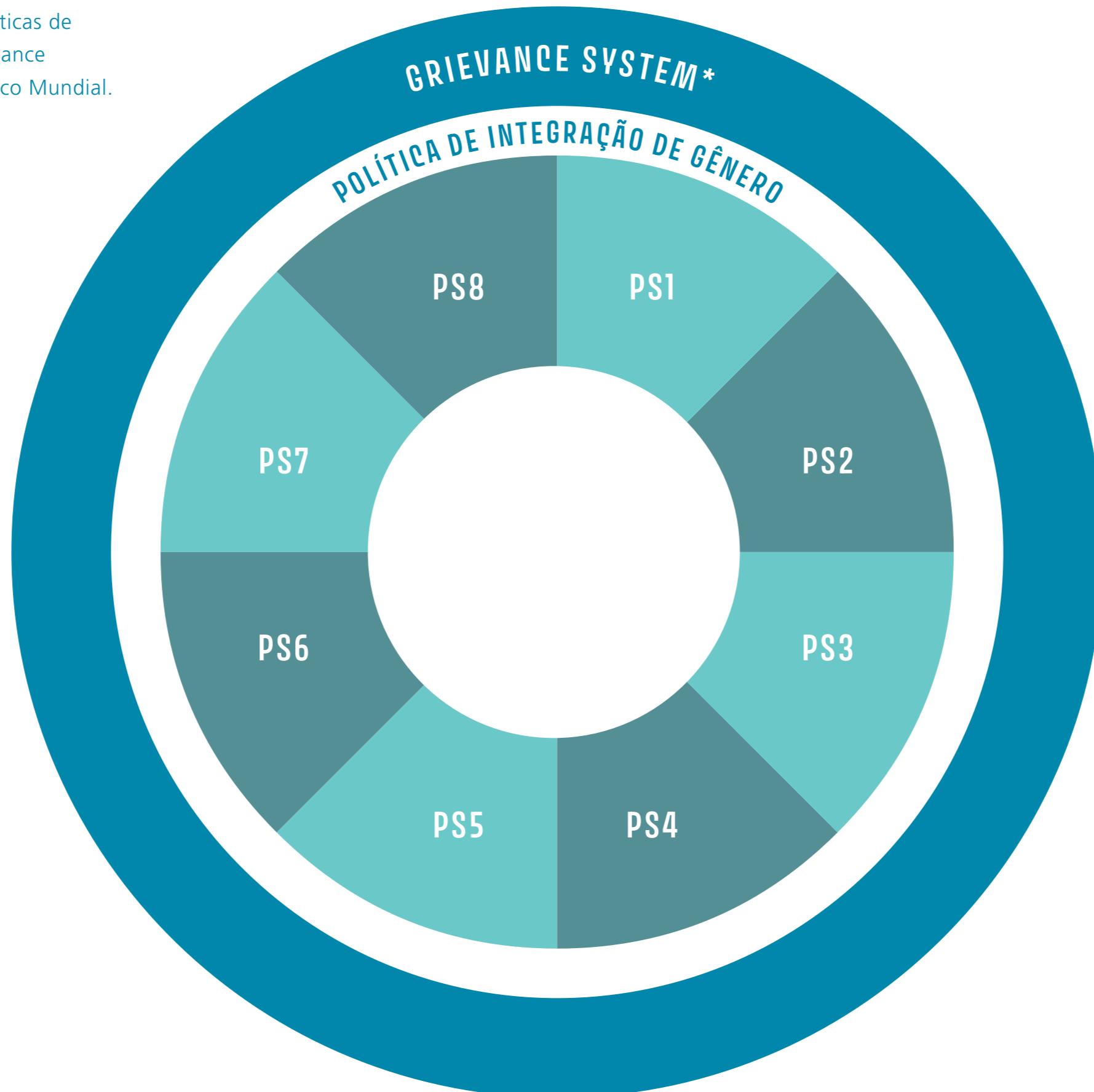
Em 2024 o Comitê de Ética avaliou 22 manifestações, entre consultas e denúncias, que integram relatório único.



ACESSE O
COMITÊ DE ÉTICA

Políticas de salvaguarda

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do IFC, International Finance Corporation, membro do Grupo Banco Mundial.



*Sistema de Queixas, controle e responsabilidade para salvaguardas ambientais e sociais.

PS1 — Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

PS2 — Condições de Emprego e Trabalho

PS3 — Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

PS4 — Saúde e Segurança da Comunidade

PS5 — Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

PS6 — Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

PS7 — Povos Indígenas

PS8 — Patrimônio Cultural



ACESSE AS
POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

Agências Nacionais FUNBIO

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) quanto do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês).

GEF

Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em 2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. A partir de 2018, tiveram início os projetos da Agência GEF FUNBIO.



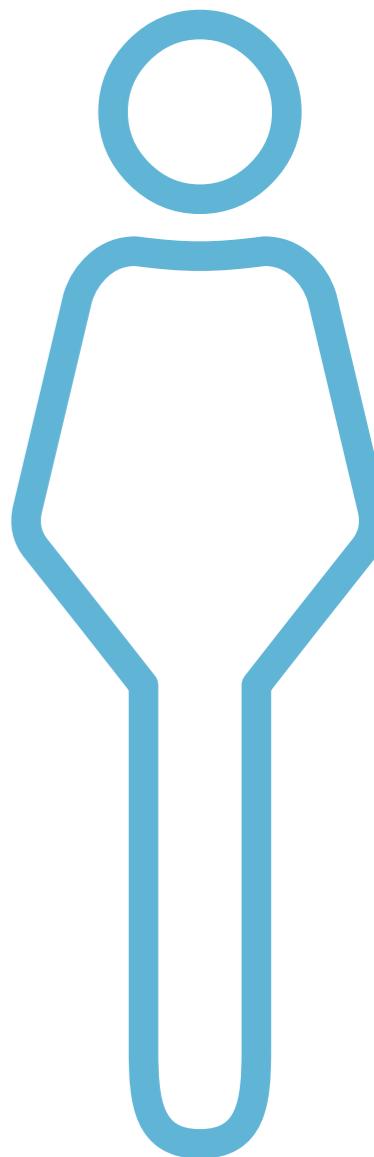
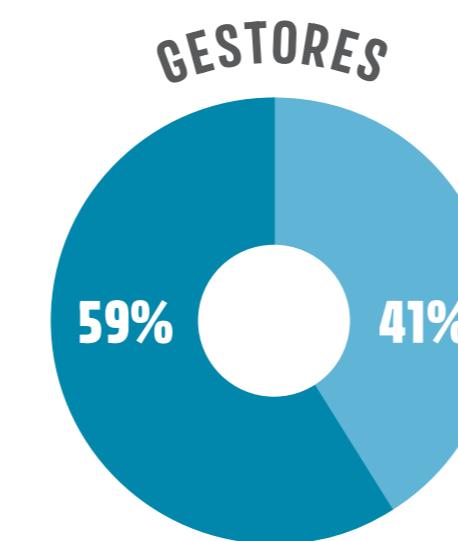
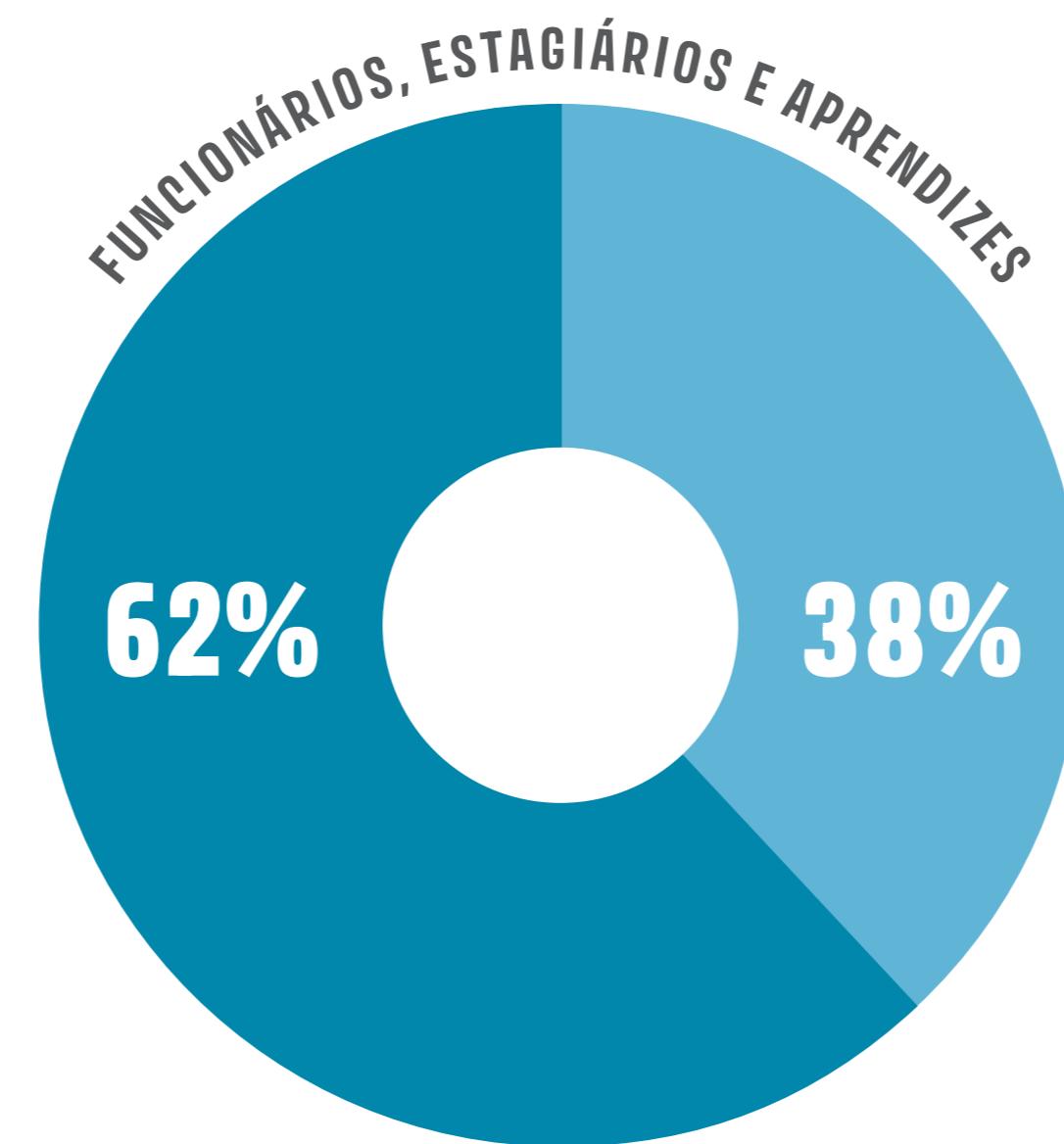
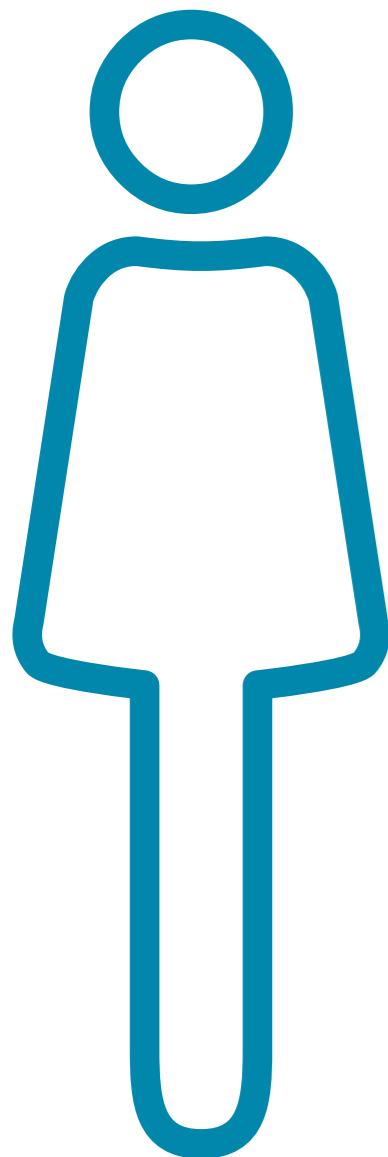
global
environment
facility
INVESTING IN OUR PLANET

GCF

O Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO, a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.



Quem somos



Quem somos

SECRETARIA EXECUTIVA

Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária-geral
Bruna Luyane Souza Santos Ribeiro
Assistente

AGÊNCIA GEF E GCF

Fábio Heuseler Ferreira Leite
Gerente

EQUIPE:

Clara Pasini Peçanha

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Yutaka Hara Gerente

EQUIPE:

Larissa Noguchi de Oliveira
Mariana Leopoldo Carvalho
Mariana Moreira de Menezes
Thiago Ferreira Camara

ASSESSORIA JURÍDICA

Flavia de Souza Neviani
Gerente

EQUIPE:

Alexia Zangerolame Zaconi
Feliciano
Fabia Antonio Silva
Maria Eduarda Amaral Isnard
Paulo Miranda Gomes
Rafaela Luiza Pontalti Giongo

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Fernanda Figueiredo Constant
Marques

AUDITORIA INTERNA

Alexandra Viana Leitão

PMO – ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Mônica Aparecida Mesquita Ferreira
Gerente

EQUIPE:

Julia Annarumma Rocha de Aguiar
Coelho
Juliana Moniz Freire Mesquita
Laiza Santos Dagnaisser

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS

Manoel Serrão Borges de Sampaio
Superintendente

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Clarissa Scofield Pimenta
Gerente de Portfólio de Projetos
Alexandre Ferrazoli Camargo

EQUIPE:

Fabio Ribeiro Silva

EQUIPE:

Paula Vergne Fernandes

EQUIPE:

Rodolfo Cabral Costa Gomes Marçal
Gerente de Projetos

EQUIPE:

André de Freitas Pimentel dos Anjos
André Luiz Ferreira Lemos

EQUIPE:

Eduarda Rodrigues Tanus Daldegan

EQUIPE:

Fabiana Barbosa dos Santos Rosa

EQUIPE:

Fernanda Abduche Correa de Paiva

EQUIPE:

Estrella

EQUIPE:

Lays Victoria Fernandes Gonçalves

EQUIPE:

Lívia Antunes

EQUIPE:

Maiara Duarte de Souza Soriano

EQUIPE:

Maria Fernanda Affonso Penna

EQUIPE:

Mariana Couto Cruz

EQUIPE:

Marina Ghorayeb Garcia

EQUIPE:

Pablo Henrique Fernandes Lastra

EQUIPE:

Pedro Alberto Dantas da Silva

EQUIPE:

Pedro Philippe de Figueiredo Neves

EQUIPE:

Renato Tenan de Barros Almeida

EQUIPE:

Tereza Cristina da Silva Trindade

EQUIPE:

Vivian Saddock da Silva

EQUIPE:

Vitor Matheus Alcântara de Sena

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS 2

Mariana Miguel dos Santos

EQUIPE:

Gerente de Portfólio de Projetos

EQUIPE:

Andréia de Mello Martins

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Dante Coppi Novaes

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Paula Cavalcanti Ceotto

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Gilson da Silva Spanemberg

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Luciana Lima Cruz

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Rachel Freita Barcellos dos Santos

EQUIPE:

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Amanda Camargo Heinrich Carrara

EQUIPE:

Ana Beatriz de Lima Santana

Bruno Eduardo Pires de Camargos Lopes

Edegar Bernardes Silva

Gabriella Furtado

Gonzalo Javier Olivares Flores

Gustavo Menezes Cobelo Lima

Irlsiane da Silva Nascimento

Joyce Costa Barbosa

Lucas Lima dos Santos

Manuela Torres Tambellini

Marcondes Lomeu Bicalho

Marcus Vinicius Leite Pereira

Mariam Tchepurnaya Daychoum

Marina Silva Malta

Mary Elizabeth Lazzarini Teixeira

Victor Bastos Teixeira Lupinacci

Victor Thierry Feldmann Hermeto

Hamon

Yan Costa Perissé Pereira

OBRIGAÇÕES LEGAIS

Manuela Mossé Muanis

Gerente de Portfólio de Projetos

Ana Helena Varella Bevilacqua

Gerente de Projetos

Daniela Torres Ferreira Leite

Gerente de Projetos

João Ferraz Fernandes de Mello

Gerente de Projetos

Laura Pires de Souza Petroni

Gerente de Projetos

Thales Fernandes do Carmo

Gerente de Projetos

Mayne Assunção Moreira

Gerente de Projetos

EQUIPE:

Carolina Verli Fernandes

Dante Coelho de Andrade

Heloisa Dantas Brum

Jéssica Rocha Queiroga

Julia Annarumma Rocha de Aguiar

Coelho

Julia Lima Costa

Maria Vitoria Lopes de Sousa

Palhares

Mariana Gonçalves Tavares

Renan Alves Conceição

Gabriella Casimiro Guimarães

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Aylton Coelho Costa Neto

Superintendente

ADMINISTRAÇÃO

Reinaldo José da Rocha Salvador

EQUIPE:

Cláudio Augusto Silvino

Marcio de Vasconcelos Maciel

Matheus Duarte Ramos

CEDOC

EQUIPE:

Ana Maria Rodrigues Martins

Anna Vitória Macêdo dos Santos

Bruno Miceli Parede Pinheiro

Liana Gonçalves Mascarenhas

Teixeira

Natália Corrêa Santos

CONTABILIDADE

Daniele Soares dos Santos Seixas

Contadora

EQUIPE:

Flavia Fontes de Souza

Leonardo Malaquias Lannes

Lucas Silva Costa

Mylena Costa Barbosa Milesi

Nara Anne Brito do Nascimento

Suellen Pereira de Freitas

Thais dos Santos Lima

CONTROLE FINANCEIRO DE PROJETOS

Marilene Viero

Coordenadora

EQUIPE:



DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Cientistas, técnicas em restauração ecológica, guias de turismo, lideranças. Donas de suas histórias, as mulheres cada vez mais ocupam espaços outrora improváveis. Em todos os biomas brasileiros há exemplos da relação.

CIÊNCIA, UMA PALAVRA DO GÊNERO FEMININO



ANA MARIA QUIRINO

Quando a secretária-geral do FUNBIO, Rosa Lemos e Sá, teve a ideia de criar o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro para financiar o trabalho de campo de jovens pesquisadores, ela trazia como inspiração os próprios desafios que enfrentou para ir a campo, no seu caso para estudar os muriquis, o maior primata das Américas. Desde 2018, já foram 186 pesquisas beneficiadas, mais da metade lideradas por mulheres.

Em seu trabalho na ciência, além de superar os obstáculos naturais de uma pesquisa, muitas mulheres também enfrentam machismo.

“Um dos maiores desafios é ser ‘questionada’ quando você faz parte de um grupo de pesquisa liderado estritamente por homens”, diz a bióloga Ana Maria Quirino, cuja pesquisa

sobre a Caatinga foi selecionada em 2022 pelo programa.

Apesar dos obstáculos, a pesquisadora reconhece que há um esforço crescente para criar ambientes mais inclusivos e apoiar as mulheres na ciência, como mentorias e políticas de igualdade de gênero.

Já nos domínios da Mata Atlântica, a pesquisadora **Janaíne Rocha** é outra força feminina na ciência da conservação. Ela encarou uma intensa agenda de campos em floresta fechada e teve que driblar o machismo e a insegurança. “Esse é o maior desafio que eu tive, por diversos pontos, machismo dos mateiros, por não dar credibilidade ou acharem que eu não tinha capacidade de realizar as atividades por ser mulher. E a necessidade da presença masculina para segurança de andar em campo.”

AMOR DE MÃE PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO PANTANAL



CRISTIANE BRIGITTE DOS SANTOS

Uma relação de mãe e filhas. **Cristiane Brigitte dos Santos**, 42 anos, é assistente técnica de campo do Instituto Homem Pantaneiro (IHP) e a responsável por mais de 25 mil mudas que se desenvolvem nos viveiros construídos na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Acurizal, na Serra do Amolar (MS). O amor de mãe que Cristiane nutre pelas filhas é igual, sejam elas aroeiras (*Astronium urundeuva*), jacarandás (*Jacaranda cuspidifolia*), piúvas (*Tabebuia heptaphylla*)... E também um sopro de esperança logo renasceu nessa curitibana que saiu do frio do Sul do Brasil para enfrentar os desafios climáticos do Pantanal.

“A chuva veio em seguida e em alguns pontos que o fogo não chegou tão intenso há mudas rebrotando, como de jacarandá, angico, aroeira e ipês”, conta ela.

A natureza também tem seus modos de se reinventar.

“O processo de restauração ultrapassa o espaço que pegou fogo. Os animais são dispersores de sementes, chegavam na área das mudas e levaram sementes para outros locais”, diz.

LIDERANÇA FEMININA MOVE O TURISMO COMUNITÁRIO NA ILHA GRANDE



JAISA DOS SANTOS ASSIS

O que a Jaisa, a Queila, a Josilene, a Danielle e a Marilene têm em comum? Todas atuam ativamente pela construção de uma comunidade sustentável, solidária e em harmonia com a natureza na região da Costa Verde. O Rio de Janeiro é o estado mais feminino do país, com 52,8% da população composta por mulheres. Em Angra dos Reis, onde está a Ilha Grande, elas representam 51,22% da população, segundo o IBGE.

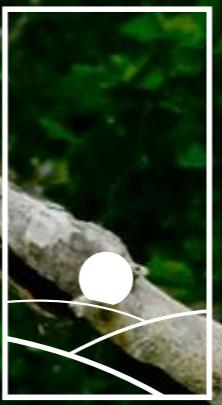
Elas são lideranças nas comunidades e tomam a frente do projeto de Turismo de Base Comunitária Enseada das Estrelas e suas Raízes, para incentivar o desenvolvimento de roteiros que promovam a diversidade cultural ancestral e o desenvolvimento econômico sustentável. Em uma região muito afetada pelo turismo

de massa, resgatam a própria história para aumentar a renda da comunidade, formada por moradores originários.

Jaisa dos Santos Assis, 40 anos, e Queila Lara dos Santos Silva, 41, integram a Associação dos Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas (AMPEE). Com o apoio do programa Bolsas, investiram em capacitação e na criação de novos roteiros.

“O turismo comunitário fortalece as nossas atividades. A cartografia social ajudou a resgatar o orgulho de ser caiçara, de pescar, plantar, fazer farinha, estar em contato com a nossa história. As mulheres tomam a frente do projeto e muitas levam seus filhos para as oficinas e encontros, o que fortalece as tradições entre as gerações”, diz Jaisa Assis, coordenadora da AMPEE.





BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO



BOLSAS FUNBIO - CONSERVANDO O FUTURO



FUNBIO e GEF selecionam 31 novos bolsistas em 2024

A edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro 2024 teve 458 mestrandos e doutorandos inscritos em busca do apoio para realização de pesquisas de campo em diferentes lugares do Brasil.

Ao todo, foram selecionados 31 novos bolsistas, sendo 11 deles por meio da parceria com o Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Todos os seis biomas com abrangência nacional — seis terrestres e o ecossistema costeiro-marinho — foram contemplados em pelo menos um dos projetos de pesquisa selecionados nesta edição.

Criado em 2018, o Bolsas FUNBIO já beneficiou 218 cientistas de todas as regiões e biomas do Brasil no desenvolvimento de pesquisas dentro de quatro eixos temáticos: Conservação, manejo e uso sustentável de fauna e flora;

Recuperação de paisagens e áreas degradadas; Gestão territorial para a proteção da biodiversidade e Mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

“Para o FUNBIO, é muito gratificante saber que o apoio se transforma em conhecimento capaz de subsidiar a conservação de biomas e espécies em todo o Brasil. Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de encontrar pessoalmente alguns dos bolsistas, e é muito estimulante ouvir sobre o trabalho, planos e perspectivas futuras dos jovens cientistas que fazem parte do programa”, diz Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO.



217 BOLSISTAS

120 MULHERES

97 HOMENS

171 DOUTORANDOS

46 MESTRANDOS

53 INSTITUIÇÕES

27 ESTADOS + DF

PROJETOS SELECIONADOS 2024

EM PAUTA

05/06/2024 — ((O) ECO
FUNBIO abre bolsas para financiar pesquisas de mestrandos e doutorandos

02/09/2024 — O GLOBO
Peixes das nuvens, rivulídeos surgem após ciclos de chuva. Brasil reúne cerca de 200 espécies

22/09/2024 — O GLOBO
Novas técnicas para restaurar terras degradadas pelo fogo adotam de drones até hormônios para plantas

PARCEIROS



ACADEMIA



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



EQUIDADE DE GÊNERO



MANEJO DE ESPÉCIES



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

ODS



SUMÁRIO

CIÊNCIA VALORIZADA



Encontro reúne bolsistas em Brasília e Belém

Para criar uma rede de pesquisadores o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, que apoia a ciência em todos os biomas brasileiros, realizou o primeiro encontro de bolsistas no Rio de Janeiro, em julho de 2023. Em 2024, promoveu o segundo e terceiro encontros, em Brasília (junho) e Belém (agosto). Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO e idealizadora do programa, esteve presente em ambos.

A bióloga e escritora Nurit Bensusan participou da edição na capital do Brasil e Daniel Nardin, jornalista e fundador do Amazônia Vox – banco de fontes de conhecimento e de profissionais de comunicação de toda

a Amazônia Legal – foi o convidado para falar, na capital do Pará, sobre divulgação científica e o papel da comunicação na ciência.

“Essa é a primeira vez que me senti valorizado como pesquisador. A gente passa por muito perrengue para fazer a pesquisa e no campo. Nos convidar para estar aqui foi muito importante para mim”, disse Filipe Guimarães Lima, que esteve no encontro de Brasília. Ele é doutorando em Ecologia e Evolução (EcoEvol) pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e contemplado com a bolsa de pesquisa em 2023.

Rayssa Carmo, selecionada na edição de 2022 do programa Bolsas FUNBIO, estuda como duas espécies de plantas aquáticas nativas da Amazônia são

afetadas pelo alumínio, oriundo de fontes naturais ou de poluição.

A pesquisadora ressalta a importância do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro nessa jornada. “Quando a gente recebe a notícia de que vai ser financiado, é uma satisfação muito grande, porque a gente vai ter suporte tanto tecnológico quanto em campo”, diz ela.

Formar uma rede de conhecimento e gerar interação entre os bolsistas são os objetivos dessas reuniões.

“Eu espero que o programa deixe como legado uma geração de cientistas com formação forte e robusta e que isso continue se multiplicando em novas gerações de cientistas brasileiros”, disse Rosa Lemos de Sá.

LEIA MAIS
BRASÍLIA

LEIA MAIS
BELÉM

UMA PESQUISA SOBRE GENÉTICA, MURIQUIS E FAMÍLIA



AMANDA ALVES DE MELO

Há famílias em que o amor pela ciência é passado de geração em geração. Foi assim que a bióloga **Amanda Alves de Melo** herdou a paixão pela Mata Atlântica, pela vida científica e pelos muriquis. Filha de dois cientistas que trabalham com o maior primata das Américas, não poderia ser diferente.

“Desde pequena eu convivia com a pesquisa e com os muriquis. Eu sempre estava participando e acompanhando os eventos, os avanços da pesquisa e convivendo com outras pessoas que trabalham com os muriquis e fui me envolvendo com isso”, lembra Amanda, bolsista do ciclo de 2022 do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro para realizar uma pesquisa sobre a genética dos muriquis, vital para conservação e manejo da espécie.

A bióloga, atualmente em sua pesquisa de doutorado na Universidade Federal de Goiás (UFG), deixa claro que quando chegou a hora de escolher uma carreira, seus pais nunca exigiram que ela seguisse seus passos. “Mas o gosto pela área de biológicas estava lá”, conta. Na vida acadêmica, começou a se encantar — e se especializar — pela genética e como esta poderia ser uma ferramenta importante para conservação de espécies ameaçadas.

“O Bolsas FUNBIO está me permitindo analisar um grande número de amostras genéticas de muriqui. Eu com certeza não teria capacidade de fazer o maior estudo genético das populações de muriquis hoje e analisar as mais de 400 amostras se não fosse por esse apoio”, diz a bióloga.

CAMINHOS PARA RESTAURAR O PANTANAL



LETÍCIA KOUTCHIN REIS

Apenas nos sete primeiros meses de 2024, o Pantanal perdeu mais de 760 mil hectares para o fogo. Diante da pior seca em 70 anos, a fumaça parece persistir no horizonte. Com o agravante da crise climática global, é central pensar em ações e estratégias para garantir o futuro da maior planície alagável do mundo. Uma palavra de ordem é, portanto, restaurar. E a bióloga **Letícia Koutchin Reis**, doutoranda em Ecologia e Conservação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), aponta caminhos possíveis.

Ela foi uma das apoiadas em 2021 pelo Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro para desenvolver uma pesquisa sobre a implementação de técnicas de restauração socioecológica em Terras Indígenas no Pantanal e em áreas de Cerrado no entorno.

Essa abordagem integra tanto aspectos ecológicos quanto sociais na recuperação de ecossistemas. “Ela reconhece que pessoas e população são parte integrante dos ecossistemas e que suas necessidades, valores e práticas devem ser considerados no processo de restauração”, diz Letícia.

Isso garante o envolvimento e a participação comunitária, o que pode aumentar o sucesso dos projetos. E traz o valioso conhecimento tradicional e local das comunidades sobre espécies nativas, manejo sustentável e históricos de uso da terra.

“O apoio foi essencial para o desenvolvimento do projeto e para a integração do conhecimento científico com as práticas culturais locais, contribuindo significativamente para a recuperação e preservação do bioma”.

A NECESSIDADE FAZ O SAPO PULAR



JOÃO PAULO DE OLIVEIRA XAVIER

Os impactos das mudanças climáticas afetam a biodiversidade, de modo geral, mas o grupo dos anfíbios, em particular, tem sido uma das principais vítimas das alterações de temperatura e dos regimes de chuvas, com centenas de espécies caminhando para possível extinção já nas próximas décadas.

Apixonado pelos anfíbios desde a graduação, o biólogo João Paulo de Oliveira Xavier, doutorando da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), decidiu fazer deles seu tema de estudo.

“Minha principal motivação para estudá-los é eles serem o grupo de vertebrados mais ameaçados e pelo fato de que o nosso país tem a maior diversidade de anfíbios do mundo. Acho que temos uma responsabilidade pela conservação desse grupo

tão biodiverso e tão ameaçado dentro do nosso território”, conta o biólogo.

O pesquisador foi um dos selecionados em 2024 pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, por meio do Fonseca Leadership Program (Programa Fonseca de Liderança, em tradução livre), criado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês).

Em seu projeto de pesquisa, João irá se aprofundar sobre os impactos causados pelas mudanças climáticas aos anfíbios e como as estratégias atuais de conservação dão conta — ou não — da conservação desses animais no longo prazo na região subtropical brasileira, que engloba os estados do Sul, parte de São Paulo e Mato Grosso do Sul.



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE AMANDA



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE LETÍCIA



CLIQUE PARA CONHECER
MAIS SOBRE A PESQUISA
DE JOÃO PAULO

AMANDA VASCONCELOS

é doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA-UFPB)

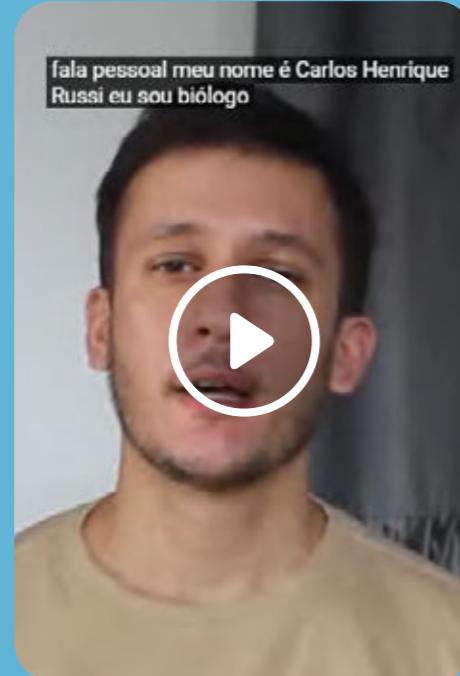
Análise ecológica e social do estado de conservação dos recifes costeiros da Paraíba: subsídios para a gestão costeira



CARLOS HENRIQUE RUSSI

é doutorando no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Determinantes ecológicos da perda da biodiversidade de morcegos em paisagens modificadas da Amazônia Central



DANIEL FELIPE

é doutorando em Ciências Climáticas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Caatinga como potencial sumidouro de carbono sob as condições edafoclimáticas da Floresta Nacional de Açu



ELIANI DOMBROSKI

é mestrandona em Ecologia e Conservação da Biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e faz parte do Laboratório de Ecologia de Comunidades (LABECOM)

Resgate da biodiversidade de formigas (*Hymenoptera: Formicidae*) em diferentes reflorestamentos na região sul da Amazônia



MYRELLA BERNARDES

é mestrandona em Ecologia e Monitoramento Ambiental na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Efeitos da restauração ativa da vegetação sobre a comunidade de aves de formações campestres no bioma Cerrado: implicações para conservação e manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO



WAGNER SOUZA

é biólogo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e atualmente mestrandona no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade na mesma universidade

Saúde alimentar: a influência das angiospermas marinhas na dinâmica da mariscagem



“Vou analisar e avaliar o estado de conservação de recifes na Paraíba e também analisar a percepção de pescadores e mergulhadores quanto às modificações sofridas por esses ecossistemas ao longo dos anos. Contar com o apoio do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro e do Fundo Global para o Meio Ambiente é de extrema importância, pois vai contribuir com as nossas atividades de campo e compra de equipamentos, que são etapas essenciais para o sucesso dessa pesquisa.”

“Na minha tese estou buscando entender como o desmatamento que vem ocorrendo na Floresta Amazônica tem afetado a biodiversidade de morcegos na região. Vou tentar responder como diferentes características ecológicas dos morcegos como tamanho, o que comem, o modo como voam, influencia na sua vulnerabilidade. E também como o tipo de ambiente que substitui a floresta desmatada, plantações ou pastagem, influencia o decaimento da diversidade de morcegos.”

“O meu projeto vai analisar e avaliar o comportamento entre a Caatinga e a atmosfera. Vendo se a Caatinga absorve ou emite mais CO₂. Esse trabalho só é possível graças ao Bolsas FUNBIO e ao apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente.”

“Com os resultados dessa pesquisa pretendemos desenvolver protocolos e diretrizes que possam ser incorporados em políticas públicas para orientar estratégias de reflorestamento que levem em consideração a recuperação da biodiversidade. O programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro e o Fundo Global para o Meio Ambiente são muito importantes para a execução da pesquisa, pois vão viabilizar parte da coleta de dados em campo.”

“Com toda certeza o apoio do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro e do Fundo Global para o Meio Ambiente será de suma importância para o sucesso dessa pesquisa, visto que viabilizará nossos estudos, aumentará nossas amostras, teremos melhores resultados e iremos conhecer melhor essas espécies e propor medidas de conservação.”

“Meu projeto busca entender como as marisqueiras interagem e utilizam as angiospermas marinhas, por meio de entrevistas e medições da produção de mariscos. Esse auxílio vai me permitir finalizar meu mestrado, realizar coletas e produzir materiais de retorno [das angiospermas]. Com esses materiais vamos buscar sensibilizar sobre a importância desse ecossistema para a mariscagem.”



*Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

**Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

***Em 2023, não houve pesquisa selecionada neste eixo temático.

PROJETOS APOIADOS*





FUNBIO NA COP16 - CALI

FUNBIO compartilha experiências bem-sucedidas, em Cali

O centro da missão do FUNBIO é aportar recursos para conservar a biodiversidade brasileira. De 21 de outubro a 1º de novembro de 2024, Cali, na Colômbia, foi o centro das discussões sobre a biodiversidade de todo o planeta. O encontro, realizado a cada dois anos, é um espaço de negociação entre os países que aderiram à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), para dialogarem e se comprometerem com o tema. E a criação do FUNBIO, em 1996, está ligada à implementação da CDB que teve o Brasil como primeiro signatário e foi um compromisso firmado quatro anos antes, na Rio-92.

O tema da COP16, foi “Paz com a Natureza”.



Equipe do FUNBIO apresenta projetos como Amazônia Viva, ARPA, GEF Terrestre na COP16, em Cali



O FUNBIO apresentou exemplos e aprendizados de projetos coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), como o Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (ver página 38), maior programa de proteção de florestas tropicais do planeta e modelo para iniciativas similares no mundo; GEF Mar, que contribuiu significativamente para o Brasil ampliar sua área marinha protegida; e GEF Terrestre, que colabora para a consolidação de Unidades de Conservação e restauração na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.

“São três projetos de que o FUNBIO tem o privilégio de ser o executor”, disse Rosa Lemos de

Sá, secretária-geral do FUNBIO, em apresentação no Espaço Brasil, do MMA, em Cali.

Rosa também apresentou novas modalidades de financiamento, como o mecanismo Amazônia Viva, que marca o início do trabalho do FUNBIO com *blended finance*, combinação de recursos financeiros reembolsáveis e não reembolsáveis em parceria com o setor privado, e lembrou a bem-sucedida parceria do FUNBIO com o MMA e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) no projeto Pró-Espécies.

“Para além do trabalho com 193 das 290 espécies criticamente em perigo (CR) que não contam com instrumento de conservação, na avaliação da situação de conservação de cerca de 19 mil espécies e da abrangência que o Pró-Espécies tem com atuação em 12 estados, foi o nosso primeiro projeto como agência implementadora do GEF”, disse.

O projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), financiado pelo GEF, foi anunciado em 2014 pelo MMA. Rita Mesquita, secretária

de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA, ressaltou a importância dessa parceria iniciada em 2018, quando o projeto foi implementado, e considera necessário contar com mais recursos para que ele tenha continuidade:

“O Pró-Espécies é fundamental. O que aprendemos com esse projeto precisa permanecer e o FUNBIO foi um parceiro de primeira hora”, disse.

A COP da Biodiversidade fez 30 anos em 2024. A primeira edição aconteceu em Nassau, nas Bahamas, em 1994. Fernanda Marques, assessora de desenvolvimento de

projetos do FUNBIO, também esteve presente em Cali e explica o porquê de o FUNBIO estar presente nesse encontro:

“Trata-se de um espaço de negociação, troca de experiências e proposições de novos caminhos para a conservação. Nesses encontros o FUNBIO participa com sua experiência de 28 anos no desenho e implementação de iniciativas de conservação da biodiversidade e de mecanismos financeiros inovadores que possam contribuir para a sustentabilidade dessas ações”, diz ela.

As conversas também extrapolam as fronteiras. No pavilhão do GEF o FUNBIO também participou de eventos realizados em conjunto com os Fundos Ambientais e que contaram com representantes da RedLAC (Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe), da qual o FUNBIO é membro fundador, CAFÉ (Consortium of African Funds for the Environment) e APNET (Asia-Pacific Conservation Trust Fund Network).

- 35 Floresta Viva
- 38 ARPA
- 41 COPAÍBAS
- 44 GEF Mar
- 47 Fundo Marinho novo
- 47 Fundo Global para Recifes de Corais
- 48 Marés do Norte
- 48 POP Sítios Ramsar
- 49 GEF Terrestre
- 52 ARCA novo
- 53 Probio II
- 53 DataClima+ novo
- 54 Amazônia Viva
- 57 REM MT
- 60 Fundo Kayapó
- 61 Mata Atlântica III
- 64 Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (Fase V e Fase VI)
- 66 CITinova II
- 67 Fundo Abrolhos Terra e Mar
- 68 Rede Oceano Limpo
- 69 POP ICMBio
- 70 POP Ibama Sancionador novo
- 70 POP SMC novo
- 71 POP SEDC novo
- 72 Fundo Catalizador da Agenda Fundiária novo
- 72 Fundo Descarbonização novo
- 73 Consórcio Amazônia Legal

PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES

Floresta Viva



Mudas são levadas para restauração de 200 hectares e manguezais no estuarino dos rios Piraquê-Açu e Mirim, Aracruz (ES)



A Década da Restauração de Ecossistemas, estabelecida pelas Nações Unidas entre 2021 e 2030, tem como objetivo fomentar a agenda da recuperação dos ambientes naturais. Alinhado com essa missão, o projeto Floresta Viva, iniciativa do BNDES com gestão do FUNBIO, dá passos importantes para restaurar a vegetação nativa dos biomas brasileiros. Só em 2024 foram selecionados 18 novos projetos, de três editais distintos, que receberão aportes de mais de R\$ 93 milhões para financiar ações ligadas à restauração ecológica em quatro biomas.

Na Amazônia, o edital da Bacia do Rio Xingu — realizado com recursos do BNDES, da Energisa, do Fundo Vale e da Norte Energia — selecionou quatro organizações: IEB, Rede de Sementes do Xingu, CEPOTX e Fundação Guamá, que irão restaurar cerca de 700 hectares em áreas inseridas na bacia hidrográfica do Rio Xingu e fortalecer a cadeia produtiva da restauração na região.

Também na maior floresta tropical do mundo, o edital Amazonas selecionou duas organizações não governamentais, o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM, para executar ações de recuperação da vegetação em 400 hectares

PARCEIROS



EMPRESAS



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

ODS



distribuídos entre quatro UCs estaduais ao redor de Manaus. A chamada é uma parceria entre BNDES, FUNBIO e Eneva.

A seleção da chamada Floresta Viva – Corredores de Biodiversidade, voltada para recuperação da vegetação e criação de corredores de biodiversidade no Cerrado e no Pantanal, com recursos do BNDES e da Petrobras, ampliou o montante a ser investido nas organizações selecionadas de R\$ 42 milhões para R\$ 58 milhões. Ao todo, serão apoiados 12 projetos localizados no interior e no entorno de 16 Unidades de Conservação, pequenas propriedades rurais e comunidades tradicionais.



Viveiro criado pela Fundação Guamá, em Altarima (PA), que contribui para restauração de 150 hectares na região do Xingu

EM PAUTA

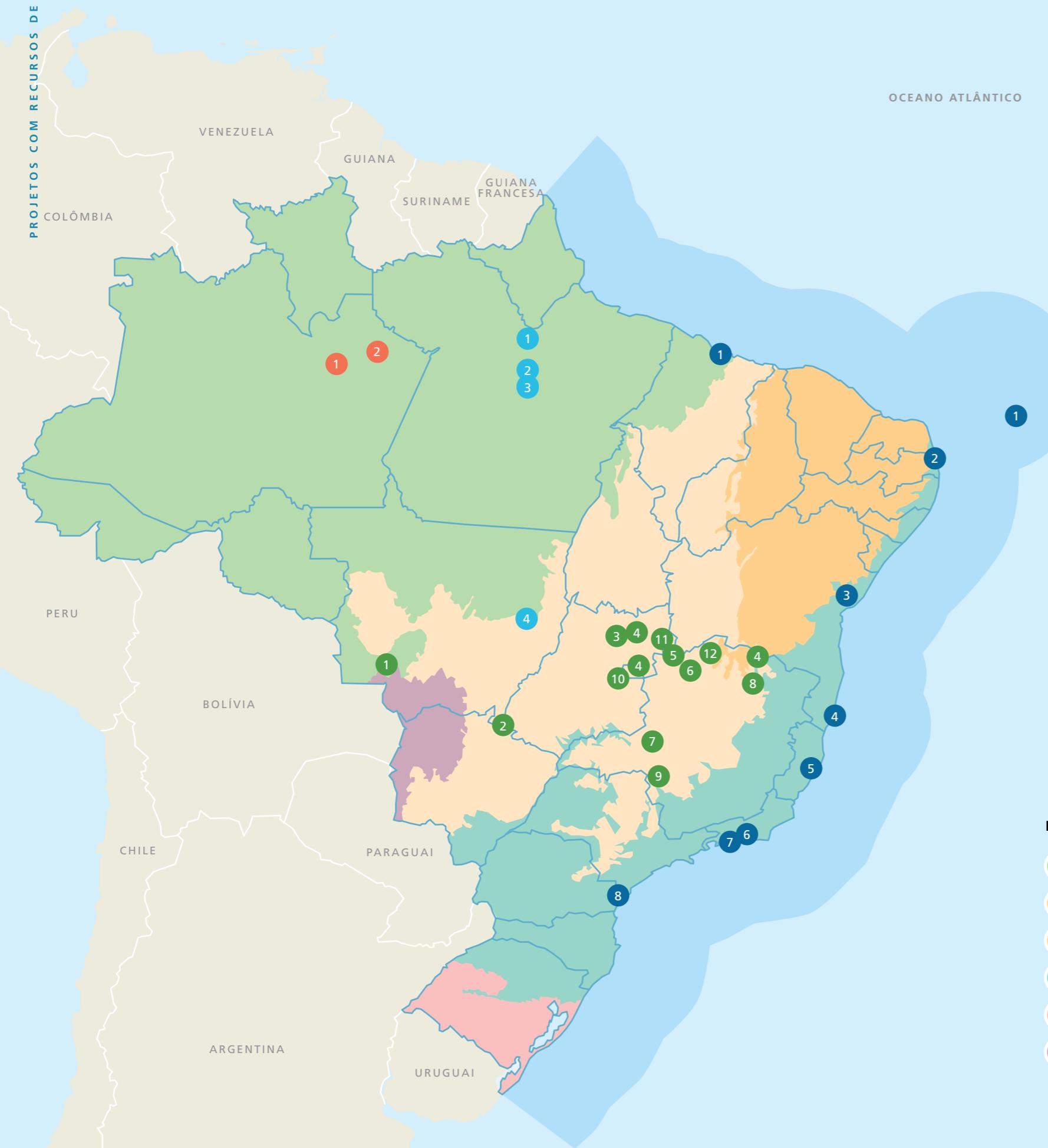
23/10/2024 — *O LIBERAL*
BNDES escolhe projetos de restauração ecológica na bacia do Xingu nos estados do PA e de MT

24/10/2024 — *R7*
BNDES destina R\$ 20,3 milhões para recuperação da bacia hidrográfica em Xingu



APOIO FINANCIERO

PARCEIRO GESTOR



EDITAIS

- AMAZONAS
- 1. IPÊ
- 2. IDESAM

CORREDORES DE BIODIVERSIDADE

- 1. INSTITUTO GAIA
- 2. INSTITUTO TAQUARI VIVO
- 3. COOPEAG
- 4. REDE DE SEMENTES DO CERRADO
- 5. FUNATURA
- 6. IBRAMAR
- 7. CERRADO DAS ÁGUAS
- 8. FADENOR
- 9. ANGA
- 10. INSTITUTO CERRADO
- 11. AGROBIO
- 12. EKOS

MANGUEZAIOS DO BRASIL

- 1. FSADU
- 2. SOS SERTÃO
- 3. FUND. VOVÓ DO MANGUE
- 4. CORAL VIVO
- 5. FEST
- 6. ITPA
- 7. SENAI
- 8. SPVS

BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL

BACIA DO RIO XINGU

- 1. IEB
- 2. FUND. GUAMÁ
- 3. CEPOTX
- 4. REDE DE SEMENTES DO XINGU

Floresta Viva



Manguezal na APA Barra do Mamanguape (PB), onde o SOS Sertão está restaurando 220 hectares desse ecossistema, por meio do edital Manguezais

Restauração de manguezais

Primeiro edital do Floresta Viva, a chamada Manguezais do Brasil, lançada em 2022, deu início às atividades ao longo de 2024. Com recursos e parceria do BNDES e da Petrobras, o projeto tem como objetivo promover a restauração de manguezais e restingas na zona costeira do Brasil.

As oito instituições selecionadas iniciaram as ações, que vão do Paraná até o Maranhão, com a restauração prevista de 1.700 hectares desses valiosos ecossistemas marinhos, fundamentais para a proteção da costa e no enfrentamento das mudanças do clima. Ao longo do ano, as organizações elaboraram seus planos de restauração e iniciaram as atividades de plantio. O trabalho tem duração estimada de quatro anos.



PARCEIROS FINANCEIROS POR ORDEM DE LANÇAMENTO DE EDITAIS



NOVOS EDITAIS

O ano foi marcado pela abertura de novas oportunidades de restauração por meio de quatro chamadas, que irão destinar mais de R\$ 86 milhões a projetos voltados para recuperação da vegetação nativa.

O edital Floresta Viva – Conectando Paisagens tem como objetivo selecionar projetos para implementação de ações de restauração ecológica e conectividade no Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. A chamada tem recursos do BNDES e da iNovaland Investment Limited e irá destinar até R\$ 8,4 milhões para as propostas selecionadas.

A agenda da restauração também está de olho no único bioma 100% brasileiro, com o edital Caatinga Viva, lançado em novembro, que irá destinar R\$ 8,8 milhões para até

quatro projetos que implementem ações de restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração em UCs da Caatinga, suas áreas de influência e em municípios com clima árido, distribuídos ao longo dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Ceará e Piauí. A chamada conta com recursos do BNDES, da Aegea e do estado do Rio de Janeiro.

A seleção irá ocorrer em 2025.

No mesmo valor de R\$ 8,8 milhões, o edital do Floresta Viva para Restauração Ecológica no Sudeste Paranaense, aberto em dezembro, conta com recursos do BNDES e da Philip Morris Brasil e irá financiar até dois projetos de recuperação da vegetação nativa para formação de corredores ecológicos na Mata Atlântica do Sudeste do Paraná.

Também na Mata Atlântica, nesse caso do estado do Rio de Janeiro, o edital Florestas do Rio irá investir R\$ 60 milhões em projetos de restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva em 32 municípios fluminenses. A chamada conta com recursos do BNDES, da Aegea e do estado do Rio de Janeiro.

O Floresta Viva é uma iniciativa do BNDES, lançada em 2021, com o objetivo de atrair e impulsionar investimentos em projetos de restauração ecológica e sistemas agroflorestais nos biomas do país. O FUNBIO é o gestor do projeto – que é o maior *matchfunding* para restauração do país – com duração prevista até 2029. A expectativa do BNDES é captar mais de R\$ 700 milhões em investimentos para restaurar entre 25 e 35 mil hectares até o final do projeto.



ARPA

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (AM) é uma das 120 UCs apoiadas pelo programa ARPA



22 ANOS
EM 2024

62,5 MILHÕES
DE HECTARES
APOIADOS

15% DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



PARCEIROS



EMPRESAS



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EQUIDADE DE GÊNERO



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

NDC ODS



13 CLIMA E ECONOMIA DESENVOLVEDORES



2 CULTURA, HERANÇA E CIVILIZAÇÃO



5 GÊNERO E DIVERSIDADE



6 DÉSENTRALIZAÇÃO



15 ÁGUA, EMBALHAGEM E RESISTÊNCIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



12 CULTURA, HERANÇA E CIVILIZAÇÃO



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA



17 INCLUSÃO E PARCERIA

Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO apresenta a bem-sucedida experiência do programa ARPA na COP16, em Cali, Colômbia



Áreas Protegidas da Amazônia na COP16

Em outubro, a cidade colombiana de Cali recebeu a 16ª Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica — a COP16 da Biodiversidade. No Pavilhão Brasil, a secretária-geral do FUNBIO, Rosa Lemos de Sá, moderou um painel que apresentou as iniciativas e o legado da instituição na conservação da biodiversidade, no fomento a políticas públicas e no fortalecimento das comunidades tradicionais, e suas contribuições para atingir as metas estabelecidas no Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. A apresentação deu ênfase a três projetos coordenados pelo MMA e executados pelo FUNBIO: o ARPA, o GEF Mar e o GEF Terrestre.

O ARPA é considerado uma iniciativa de sucesso para a conservação da biodiversidade e da Amazônia brasileira e dá contribuições importantes para que o país alcance as metas

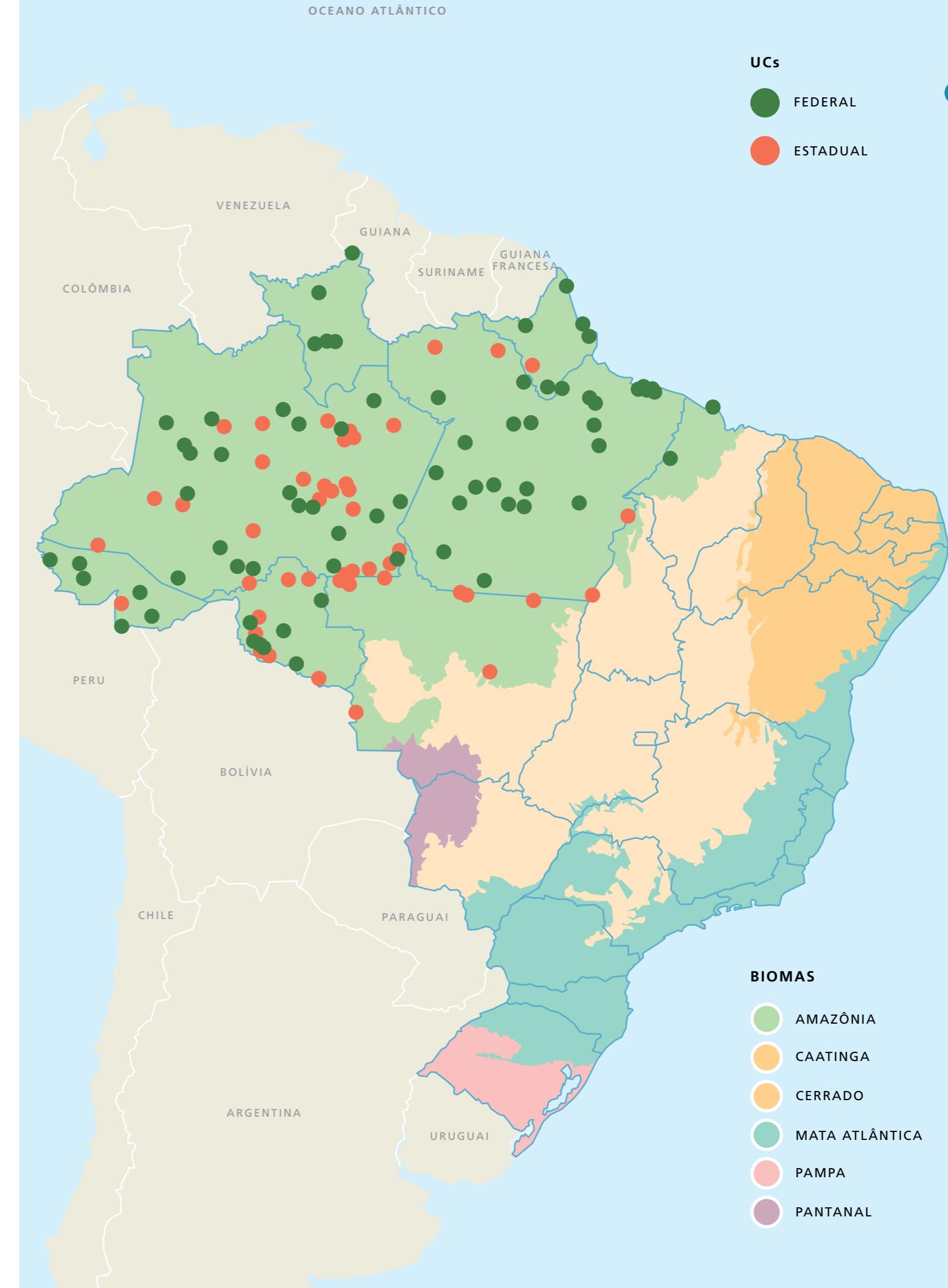
30x30 — que visam a garantir a proteção de 30% de ambientes terrestres e aquáticos.

Em outro evento da COP16, realizado no pavilhão da União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês), a secretária-geral do FUNBIO apresentou ainda o Fundo de Transição do ARPA como um exemplo de mecanismo de financiamento e sustentabilidade financeira. O Fundo assegura a transição do modelo de financiamento com apoio privado para 100% público até 2039, quando a expectativa é de que os governos federal e estaduais assumam a totalidade dos gastos das Unidades de Conservação que integram o programa.

A COP da Biodiversidade também marcou o lançamento de um painel *on-line* e interativo com resultados da última década de monitoramento realizado pelo

programa Monitora, executado pelo ICMBio com recursos de diferentes projetos do FUNBIO. O painel, desenvolvido com apoio do ARPA, compila os resultados do monitoramento e torna os dados públicos, disponíveis para que qualquer cidadão interessado possa acompanhar o estado da biodiversidade em tempo real. A plataforma, já disponível *on-line*, está em aprimoramento e prevê ainda um módulo dedicado a espécies ameaçadas de extinção.

“Com o apoio do ARPA, agradeço especialmente pela contratação em tempo recorde. Agora temos uma ferramenta com esses dados”, pontua Rodrigo Jorge, da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) do ICMBio. “O painel irá auxiliar no processo de tomada de decisão, indicando, por exemplo, quais medidas de manejo podem ser adotadas a partir dessas informações”, acrescenta.





A soltura de quelônios atrai turistas para UCs na Amazônia, como a RDS do Uatumã, no Amazonas

Parque Nacional de Anavilhas

Prestes a completar 45 anos e apoiado pelo ARPA desde 2010, o Parque Nacional de Anavilhas, uma das maiores áreas protegidas do Brasil, traduz em resultados essa estratégia de longa duração. Hoje, suas 400 ilhas e 350 mil hectares no Amazonas são um refúgio para espécies endêmicas. O parque desempenha um papel crucial na regulação e na mitigação das mudanças climáticas, atuando como um sumidouro de carbono.

"Sem o ARPA, as dificuldades seriam imensas. O programa é nossa principal fonte de financiamento, permitindo a continuidade das operações em um cenário desafiador como o de Anavilhas", diz Enrique Salazar, analista ambiental da equipe gestora, em referência ao fornecimento de recursos e equipamentos essenciais para a fiscalização da vastidão do território, equivalente a cerca de 350 mil campos de futebol.

A localização estratégica, próxima a Manaus e ao município de Novo Airão, em uma hidrovia que conecta o Alto Rio Negro à capital amazonense, aumenta a pressão por fiscalização. A pesca e o transporte ilegal de madeira, bem como os impactos das mudanças climáticas, estão entre as principais ameaças ao parque.

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O programa ARPA desempenha um papel essencial no fortalecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, no Amazonas, que em 2024 celebrou duas décadas de existência. A UC é um exemplo bem-sucedido de como o turismo de base comunitária (TBC) pode promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental.

Embora o ARPA não tenha um foco específico em turismo, suas ações têm contribuído para atrair visitantes para a UC. Um exemplo disso é o manejo e conservação de quelônios, cuja soltura de filhotes se tornou um evento que encanta turistas e promove a conscientização ambiental. A implementação de programas de proteção aos quelônios tem mostrado benefícios que vão além da preservação das tartarugas.

Esses animais desempenham um papel crucial na manutenção do equilíbrio ecológico, especialmente na dispersão de sementes de plantas que regeneram as florestas ribeirinhas. Essas áreas, conhecidas como igapós e várzeas, são habitats essenciais para a reprodução de peixes como o tucunaré, que dependem de condições ambientais saudáveis para prosperar. Além disso, os quelônios ajudam a controlar algas e matéria orgânica nos rios, o que melhora a qualidade da água e beneficia diretamente os ecossistemas aquáticos.

Horizonte de melhorias

Um dos programas mais longevos de financiamento das UCs na Amazônia, o ARPA também investiu em 2024 na melhoria e modernização de mecanismos de execução de recursos do programa, para incrementar a capacidade de gestão nas UCs apoiadas. Para isso, foi feita uma ampla pesquisa por meio de formulários *on-line* e um processo de escuta junto às equipes das áreas protegidas. A partir dos resultados, foi delineado um plano de ação de melhorias, que começou a ser implementado no segundo semestre, com a realização de 16 capacitações temáticas que já habilitaram mais de 150 gestores a operacionalizar o programa. O plano traz um conjunto de medidas para preencher lacunas apontadas pelos usuários do programa

na ponta. Um dos itens previstos, por exemplo, é a ampliação da rede de fornecedores para alguns insumos na Amazônia.

Além disso, em maio foi realizado um treinamento presencial para gestores, para promover a troca de experiências e conhecimento. O evento, em Manaus, organizado pelo FUNBIO, contou com a presença de gestores de 50 UCs, além de funcionários do MMA.

Este ano marcou ainda o retorno da Sumaúma, *newsletter* do ARPA, e um espaço de comunicação do programa com seus parceiros e *stakeholders*. E foi criada uma lista de transmissão via WhatsApp para divulgação das ações das UCs apoiadas pelo ARPA.



Em agosto, gestores de 50 UCs apoiadas pelo ARPA fizeram um curso de capacitação, com troca de experiências

COPAÍBAS



RPPN Porto das Antas (GO) possui 144,52 hectares e é uma das 17 RPPNs apoiadas pelo programa

EM PAUTA

25/01/2024 — AGÊNCIA BRASIL
Evento debate redução de emissões provenientes do desmatamento

09/05/2024 — A CRÍTICA
Dialógos pelo Clima

31/08/2024 — O LIBERAL — REPÓRTER 70
Livro "Território, Pessoas e Perspectivas de Futuro: Contribuições do Ministério Público do Estado do Pará sobre a Questão Climática"

19/09/2024 — G1
Membros do MPPA lançam livro com perspectivas e atuações diante da crise climática

Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado



PARCEIROS



GOVERNO



POPUЛАOES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

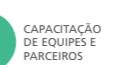


SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS
SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE
EQUIPES E
PARCEIROS



FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL DE
PARCEIROS



GESTÃO
AMBIENTAL DE
TERRAS
INDÍGENAS



MUDANÇAS
CLIMÁTICAS

ODS



SUMÁRIO

DIÁLOGOS PELO CLIMA EM LIVROS



Além disso, o COPAÍBAS também apoiou a criação de 15 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Cerrado, somando 4.026 hectares de áreas protegidas no bioma: oito no estado de Goiás — RPPNs Renascer I, Renascer II, Renascer III, Renascer IV, Água Santa, Capão da Onça, Porto das Antas, Beija-flor —, duas no estado de Minas Gerais — Vale dos Encantados e Lua Nova — e uma no Tocantins — RPPN Serra.

O programa COPAÍBAS — Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado ampliou seus horizontes em 2024 com a inclusão de cinco Unidades de Conservação (UCs) federais: os Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, em Goiás; da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul; da Chapada das Mesas, no Maranhão; e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, em Minas Gerais — a única Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federal do Cerrado no programa. As UCs receberão R\$5 milhões por meio do programa, que terão como objetivo melhorar e fortalecer a gestão das áreas, para que cumpram seus objetivos de criação e conservação da natureza.

O programa COPAÍBAS, gerido pelo FUNBIO, é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI), do Ministério das Relações Exteriores da Noruega. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 30 milhões em todo o programa ao longo de 2024.

O objetivo do programa é contribuir para a redução do desmatamento por meio do apoio a estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa da Amazônia e do Cerrado, resultando também em melhores condições de vida para populações tradicionais e povos indígenas.

questão climática, elaborado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), com foco sobre o impacto do mercado de créditos de carbono para as comunidades indígenas e quilombolas e como o MPE-PA pode atuar na garantia dos direitos dos povos tradicionais.

Esses livros estão disponíveis gratuitamente *on-line* ([links acima](#)).

Além desses lançamentos, uma importante parceria foi formalizada com o Ministério Públíco Federal do Amazonas (MPF-AM), que prevê a participação de Procuradores da República alocados em diferentes estados da Amazônia Legal. O grupo, formado por profissionais com atuação desde meio ambiente a mineração, já realizou discussões sobre segurança pública ambiental, mercado de carbono, estratégias de combate ao desmatamento, entre outros temas. Em 2025, a parceria segue para uma nova fase, com o aprofundamento dos debates.

Outra importante parceria foi com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Públíco de Meio Ambiente — Abrampa para o apoio à realização do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Públíco de Meio Ambiente 2024 — Edição Belém.

Livros lançados pela iniciativa Diálogos pelo Clima estão disponíveis gratuitamente no site do FUNBIO



Ações de combate ao fogo recebem apoio do programa COPAÍBAS no Cerrado e na Amazônia



21 UCs
APOIADAS
DESM 2021

5 UCs FEDERAIS
APOIADAS A PARTIR
DE DEZEMBRO DE
2024

46 PROJETOS
APOIADOS

4 ESTADOS
PARCEIROS

1,9 MILHÃO
DE HECTARES
APOIADOS

1 CHAMADA DE
PROJETOS
LANÇADA

51 TERRAS INDÍGENAS
APOIADAS

Combate aos incêndios

O apoio do COPAÍBAS tem como objetivo fornecer as ferramentas necessárias para que as UCs possam executar suas atividades, tais como aquisição de materiais e equipamentos; sinalização; relação com as comunidades do interior e entorno; fortalecimento dos conselhos e proteção dos territórios. Nesse contexto, uma estratégia que tem ganhado cada vez mais relevância, em especial no Cerrado, é o manejo integrado do fogo (MIF).

Em novembro, o programa lançou uma nova chamada de projetos, com valor total de R\$ 5 milhões, para apoio à implementação do MIF no interior e no entorno de UCs no Cerrado. As propostas devem atender a quatro linhas de ação principais: estruturação, fortalecimento ou criação de brigadas voluntárias e comunitárias; implementação de planos de manejo integrado do fogo; adoção e melhorias de ferramentas tecnológicas para monitoramento de incêndios; e desenvolvimento de ferramentas de gestão gratuitas para organização, mobilização e assistência ao trabalho de brigadas.

OCEANO ATLÂNTICO

UCs
FEDERAL
ESTADUAL

BIOMAS
AMAZÔNIA
CAATINGA
CERRADO
MATA ATLÂNTICA
PAMPA
PANTANAL



“Essa capacitação sobre gênero trouxe para nós uma sensibilização e um despertar sobre a necessidade de buscarmos formas de atingir as mulheres do entorno para tornar as atividades mais acessíveis a elas. E a partir desse movimento, realizamos uma oficina direcionada para as mulheres no Plano de Uso Público e fizemos uma atividade só para as mulheres durante o evento Um Dia no Parque.”

“

VANESSA CHAVES,
do Parque Estadual Serra Negra, em Minas Gerais

Um livro de cordel e um podcast foram produzidos para abordar a questão de gênero e conservação da natureza



Guardiãs da Floresta

A participação igualitária de mulheres no cotidiano e gestão das UCs, assim como a superação das estruturas patriarcais e machistas que prevalecem no país é um dos desafios nas áreas protegidas brasileiras. Em um de seus pilares, o COPAÍBAS investe na discussão sobre a participação das mulheres e a relevância do tema gênero em projetos de gestão territorial e conservação da biodiversidade.

Para entender o real contexto da questão de gênero nas UCs apoiadas pelo COPAÍBAS, foi contratada uma consultoria, responsável pela realização de um diagnóstico das UCs estaduais de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Maranhão parceiras do programa. Os resultados forneceram a base para a elaboração da publicação “A Questão de Gênero nas Unidades de Conservação — Um debate necessário e um chamado à ação” e o podcast “Marias Guardiãs das Florestas”. Foram realizadas ainda rodas de conversa e um webinário para debater a questão.

O tema também foi destaque durante o primeiro encontro de gestores das UCs parceiras, evento presencial realizado em abril, em Minas Gerais, que reuniu cerca de 50 pessoas durante cinco dias. A programação, que incluiu uma oficina sobre gênero e debates sobre o tema, contou também com a capacitação dos profissionais nos processos de compra do FUNBIO e promoveu um intercâmbio de experiências entre representantes dos quatro órgãos estaduais contemplados pelo programa.

Considerado um sucesso por todos os participantes, a expectativa agora é que o encontro seja realizado a cada dois anos.



Guerreiras da Floresta:
mulheres lideram atividade de
reflorestamento na Terra
Indígena Caru (MA)

Investimento em socioeconomia e na defesa dos territórios

Uma das estratégias do programa é fortalecer a sociobioeconomia e as cadeias produtivas por meio do apoio a comunidades tradicionais e povos indígenas que dependem de produtos da floresta para sua subsistência e geração de renda.

Com R\$ 25 milhões, um dos editais do programa destinou recursos para cinco novos projetos, que buscam fortalecer arranjos produtivos da sociobiodiversidade na Amazônia e no Cerrado.

Em paralelo, outros quatro projetos foram finalizados

este ano, entre eles a Rede de Sementes do Cerrado, que atua na formação de coletores de sementes no Quilombo Kalunga, em Goiás, para abastecer a cadeia produtiva da restauração.

Outra frente importante apoiada pelo COPAÍBAS é o fortalecimento da gestão territorial e ambiental indígena. Um dos projetos beneficiados nessa estratégia é o Guerreiras da Floresta, que atua na Terra Indígena Caru, no Maranhão. A iniciativa promove o monitoramento e a proteção da floresta, em paralelo com o

fortalecimento do protagonismo e participação das mulheres, e em 2024 lançaram um [site próprio](#) com recursos do projeto.

Aberta em 2022, outra chamada da frente de gestão territorial e ambiental indígena teve como caráter inédito a inclusão de uma fase preparatória de seis meses — concluída no primeiro semestre de 2024 — que permitiu o amadurecimento das propostas e resultou na apresentação dos projetos, que puderam então sair do papel para a fase de implementação, com duração prevista de dois anos.

GEF Mar

Projeto Áreas
Marinhas
e Costeiras
Protegidas



Os manguezais estiveram no centro das ações do projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar). Entre as principais ações está a contratação de uma consultoria, com duração de um ano, para subsidiar a elaboração de um Plano de Ação para implementação do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil – ProManguezal e a atualização do Atlas de Manguezais do Brasil. O ProManguezal é uma política pública instituída pelo Decreto nº 12.045, de 5 de junho de 2024, para promover a proteção

e o uso sustentável dos manguezais no Brasil.

Além disso, o projeto destinou recursos de cerca de R\$ 7 milhões para as seis novas Unidades de Conservação, totalizando 36 UCs apoiadas, que juntas protegem uma área total de cerca de 96 milhões de hectares da zona costeira e marinha. A ampliação e consolidação desse apoio é mais um importante passo para alcançar a sustentabilidade financeira das UCs do Brasil, promover a conservação da biodiversidade e fortalecer a gestão das áreas protegidas.

GEF Mar apoiou a construção do ProManguezal, política pública que promove a proteção e o uso sustentável desses ecossistemas



PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



ODS



SUMÁRIO



Na RESEX Canavieiras, no Sul da Bahia, encontro reuniu organizações comunitárias de povos e comunidades tradicionais e beneficiárias ou usuárias de UCs apoiadas pelo projeto



APOIO À SOCIOBIODIVERSIDADE

Em paralelo, o GEF Mar abriu uma chamada no valor de R\$ 3,8 milhões, para seleção de projetos com o objetivo de promover a articulação e o fortalecimento de organizações comunitárias de povos e comunidades tradicionais e beneficiárias ou usuárias de UCs apoiadas pelo GEF Mar. A iniciativa tem ainda como foco promover a participação de mulheres e jovens; desenvolver e fortalecer o Turismo de Base Comunitária, com geração de fontes alternativas de renda; garantir a segurança alimentar dessas comunidades e fomentar esforços para adaptação às mudanças climáticas. Foram selecionadas 16 instituições, de diferentes estados, que terão contratos de duração média de dois anos. E no início de dezembro cerca de 50 pessoas dos subprojetos, equipe do MMA, do FUNBIO, do ICMBio e do projeto TerrMar participaram de capacitação para iniciarem seus trabalhos. O encontro aconteceu na

sede da Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras (AMEX), Bahia.

O projeto também realizou a contratação da consultoria que ficará responsável por subsidiar a construção de um Programa de Conservação e a Rede de Monitoramento dos Recifes de Coral no Brasil; e apoiou a realização da reunião preparatória para o segundo ciclo do Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais).

Além disso, está em elaboração a 26ª chamada de bolsas de pesquisa do GEF Mar, com o objetivo de fomentar pesquisas relacionadas às frentes de ação do projeto. Ao longo das 25 edições já realizadas, um total de 139 bolsas de pesquisa já foram implementadas, 28 delas ainda em andamento.

Planejamento Espacial Marinho inédito

O GEF Mar realizou a contratação da consultoria que irá executar o primeiro Planejamento Espacial Marinho (PEM) da Região Nordeste do Brasil, um trabalho pioneiro e fundamental para melhor gestão dos recursos da zona costeira e marinha. O levantamento, com duração prevista de quatro anos, terá o investimento estimado de R\$ 10 milhões.

A elaboração do PEM faz parte de um compromisso firmado pelo país em 2017, na 1ª Conferênc-

ia das Nações Unidas para os Oceanos, para concluir todo o mapeamento até 2030. A iniciativa é executada em parceria com a Marinha do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A execução do PEM das outras regiões do país está sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em setembro de 2024, o GEF Mar selecionou a consultoria

que ficará responsável pelo trabalho, que inclui o mapeamento dos diferentes usos do território marinho e costeiro, o levantamento e a articulação de todos os atores envolvidos. A empresa selecionada foi a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, que atua em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A primeira reunião do projeto foi realizada em novembro.



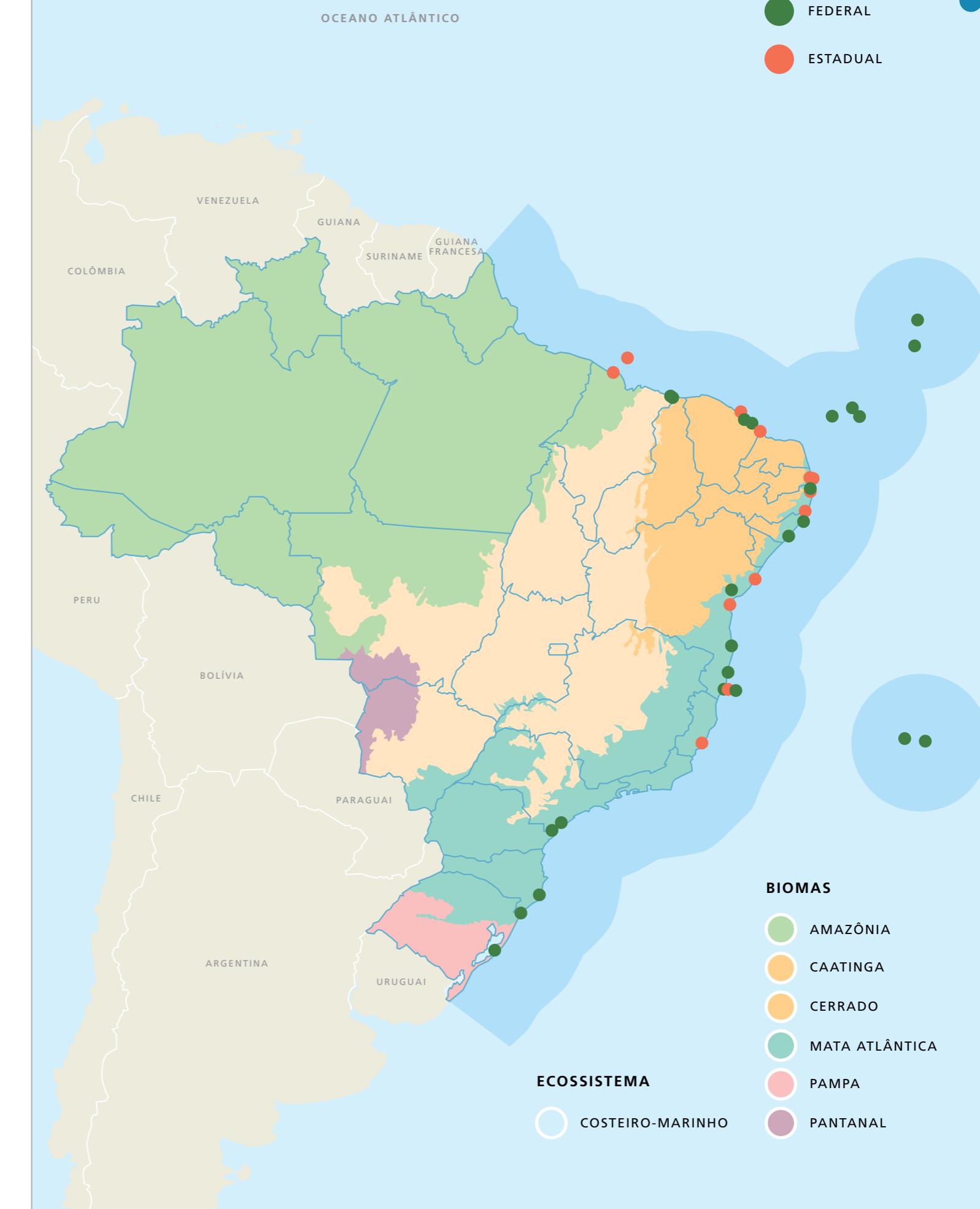
Corais do Parque Estadual Marinho PEM do Parcel de Manuel Luís, localizada no estado do Maranhão

Apoio a novas Unidades de Conservação

O GEF Mar é um projeto do governo federal, coordenado pelo MMA e com gestão financeira e operacional do FUNBIO, com vigência até 2029, que atua com o objetivo de fortalecer a proteção e a gestão dos ambientes marinhos e costeiros do Brasil.

Em sua missão de fomentar a sustentabilidade financeira e melhor gestão e efetividade das UCs marinhas e costeiras, o GEF Mar adicionou mais de 2,8 milhões de hectares de áreas protegidas beneficiadas pelo projeto: Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz (PE), Área de Proteção Am-

biental Berçários da Vida Marinha (CE), Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado (PB), Área de Preservação Ambiental Reentrâncias Maranhenses (MA), Área de Preservação Ambiental Ilhas de Tinharé Boipeba (BA) e Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (BA).



97,9 MILHÕES DE HECTARES

36 UCs APOIADAS

12 ESTADOS ALCANÇADOS

O projeto também proporcionou uma capacitação completa e presencial para os novos gestores do programa, realizada em Natal (RN), em março.

Além disso, os recursos do projeto permitiram a elaboração do plano de manejo da APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos (BA); a formação do Conselho Consultivo das Unidades de Conservação federais do arquipélago de São Pedro e São Paulo (PE); e a construção do Centro de Convivência Comunitário da Reserva Extrativista Canavieiras (BA), que começou em setembro deste ano e deve ser concluída em 2025.

“O apoio do GEF Mar é fundamental para uma série de atividades que a gente desenvolve nas UCs dos arquipélagos de Trindade e Martim Vaz e de São Pedro e São Paulo, que nós chamamos de grandes UCs oceânicas. Desde a formação dos conselhos, elaboração de planos de manejo (processo que irá começar em 2025), até o monitoramento de tubarões e de embarcações pesqueiras e um projeto de rastreabilidade do atum”, reforça Júlio Rosa, gestor do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) de São Pedro e São Paulo.

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é uma das 36 UCs apoiadas pelo projeto



Além disso, os recursos do programa financiaram a realização de um *workshop* de pesquisa de ilhas oceânicas, no início de outubro, que apresentou uma síntese das pesquisas realizadas nos últimos quatro anos. “Isso é importante para termos uma ideia não só do que está sendo estudado, mas também das lacunas de conhecimento que precisam ser preenchidas para apoiar a gestão das UCs”, relata Júlio. O evento contou com a participação de mais de 70 pessoas, com a presença de representantes da Marinha, de universidades do Brasil inteiro e do CNPq.

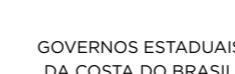
No NGI Abrolhos, que une a gestão do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e da Reserva Extrativista de Cassurubá, ambos na Bahia, o gestor Erismar Rocha destaca a importância do apoio do GEF Mar para o enfrentamento dos desafios de gestão, em particular das espécies exóticas e invasoras, como o coral-sol e o peixe-leão, evitando sua invasão no arquipélago.

“O projeto GEF Mar tem garantido desde equipamentos básicos e estruturação das UCs até a

criação de uma estrutura para detecção precoce e resposta rápida relacionada a espécies exóticas, inclusive com o combate a elas. Tivemos, por exemplo, a erradicação de roedores em quatro ilhas, um trabalho fundamental para conservação da biodiversidade local”, destaca Erismar Rocha, gestor do NGI Abrolhos.

O NGI também está tirando do papel a exposição “Abrasolhos”. Uma consultoria responsável foi contratada em junho e a mostra deve ser exibida em 2025, no Centro de Visitantes das UCs.

Erismar acrescenta ainda o papel dos recursos na manutenção de uma estrutura de gestão participativa, com reuniões constantes do conselho, nas ações de monitoramento da biodiversidade, tanto no manguezal quanto no arquipélago, e nos esforços para mapeamento e cadastro das famílias e identificação de beneficiários, dentro da RESEX, para o programa Bolsa Verde, do governo federal, que dá assistência a famílias em extrema pobreza comprometidas em apoiar a conservação da natureza. Ao todo, mais de mil famílias da RESEX recebem o auxílio.



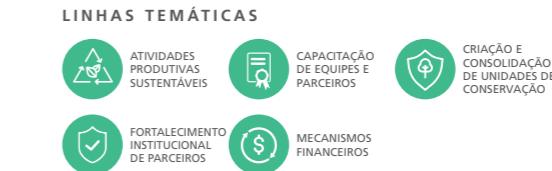
Fundo Marinho

O Fundo Marinho foi criado para garantir a continuidade do projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar), que apoia o fortalecimento e a criação de Unidades de Conservação marinhas e costeiras e a promoção de políticas públicas relacionadas à proteção dos oceanos. O ano foi marcado por um novo aporte ao projeto, no valor de R\$ 46 milhões, oriundo de um Termo de Compromisso firmado entre o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Petrobras em 2018, para disciplinar as ações e medidas necessárias para adequação das plataformas marítimas da em-

presa petrolífera, em relação ao descarte de água de produção.

O Fundo, gerido e executado pelo FUNBIO, tem como objetivo garantir a manutenção do apoio a 30 das UCs beneficiadas atualmente pelo projeto GEF Mar.

Ainda em estágio inicial, em 2024 o projeto começou o processo de articulação para estabelecer a governança do Fundo. Os recursos serão aplicados pelo FUNBIO para garantir sua rentabilidade e a sustentabilidade do apoio dado às UCs.



Parque Estadual Marinho (PEM) do Parcel de Manuel Luís (MA)

Fundo Global para Recifes de Corais

O Fundo Global para Recifes de Corais (GFCR, na sigla em inglês) é um esforço mundial para financiar ações que garantam o futuro dos ambientes coralíneos diante de ameaças como a crise climática e a poluição, que causam aquecimento e acidificação dos oceanos. No Brasil, o FUNBIO é a agência executora dos recursos a serem captados para essa iniciativa, com o objetivo de promover negócios de impacto socioambiental positivo e a

transição para economia azul, aliando a conservação dos corais ao desenvolvimento das economias locais que dependem deles.

Com oito mil quilômetros de litoral, o Brasil tem o potencial de ser um dos líderes nessa agenda. Para isso, é preciso articular e capacitar os diversos atores locais, entre ONGs, governos, pesquisadores e comunidades, para avanços no zoneamento dos usos e identificação de potenciais



arranjos de negócios em cadeia, como, por exemplo, turismo de baixo impacto, pesca sustentável e tecnologias de gestão de resíduos.

Criado em 2020, o GFCR funciona com um modelo de *blended finance*, que une recursos públicos, de fomento ou filantrópicos a capital privado, numa coalizão público-privada que envolve agências das Nações Unidas, governos, fundações, doadores e investidores.

Parque Estadual Marinho (PEM) do Parcel de Manuel Luís (MA)

GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS

MARÉS do Norte

O projeto MARÉS do Norte: Mapeamento participativo de regiões estratégicas marinhas da Região Norte do Brasil teve início em agosto de 2024. A iniciativa tem como objetivo cumprir uma etapa necessária que antecede o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da Região Norte. Para tal, em outubro foi publicado um edital para contratação de uma consultoria, que ficará responsável pelo mapeamento participativo, para preencher lacunas sobre os diferentes usos da zona marinha e costeira na Região Norte, em especial por comunidades tradicionais, como pesca artesanal, aquicultura, mas tam-

bém atividades esportivas e até o turismo. A empresa, ainda a ser selecionada, será contratada em 2025 para dar início ao trabalho, com previsão de conclusão em 2026. O projeto dispõe de um valor total de R\$ 2,56 milhões, dos quais a maior parte será destinada à consultoria.

“É um projeto pioneiro no Brasil esse mapeamento participativo, que nos dá não só a área que as atividades e pessoas usam, mas a conexão que elas têm com essas áreas, transformando em valores que podem ser culturais, sentimentais ou econômicos



também. E no final teremos um mapa de calor com as áreas com maior valor para determinadas atividades, o que nos permite entrar numa mesa de negociações e discutir, com base nas áreas do oceano que são realmente usadas por diferentes atividades”, explica Martinez Scherer, coordenadora geral do Gerenciamento Costeiro, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

POP Sítios Ramsar

Os manguezais da foz do Rio Amazonas são um ambiente extremamente valioso do ponto de vista biológico e social. Repletas de vida, as áreas de mangue são berçários para diversas espécies de animais e ponto de descanso e alimentação para tantas outras, inclusive a humana, sendo fundamental para segurança alimentar e geração de renda de comunidades tradicionais. Além disso, os manguezais prestam um serviço ecossistêmico crucial diante da crise climática, com a proteção das

zonas costeiras contra tempestades e sequestro de carbono.

O projeto Protecting Our Planet Challenge (POP) Sítios Ramsar tem como foco justamente os manguezais amazônicos situados na região de influência da foz do Amazonas e contempla 23 Unidades de Conservação federais e estaduais, nos estados do Amapá, Maranhão, Pará e também no Piauí e no Ceará. Em fevereiro de 2024, foi assinado o termo aditivo do acordo de cooperação en-



O QUE É O PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO?

As águas brasileiras se estendem por cerca de 5,7 milhões de km², uma imensidão azul que ainda apresenta lacunas, em especial sobre os diferentes atores que fazem uso desse território. O Planejamento Espacial Marinho (PEM) faz parte de um esforço provocado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para que os países conheçam melhor seus mares e possam fazer um uso mais racional deles, tendo em vista a meta global de garantir 30% do território marinho protegido até 2030.

No Brasil, o MMA anunciou que pretende concluir o PEM até 2030. O plano será elaborado por regiões, sendo o GEF Mar, executado pelo FUNBIO, o responsável pela contrata-

ção do PEM para a Região Nordeste e, por meio do projeto MARÉS do Norte, pela viabilidade da contratação desse mapeamento que irá embasar o PEM da Região Norte.

“A ideia é mapear todos os usos e atividades na zona costeira e marinha que ocorrem na Região Norte do país. Alguns usos, principalmente os de pequena escala, como a pesca artesanal, aquicultura familiar e turismo de base comunitária, são atividades muitas vezes de grande importância, principalmente para as comunidades, mas que nós não temos mapeados. Essa ação vai levar a um processo de planejamento espacial”, resume a coordenadora Martinez Scherer.



tre o FUNBIO e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que permitiu a retomada do trabalho, com o mapeamento dos principais atores envolvidos no território.

Esse esforço foi concretizado por meio de três oficinas, encontros presenciais — realizados nas capitais Macapá (AP), Belém (PA) e São Luís (MA) — com o objetivo de discutir a governança, fortalecer, integrar e dialogar com as comunidades tradicionais presentes no território, assim como outros atores locais, garantindo uma construção participativa do planejamento dos próximos passos para implementação do projeto.

As atividades fazem parte das metas do programa ProMangue-

ral, política pública instituída pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para promover a conservação dos manguezais, que recebe recursos do projeto Áreas Marinhais e Costeiras Protegidas – GEF Mar, executado pelo FUNBIO.

A iniciativa conta com financiamento da Bloomberg Ocean Initiative e Re:wild, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e com apoio do FUNBIO como gestor financeiro. A iniciativa é voltada para as áreas úmidas de relevância internacional, que por isso recebem o título de Sítios Ramsar, em especial os manguezais amazônicos.

O projeto, que está em sua Fase II, dá continuidade às ações do projeto Manguezais Amazônicos, com o objetivo de estabelecer um sistema de governança dos manguezais da foz do Amazonas e promover a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável, justificando seu reconhecimento como Sítio Ramsar.

A execução do projeto é um passo importante para avançar em compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção de Ramsar — que dá o título de Sítio Ramsar às áreas úmidas de relevância internacional —, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

GEF Terrestre

2 CHAMADAS

3 BIOMAS



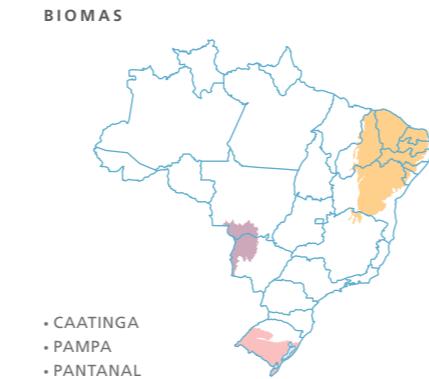
01/03/2024 — *O GLOBO*
Risco de estiagem e fogo: seca faz três dos rios mais importantes do Pantanal baixarem para seu menor nível

20/08/2024 — *TV GLOBO*
Pernambuco vai criar novas Unidades de Conservação na Caatinga

01/09/2024 — *O GLOBO*
Intoxicados, feridos e mortos: animais são vítimas do fogo no Pantanal

15/09/2024 — *O GLOBO*
Onde a natureza resiste: rodeado pelo fogo, santuário na Serra do Amolar, no Pantanal, usa IA como aliada da preservação

Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal



Em 2024, o programa Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre) destinou R\$ 21 milhões, sendo aproximadamente R\$ 14 milhões para execução direta no fortalecimento, fiscalização e criação de Unidades de Conservação (UC), restauração de áreas degradadas e proteção e monitoramento da biodiversidade; e outros R\$ 7 milhões para os projetos apoiados. Entre as novidades está a seleção de quatro projetos com foco em ações para o combate e prevenção de incêndios no Pantanal.

Mais uma vez o Pantanal foi palco de grandes incêndios e de seca extrema. E com aumento de 150%, segundo o MapBiomas, de 2023 para 2024. Neste ano, foram 22,38 milhões de hectares atingidos pelo fogo — 13,4 milhões de hectares a mais que no ano anterior. A nova realidade da maior planície alagável do mundo em meio à crise climática e à devastação da natureza pede ações urgentes para tentar resguardar a biodiversidade do bioma. Diante do cenário do fogo no Pantanal, o GEF Terrestre publicou uma chamada para seleção de projetos de Manejo Integrado do Fogo (MIF), voltados para prevenção e combate dos incêndios no interior e entorno de Unidades de Conservação.

“O Plano de Manejo Integrado do Fogo faz parte dessa tentativa de compreender o sistema ecológico na Taiamã e no Pantanal, para prevenir e combater os incêndios, para evitar que o fogo se amplie”, reforça Solange Ikeda, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), além de colaboradora do Instituto Gaia. **“Se a água não vier do planalto, não vier das nascentes, se estiver tudo degradado... o fogo vai entrar. É tudo muito sistêmico. O Pantanal precisa que a água chegue e para isso precisamos da restauração desses corredores”**, completa.

PARCEIROS



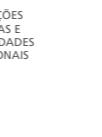
ACADEMIA



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



MANEJO DE ESPECIES



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

“O GEF Terrestre é importante porque chama a atenção antecipadamente para uma situação que o Pantanal tem enfrentado nos últimos anos, dentro desse novo contexto de seca e crise climática. É muito do que foi feito, como esses Planos de Manejo Integrado do Fogo, não aconteceria sem o projeto, nessa tentativa de manutenção da biodiversidade e da conservação do Pantanal.”

SOLANGE IKEDA,
fundadora e colaboradora
do Instituto Gaia

Brigada Alto Pantanal,
criada pelo Instituto
Homem Pantaneiro (IHP),
atua no manejo e combate
do fogo na Serra do
Amolar (MS)



SUMÁRIO





Conforme explica a professora, a prevenção aos incêndios está associada a outra frente de ação, também promovida pelo GEF Terrestre: a restauração ecológica. Em 2024, o GEF apoiou 25 projetos de recuperação de áreas degradadas e de fortalecimento da cadeia produtiva da restauração. Desses, 15 finalizaram suas atividades em 2024. Ao todo, as iniciativas somam 6.957 hectares de áreas em processo de recuperação, um resultado que supera a meta inicial do projeto, de cinco mil hectares. Além da restauração, também foram apoiadas ações para manejo do fogo, de modo que os recursos também garantiram o fortalecimento da Brigada Alto Pantanal, criada pelo Instituto Homem Pantaneiro (IHP), que atua na região da Serra do Amolar.

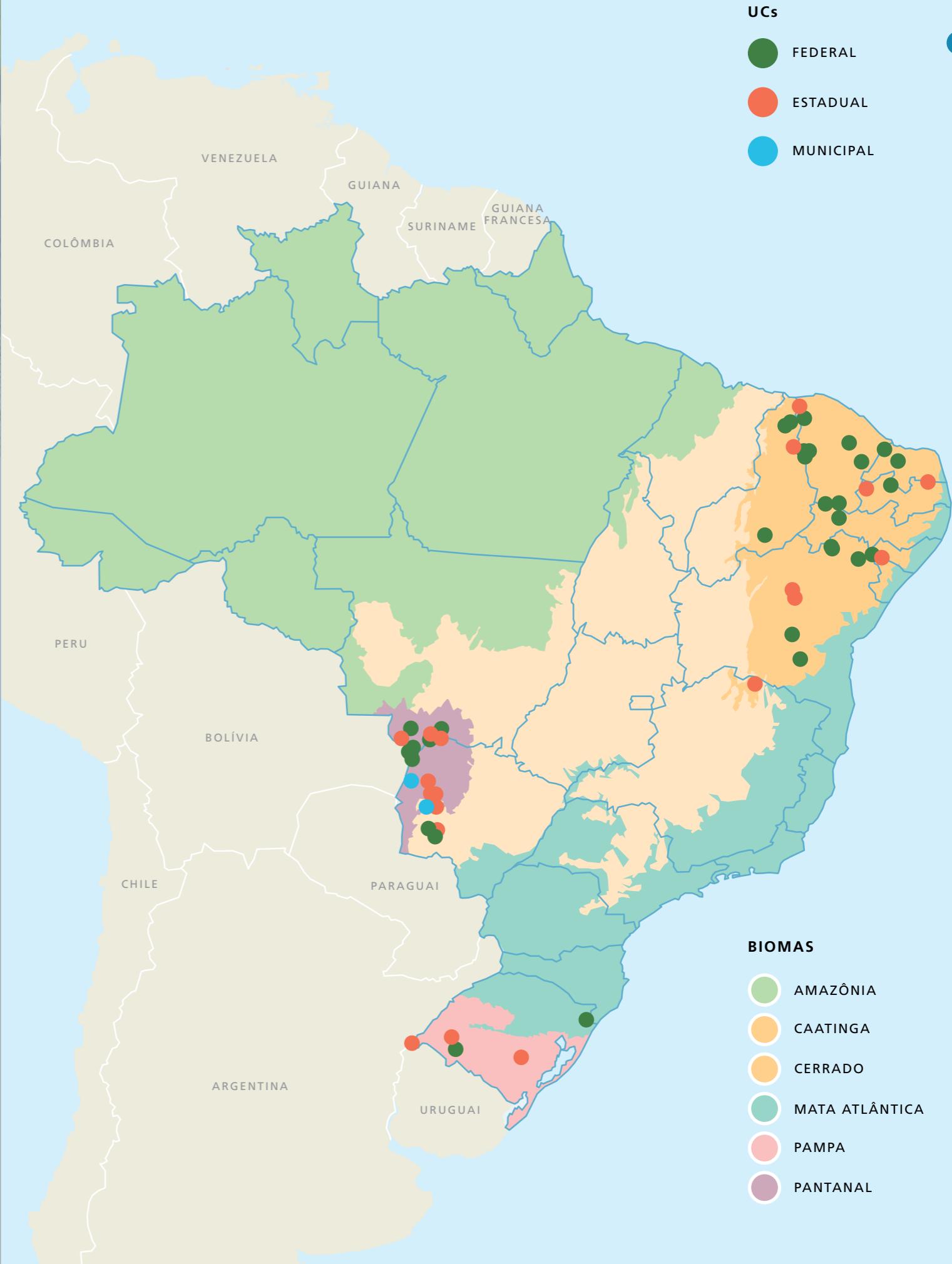
A colaboradora destaca ainda um resultado indireto das ações do projeto: a criação do Pacto pela Restauração do Pantanal. "Se não fosse pela iniciativa do GEF Terrestre, isso não aconteceria", destaca Solange. Em

2024 também foi criada a Rede pela Restauração da Caatinga (RECAA). No Pampa, a Rede Sul de Restauração Ecológica atua desde 2021 e foi fortalecida pelo projeto GEF Terrestre.

Em 2024, os recursos do GEF Terrestre beneficiaram um total de 59 Unidades de Conservação com ações voltadas para planos de manejo e planos específicos, gestão, infraestrutura, fiscalização, manejo do fogo, práticas produtivas sustentáveis e monitoramento da biodiversidade.

Um grande marco é o início da parceria com nove órgãos estaduais, resultado da assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com nove Estados (PB, PE, CE, BA, PI, MG, MT, MS e RS) e da chamada de projetos para criação e consolidação de UCs nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal, aberta em 2023. Foram selecionados projetos para apoiar processos de criação e fortalecimento de UCs estaduais nos três biomas, com valor destinado de

OCEANO ATLÂNTICO



aproximadamente R\$3,5 milhões para criação de 11 áreas protegidas estaduais — seis delas em Pernambuco, quatro no Ceará e uma no Rio Grande do Sul — e R\$2,9 milhões para fortalecimento de outras seis UCs estaduais — quatro na Caatinga, uma no Pantanal e uma no Pampa.

“O apoio do GEF Terrestre para as UCs da Caatinga vem para fortalecer e também para implementar algumas Unidades de Conservação, porque muitas delas foram criadas, mas não foram implementadas e sequer têm plano de manejo”, explica Samuel Portela, coordenador de Conservação da Biodiversidade da Associação Caatinga.

A ONG executa projetos para fortalecimento do Parque Estadual do Cânion do Rio Poti e do Parque Estadual das Carnaúbas, nos estados do Piauí e do Ceará respectivamente, que incluem ações de prevenção e combate a incêndios, elaboração de plano de sustentabilidade financeira e educação ambiental. A Associação também é quem executa os estudos para dar início ao processo de criação de outras quatro UCs no estado.

No âmbito federal, foram 20 UCs beneficiadas pelo projeto. A maioria delas (16) está na Caatinga, outras duas no Pampa e duas no Pantanal.



Maior Unidade de Conservação no Pampa, com 317 mil hectares, a Área de Proteção Ambiental (APA) Ibirapuitã está entre as que receberam apoio. “Com os recursos do GEF Terrestre nós investimos em fiscalização e conseguimos adquirir equipamentos como drones, câmeras de vigilância e caiaques, que nos permitem fazer a fiscalização do curso d’água, que nós não tínhamos”, conta Raul Coelho, gestor da APA Ibirapuitã.

“A APA tem 30 anos e nunca tinha recebido apoio algum. Em 2023 começamos a receber esse recurso do GEF Terrestre e este ano conseguimos pelo governo federal a contratação de agentes ambientais temporários. Então estamos com gente e recursos, o que é fundamental para garantir a conservação na área”, reitera o gestor da APA Ibirapuitã, Raul Coelho.

Na Caatinga, foi criada a RPPN Ruth Paes Pires I, com 20 hectares, e outras cinco RPPNs foram submetidas para criação e ainda estão em análise. Somadas, as áreas cobrem aproximadamente 170 hectares.

O GEF Terrestre também destinou recursos para realização da Oficina de Critérios de Priorização para Criação de Unidades de Conservação Federais, organizada pelo ICMBio, que reuniu 150 especialistas, instituições e representantes da sociedade civil para avaliar propostas de novas UCs no país em cada bioma, elencar as áreas prioritárias e avançar com os processos.



Vista da RPPN Serra das Almas (CE)

Biodiversidade

Para promover a conservação de espécies ameaçadas e o controle de espécies exóticas invasoras, o GEF Terrestre também investiu na pesquisa e monitoramento da fauna e da flora. O trabalho foi feito em sinergia com os Planos de Ação Nacional e Territorial — políticas públicas para conservação da biodiversidade. Em 2024, foram elaborados quatro planos e outros nove tiveram ações executadas. Ao todo, as iniciativas avaliaram o estado de conservação de 550 espécies da fauna e mil da flora.

Um dos destaques foi a contratação de 70 bolsistas para ações relacionadas ao monitoramento da biodiversidade e à conservação de espécies ameaçadas. Além disso, foram iniciados, em 12 UCs federais, protocolos de monitoramento da biodiversidade, relacionados ao Programa Monitora/ICMBio.

ARCA



Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, Curaçá (BA)

Com uma identidade integralmente brasileira, a Caatinga é lar de milhares de espécies da fauna e da flora do país, algumas delas únicas ao bioma, que fazem dele o semiárido mais biodiverso do planeta. E foi com o propósito de apoiar a proteção de todo esse rico patrimônio ambiental que nasceu o projeto Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA), anunciado em junho na reunião do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Para sair do papel, a nova iniciativa conta com USD 8,8 milhões do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês), sob gestão do GEF. Com os recursos, o ARCA irá fortalecer aproximadamente 4,5 milhões de hectares — território similar ao do estado do Rio de Janeiro — de Unidades de Conservação (UCs) distribuídas em quatro estados do Nordeste: Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

O projeto do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) também vai fomentar a pesquisa sobre a biodiversidade em um dos biomas menos estudados do país. Serão usadas

BIOMA



• CAATINGA

EM PAUTA

21/06/2024 — VALOR
Caatinga vai ganhar US\$ 10 milhões para preservação

EM PAUTA

PARCEIROS



ACADEMIA



EMPRESAS



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CREAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MANEJO DE ESPÉCIES



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

NDC ODS



NDC



ODS



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES



12 CICLOMÉTRICO
13 AGUA E BIODIVERSIDADE
14 CLIMA E BIODIVERSIDADE
15 ÁRVORES

“O GEF, por meio do GBFF, está muito contente em apoiar o ARCA a criar e fortalecer a gestão de áreas protegidas neste bioma único e de importância global, com base no bem-sucedido apoio do GEF a um programa similar na Amazônia, o Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O investimento no ARCA contempla o apoio direcionado e a capacitação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais para a gestão territorial e o reconhecimento de suas vitais contribuições para a conservação e o uso sustentável da Caatinga.”

CLAUDE GASCON,
diretor de Estratégia e Operações no GEF

Iguana-verde (*Iguana-iguana*) na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio das Almas (CE)



Probio II

Com o objetivo de promover princípios de conservação e uso sustentável da biodiversidade, em especial nos setores produtivos, o Probio II – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade apoiou o fortalecimento da bioeconomia nas comunidades tradicionais do Maranhão. Em 2024, implementou um Arranjo Produtivo Local (APL) dos produtos do extrativismo sustentável que rendeu um faturamento bruto de R\$263 mil para os comunitários. Os produtos incluem biojoias, artesanato em fibras e cipós, sabonetes e o beneficiamento de outros produtos da floresta.

Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade



Compõem a APL o Centro de Arte da Sociobiodiversidade Serra da Estrela; Unidade de Coleta e Beneficiamento de Produtos da Floresta; Ateliê de Biojoias e Produtos Decor; Ateliê de Produtos Decor em Fibras e Cipós – Cestarias; e Oficina Artesanal de Sabão e Sabonete.

As ações são geridas pela ONG maranhense Agência de Desenvolvimento Extensão Amazônia, enquanto a gestão financeira é responsabilidade do FUNBIO. A prioridade da iniciativa é dar suporte à organização comunitária e ao protagonismo das mulheres. Os trabalhos ocorrem nas 12 comunidades que estão no entorno da reserva florestal Fazenda Eldorado — de propriedade da Suzano — e nas reservas extrativistas da Mata Grande e do Ciriaco.

O projeto realizou ainda o cadastro de 67 famílias, para acompanhar a evolução da renda familiar e, com apoio desta e de outras iniciativas, contribuir para tirá-las da pobreza.

PARCEIRO



EMPRESAS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



EQUIDADE DE GÊNERO



MANEJO DE ESPÉCIES



MECANISMOS FINANCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

NDC ODS



2. PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL



5. GÊNERO E DIREITOS HUMANOS



6. BIODIVERSIDADE



7. MUDANÇAS CLIMÁTICAS



12. MECANISMOS FINANCEIROS



13. BIODIVERSIDADE



15. BIODIVERSIDADE



17. BIODIVERSIDADE



18. BIODIVERSIDADE

Cidelândia, Davinópolis, Buritirana e João Lisboa.

Foi realizada também uma exposição com a primeira coleção de biojoias e itens decorativos da marca Estrela da Serra, que exibiu peças confeccionadas à mão por essas mulheres.

ECONOMIA DA FLORESTA

Se em 2023 o destaque foi a implementação de sistemas agroflorestais e viveiros, em 2024 o foco foi transformar esses elementos da floresta, como fibras, cipós, cascas e sementes, em produtos e gerar fontes de renda associadas à conservação da natureza, com o fortalecimento do cooperativismo entre os comunitários e a promoção do protagonismo feminino.

O projeto apoiou a aquisição de insumos para atender as demandas dos negócios locais, a prospecção de mercados, assim como a divulgação e comercialização dos produtos das famílias de agricultoras, artesãs e quebradeiras de coco das comunidades extrativistas na Região Tocantina, no Sudoeste do Maranhão, onde estão as cidades de Imperatriz,

8 INICIATIVAS APOIADAS



novos

Data Clima+

A transparência é um pilar fundamental para o monitoramento do progresso das ações de mitigação, adaptação, apoio e financiamento no combate às mudanças do clima, desenvolvidas pelo Acordo de Paris, tratado internacional sobre mudanças climáticas firmado em 2015, do qual o Brasil é signatário. Por isso, o acordo também estabeleceu a criação de uma Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF, na sigla em inglês). E em agosto de 2024, o

país deu um passo importante nessa agenda com a criação do projeto Fortalecimento do sistema nacional de transparência no Brasil no âmbito do Acordo de Paris – DataClima+, executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com parceria de coexecução do FUNBIO.

O objetivo do projeto é formalizar e agilizar a governança dos dados climáticos necessários para cumprir os requisitos do ETF e

subsidiar a tomada de decisões e a formulação de políticas nacionais. Para isso, o DataClima+ irá investir na organização de informações climáticas de alta qualidade, na otimização do ciclo de gestão e análise desses dados, assim como na publicação e compartilhamento das informações.

Com um valor total de USD 4,3 milhões, a expectativa é que as atividades do projeto tenham início no segundo trimestre de 2025.

PARCEIRO



EMPRESAS



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS



MANEJO DE ESPÉCIES



MECANISMOS FINANCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

NDC ODS



13. BIODIVERSIDADE



18. BIODIVERSIDADE



17. BIODIVERSIDADE

Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (AM)



Amazônia Viva

BIOMA



PARCEIROS



EMPRESAS

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

RESTAURAÇÃO
FLORESTAL

LINHAS TEMÁTICA



Processo de colheita
do tucumã



EM PAUTA

29/01/2024 — **VALOR**
Natura, Vert, FUNBIO lançam fundo de R\$12 milhões para financiar agroextrativismo familiar na Amazônia

30/01/2024 — **EXAME**
Com novo mecanismo de financiamento, Natura quer estimular a bioeconomia e evitar atravessadores

24/10/2024 — **VALOR**
IFC investe em comunidades fornecedoras da Natura na região amazônica

O mecanismo de financiamento Amazônia Viva nasceu do intuito de lidar com um dos maiores gargalos na cadeia produtiva das comunidades de extrativistas na maior floresta tropical do mundo: acesso a crédito para investir no negócio. E ao longo do seu primeiro ano de execução o projeto, que começou em dezembro de 2023, já disponibilizou mais de R\$ 8 milhões para cooperativas e associações que trabalham na extração de produtos como o açaí e a castanha, com impacto direto na vida de cerca de 2.500 famílias em quatro estados amazônicos: Amapá, Amazonas, Maranhão e Pará.

O projeto, que nasceu a partir do investimento inicial da Natura, membro fundador do mecanismo, conta com aportes da Good Energies Foundation, do Fundo Vale e, mais recentemente, da International Finance Corporation (IFC). O mecanismo funciona por meio de um financiamento híbrido (*blended finance*) que une sob uma mesma governança dois instrumentos financeiros, um de mercado e outro filantrópico. No primeiro, está o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitido e gerido por uma securitizadora, a VERT, que ofereceu empréstimos às cooperativas agroextrativistas com pouca burocracia e taxa de juros de 8% ao ano.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE

A governança do Amazônia Viva conta com um Conselho Deliberativo, instaurado no primeiro semestre de 2024 e composto por representantes da Natura e investidores, além de lideranças das comunidades agroextrativistas.

“Em 2024, avançamos com a implementação e com a inclusão de novos parceiros financeiros, definição das linhas de atuação e instalação do nosso processo de governança, que conta com a presença de representantes das comunidades. Estamos criando uma governança sólida e transparente e

fortalecendo ações para valorizar a biodiversidade, a socioeconomia, e contribuir para promover a prosperidade das comunidades. Com isso buscamos um futuro mais justo e regenerativo”, destaca Priscila Matta, uma das idealizadoras do mecanismo Amazônia Viva e gerente sênior de Sustentabilidade da Natura.

Em junho, foi organizado um seminário no município de Benevides, no Pará, que reuniu cerca de 80 pessoas, entre comunitários e representantes da Natura, VERT e FUNBIO. O evento teve como marco a

realização da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

O projeto envolve comunidades em 13 Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável — ou seja, que permitem atividades de extração em equilíbrio com a conservação da natureza — em quatro estados. A expectativa é que o mecanismo beneficie mais de 10 mil famílias agroextrativistas, contribuindo não apenas para a geração de renda, mas também para a conservação de aproximadamente três milhões de hectares da Amazônia brasileira.

Amazônia Viva

O crédito permite que a cooperativa tenha no início da safra anual recursos em mãos para pagar com antecedência a logística do produtor e comprar a matéria-prima que será entregue ao final da safra.

Do outro lado do mecanismo está o Fundo Facilitador (Enabling Conditions Facility – ECF), que destina recursos de doação para capacitação, estruturação e fortalecimento das organizações fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade, de suas cadeias produtivas e de seus territórios.

O ECF tem como objetivo lidar com outro gargalo identificado ao longo de décadas de trabalho

junto às comunidades: a expertise para fazer a gestão financeira e operacional da produção. Além disso, a Natura, membro fundador do mecanismo e investidora do projeto, atua também com contratos de compra de safras das produções, mitigando riscos para a operação.

Ao todo, já foram disponibilizados R\$ 8,6 milhões em crédito para 13 associações e cooperativas agroextrativistas da Amazônia e outros R\$ 600 mil destinados à contratação de consultorias que ajudam a aprimorar e fortalecer a gestão das cooperativas e associações, promovendo a participação e o protagonismo das mulheres.

Armazenamento do tucumã



O Fundo Facilitador prevê ainda a oferta de mentoria para as comunidades agroextrativistas elaborarem e aplicarem seus próprios projetos a uma chamada lançada pelo FUNBIO para melhoria da infraestrutura das Unidades de Beneficiamento visando a maior adequação à certificação UEBT (Union for Ethical Biotrade). A expectativa é que o ECF invista até R\$ 7,5 milhões no próximo ano, por meio dessa chamada e na implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) de macaúba, palmeira nativa do país da qual é extraído óleo que pode ser usado como combustível na aviação.

“O projeto vem responder a necessidades reais e históricas dos extrativistas da Amazônia. Minha expectativa é que daqui a algum tempo isso possa se expandir para outras organizações e territórios.

ADEVALDO DIAS,
presidente do Memorial Chico Mendes, organização que presta assessoria técnica ao movimento social dos extrativistas

“O mecanismo não só financia as cooperativas e associações, como também dá autonomia para que a gente consiga fazer a gestão dos nossos próprios recursos.

SANDRA AMUD,
presidente da Associação de Produtores e Beneficiadores Agroextrativistas de Beruri (Assoab), no Amazonas

Novos investidores

Em outubro, o Amazônia Viva celebrou a chegada de mais um investidor na linha de crédito do programa: a International Finance Corporation (IFC), com aporte inicial de R\$ 6 milhões. É a primeira vez que a instituição — que pertence ao grupo do Banco Mundial e tem atuação voltada para o setor privado em mercados emergentes — financia comunidades tradicionais e agricultores familiares na região amazônica.

Com a entrada da IFC, o instrumento de crédito do Amazônia Viva passa a ter dois tipos de cotas, chamadas de “mezanino” e “sênior” — esta última passa a remunerar os investidores. Além disso, a instituição do Banco Mundial apoiará a VERT para fortalecer o sistema de gestão de risco socioambiental da securitizadora, de modo que o mecanismo possa incorporar, no futuro, outras cadeias da sociobiodiversidade e compradores.

UCs INCLUÍDAS NO PROJETO

Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó (PA)

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AM)

Reserva Extrativista Médio Juruá (AM)

Floresta Nacional de Tapajós (PA)

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (AM)

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupá-Baquiá (PA)

Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (MA)

Reserva Extrativista Baixo Juruá (AM)

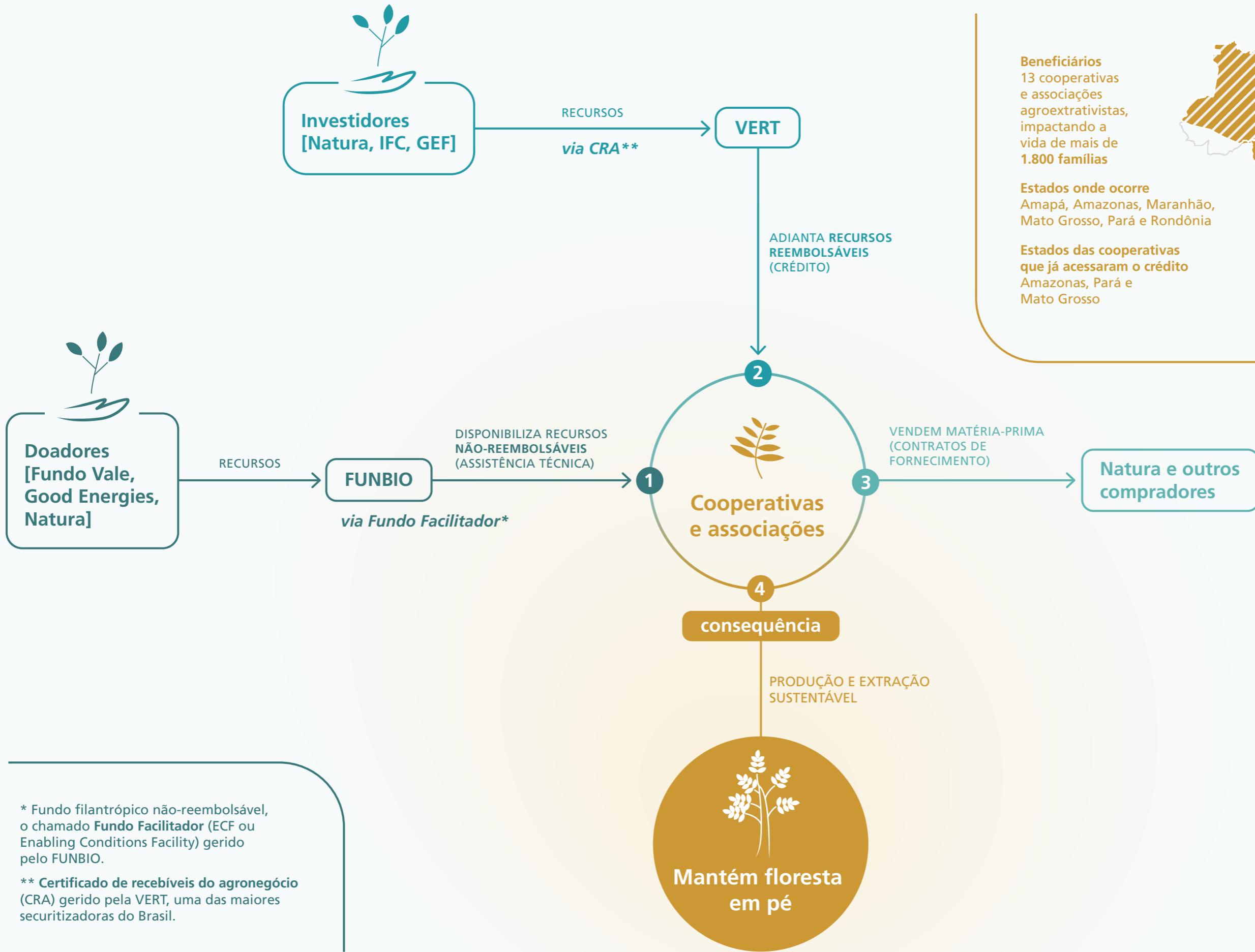
Reserva Extrativista Canutama (AM)

Reserva Extrativista do Médio Purus (AM)

Reserva Extrativista Rio Cajari (AP)

Floresta Estadual Canutama (AM)

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (AP)

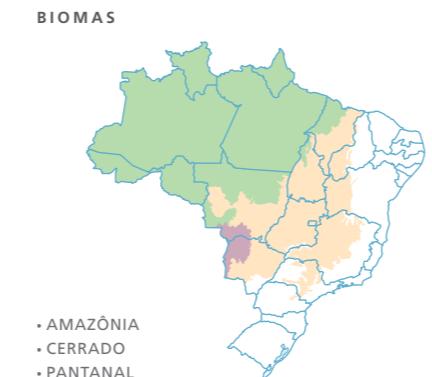


* Fundo filantrópico não-reembolsável, o chamado **Fundo Facilitador** (ECF ou Enabling Conditions Facility) gerido pelo FUNBIO.

** Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) gerido pela VERT, uma das maiores securitizadoras do Brasil.

REM MT

Programa
Global REDD+
Early Movers



Indígenas no Xingu



Por meio de seus investimentos, o programa global REDD+ Early Movers – Mato Grosso (REM MT) conseguiu evitar o desmatamento no estado de 160 mil hectares — o equivalente a pouco mais de um terço do território de Cuiabá. Além do valor ambiental da área de floresta mantida em pé, o valor econômico também foi expressivo, estimado em R\$ 152,97 milhões por ano, de acordo com os preços do mercado de carbono.

Os dados foram levantados por um estudo de avaliação de impacto institucional, publicado em julho de 2024, e evidenciam a importância do programa para proteção da vegetação nativa. O levantamento, feito pela empresa contratada Agroicone, considera as ações executadas pelo REM MT entre 2021 e 2022, por meio de uma metodologia que abrange os recursos alocados e impactos da fiscalização, assim como as dinâmicas de desmatamento no estado. O documento, que também traz recomendações de como aprimorar o programa e seus resultados, **pode ser lido na íntegra on-line**.

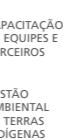
O êxito da iniciativa já tem a continuidade garantida, com a assinatura, em julho de 2024, de acordo para execução da Fase 2 do programa.

O REM MT é resultado da parceria firmada entre os governos alemão e do Reino Unido, por meio do Banco Alemão de Desenvolvi-

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



NDC ODS



SUMÁRIO

mento (KfW), junto ao estado de Mato Grosso, com gestão financeira executada pelo FUNBIO. O programa atua no território mato-grossense — único estado brasileiro que abriga três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal — para fortalecer o aparato institucional do combate ao desmatamento e apoiar os produtores rurais sustentáveis, agricultores familiares e Povos Indígenas, com fomento à produção agropecuária de baixa emissão de carbono.

Desde 2019, o programa REM MT já investiu R\$ 45 milhões na estrutura institucional e física de Mato Grosso, direcionados ao aprimoramento de monitoramento, fiscalização e reestruturação física dos órgãos responsáveis por esses serviços, o que resultou no fortalecimento das ações de

combate ao desmatamento, com destaque para a contratação da plataforma Planet — que permitiu monitoramento mais preciso e em tempo real do desmatamento.

O programa, que caminha para o encerramento da sua primeira fase de implementação, irá compilar todos os resultados dessa etapa em um livro, com lançamento previsto para 2025, que trará ainda entrevistas com mais de 100 beneficiários do REM MT, em 16 projetos na região dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Em 2024, já foram executados R\$ 35 milhões, com 34 mil beneficiários do programa, sendo 18 mil deles indígenas de 43 povos distintos. A execução total do programa, desde 2019, é de mais de R\$ 240 milhões.

ANTONIA SOARES,
agricultora familiar e
coletrora de sementes
do município de
Carlinda

”

Quilombola do Quilombo Mata Cavalo é agricultor familiar e recebe apoio do programa

90
PROJETOS APOIADOS

60
TERRAS INDÍGENAS BENEFICIADAS



Presença na COP da Biodiversidade

Em outubro, o programa REM MT marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, a COP da Biodiversidade (COP16), realizada em Cali, na Colômbia. Dois representantes do programa, o coordenador do subprograma Territórios Indígenas, Marcos Antônio Camargo Ferreira, e a coordenadora dos subprogramas Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais e Produção Sustentável, Daniela Melo, apresentaram os principais resultados do REM em Mato Grosso e como a iniciativa tem contribuído para a defesa da biodiversidade no estado. Também houve troca de experiências com outros programas de REED+, o REM Colômbia, o REM Acre e REM Equador.



Membros da equipe do REM MT apresentam experiências do programa na COP16, em Cali



Em sentido horário: Artesãs do distrito de Ouro Branco, comunidade extrativista de borracha, indígena Zoró e produtora rural da pecuária leiteira, todas apoiadas pelo programa



“O apoio do REM veio em um momento muito oportuno. Era um sonho conseguir recursos pela cooperativa, considerando a demanda para o desenvolvimento da fruticultura e hortifrut. O apoio chegou no momento certo, beneficiando um assentamento com grande potencial na cadeia do pequi.”

NILFO WANDSCHEER,
coordenador da cooperativa



Indígenas Zoró fazem o beneficiamento da castanha do Brasil

Cooperativas que movimentam a economia comunitária

Uma das frentes de atuação do REM MT é o apoio a agricultores familiares, pequenos produtores e Povos Indígenas, promovendo práticas mais sustentáveis e fortalecendo cooperativas e coletivos.

Um dos subprojetos apoiados é o Lançando Novas Sementes, executado pela Cooperativa Solidária da Agricultura Familiar (COOPERSAF), que reúne 92 coletores de sementes em nove cidades da Amazônia mato-grossense. Com recursos do REM, o grupo conseguiu adquirir equipamentos — como balanças de precisão, peneiras e trituradores —, além de assessoria técnica, jurídica e de comunicação para melhorar e fortalecer o negócio.

Na região norte do estado, nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, São José do Rio Claro, Santa Rita do Trivelato e Alto Paraguai, o foco é o pequi. Por meio da cooperativa COO-

PERREDE, o programa destinou R\$ 1,6 milhão à estruturação de uma agroindústria, em fase final, para a produção de polpas de frutas e processamento do pequi, gerando renda por meio do extrativismo sustentável. Os recursos também permitiram a aquisição de um caminhão para coleta e distribuição dos produtos, assim como outros equipamentos, maquinários e infraestrutura para organizar a produção. O subprojeto beneficiará diretamente 90 associados e mais 50 produtores.

Outro subprojeto que recebe recursos do programa é a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs de Nova Monte Verde (AMUVERDE), cooperativa de mulheres que atuam na cadeia da banana no Norte de Mato Grosso. Com o apoio recebido, foi possível aumentar o número de famílias com Sistemas Agroflorestais (SAFs) de 9 para 21, além de melhorar a infraestrutura de

armazenamento, maquinário e processamento para a fabricação de doces, conservas, vendas *in natura* e chips de banana.

Promover a participação feminina nos projetos financiados, fomentar a autonomia financeira e proporcionar melhores oportunidades para as mulheres é um dos objetivos do REM MT. O tema foi destaque ainda em duas cartilhas lançadas em 2024: **Comunicação e mídias sociais para mulheres indígenas** e **Promovendo a equidade: participação das mulheres nas cadeias de valor apoiadas pelo programa REM MT**.

Em junho, foi lançada a cartilha sobre cadeias de valor apoiadas pelo programa: o babaçu, a castanha-do-brasil, o cumbaru e o pequi, com um conteúdo que destaca a história, o cultivo e a importância para o estado desses produtos da sociobiodiversidade.



Websérie Nossos Sabores:
Episódio Pequi



Websérie Nossos Sabores:
Episódio Babaçu



Websérie Nossos Sabores:
Episódio Cumaru

O REM MT nas telas

Em agosto, esses produtos — pequi, babaçu e cumaru — também foram destaque da websérie de três episódios "Nossos Sabores: a jornada dos cultivos tradicionais". A produção convida o espectador para uma imersão na natureza e na gastronomia local de Mato Grosso, que passa pelos três biomas do estado e conta depoimentos de parceiros e beneficiários do REM MT em comunidades tradicionais e Povos Indígenas.

Ao final de cada episódio, o renomado chef Ademir Gudrin

ensina receitas criativas e saborosas, preparadas com o babaçu, o cumaru e o pequi, destacando a diversidade gastronômica desses ingredientes.

Em paralelo, o REM MT, junto com o Instituto Floresta Tropical (IFT) e em parceria com a Coordenadoria de Recursos Florestais (CREF) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-MT) e com o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (CIPEM), lançou em setembro uma série

de quatro vídeos educativos sobre boas práticas em Manejo Florestal Sustentável. A websérie, voltada para engenheiros florestais, aborda todas as etapas do manejo, do planejamento à execução, e mostra como é possível conciliar o ganho econômico com a conservação da natureza.

Os quatro vídeos, com duração de 10 a 15 minutos, e os três episódios da websérie **"Nossos Sabores"** estão disponíveis online no [canal do programa REM MT no YouTube](#).



Indígenas Xavante são apoiados pelo programa para controle e combate ao fogo

Fortalecimento das brigadas indígenas

Palco de grandes incêndios nos últimos anos, seja no Pantanal, no Cerrado ou na Amazônia, o estado de Mato Grosso tem sofrido com as secas cada vez maiores e as queimadas criminosas. Entre os mais afetados por esse contexto estão os Povos Indígenas. Para apoiá-los, o programa financia dois projetos por meio da chamada Fortalecimento de Brigadas Indígenas de Combate a Incêndios na Bacia do Rio Xingu, voltada para a prevenção e o combate ao fogo em 28 aldeias do território indígena do Xingu, onde cerca de 800 indígenas receberam treinamento sobre

manejo integrado do fogo, como prevenir incêndios e mudanças climáticas.

Os projetos apoiados são o Wa hwet ri khusy we amthá: Juntos combatemos o fogo, coordenado pela Associação Indígena Kisêdjê (AIK), e o Fortalecimento de Brigadas Indígenas no Xingu, coordenado pelo Instituto da Família do Alto Xingu (IFAX).

Com recursos do programa foram construídas bases para as brigadas indígenas, com placas solares, materiais e equipamentos — como sopradores à gasolina, rádios de comunicação, kits de internet,

lanternas e mochilas — que irão apoiar a defesa do território.

O território indígena do Xingu também é palco de outra iniciativa financiada pelo REM MT, voltada para criação e manutenção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em seis aldeias, beneficiando diretamente 900 indígenas. O projeto, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu (IPEAX), está em fase final de execução e visa a integrar os saberes tradicionais indígenas com tecnologias de produção sustentável por meio da implantação dos sistemas agroecológicos.

Investimento em energia solar

Para além do fortalecimento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA MT), o programa investiu também para tornar a estrutura da secretaria mais sustentável, com a instalação de placas solares no estacionamento da sede do órgão, em Cuiabá, que também servirão de cobertura para

os veículos. A obra deve ser finalizada no início de 2025.

"É propósito do programa REM apoiar iniciativas para a redução de emissões de gases de efeito estufa, neste caso, apoiar a SEMA no uso de energia limpa aliada a redução dos custos com o pagamento de energia elétrica,

o que irá liberar mais recursos orçamentários para aplicação na proteção ambiental. No total estima-se que o sistema poderá gerar até 845.000 kWh/ano ou 70.000 kWh/mês.", explica Elton Antonio da Silveira, coordenador do subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes do REM MT.

Fundo Kayapó



Dando início ao seu quinto ciclo de investimentos, o Fundo Kayapó segue comprometido com o fortalecimento dos povos da etnia Mebêngôkre-Kayapó que vivem nas Terras Indígenas Kayapó, Menkragnoti, Baú, Capoto/Jarina, Badjônkôre e Las Casas, entre o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso. Em 2024, foram lançadas duas chamadas, que receberam propostas de até R\$ 100 mil para apoiar projetos locais e até R\$ 1 milhão para projetos estruturantes nas seis Terras Indígenas. Ao todo, serão investidos R\$ 3,6 milhões nos projetos selecionados, com o objetivo de promover ações de proteção e conservação da biodiversidade, assim como fomento do etnodesenvolvimento e

fortalecimento do povo Kayapó. As instituições selecionadas para executar projetos estruturantes foram a Associação Floresta Protegida, com o subprojeto Apjêtkrere; o Instituto Kabu, com a Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Kayapó no Cinturão da BR-163; e o Instituto Raoni, com a iniciativa Legado do Raoni: Netos e Netas da Resistência – Reflorestando o pensamento para adiar o fim do mundo.

Já os seis projetos locais têm entre seus objetivos o fortalecimento da governança e das associações, a defesa do território, a arte como fonte de renda sustentável e a preservação da cultura.

BIOMA



AMAZÔNIA

PARCEIROS



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

ODS



SUMÁRIO

6 TERRAS INDÍGENAS

20 PROJETOS APOIADOS

10,6 MILHÕES DE HECTARES BENEFICIADOS

Governança com protagonismo indígena

Com o objetivo de discutir melhorias e diretrizes futuras, o projeto organizou em dezembro o 1º Encontro de Governança do Fundo Kayapó, em Brasília. O evento reuniu as lideranças das Terras Indígenas apoiadas, doadores do mecanismo financeiro e assessores parceiros, num passo importante para criação de uma governança participativa. Como resultado, foi criado o Comitê Provisório de Governança do Fundo Kayapó, que terá como responsabilidade conduzir um processo de aperfeiçoamento do Fundo, promovendo maior protagonismo dos indígenas em todas as suas instâncias e planejando a implementação da nova estrutura de governança.

Outra conquista inédita foi a criação da sua identidade visual, que contou com a participação de comunicadores indígenas de associações parceiras do Fundo desde sua criação, em 2011.

Foi contratada ainda uma agência de comunicação que irá fazer a conexão tanto entre os territórios indígenas e o Fundo quanto para o público em geral, dando maior visibilidade e transparência às atividades financiadas pelo mecanismo.



Primeira reunião do Comitê Provisório de Governança do Fundo Kayapó, em Brasília

O legado do quarto ciclo

O ano de 2024 foi de transição no Fundo Kayapó, com o encerramento do quarto ciclo e início do quinto. Entre os resultados da etapa anterior do mecanismo financeiro estão a execução de cerca de R\$ 1 milhão em iniciativas para capacitação de lideranças indígenas femininas; monitoramento da produção do cumaru; realização do I Encontro de Povos e Comunidades Afetadas pela Ferrogrão, em Santarém (PA); palestras sobre mudanças climáticas e uso controlado do fogo; e o fortalecimento da Cooperativa de Castanha Kayapó (Coobay).

Mata Atlântica III



Restauração no Parque Nacional Guaricana (PR) realizada pela Comunidade Indígena Tupã Nhe'é Kretá com apoio do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC)

Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica



Concluído em 2024, o projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica financiou a execução de dez iniciativas para recuperação de mais de três mil hectares de florestas, com a destinação total de R\$36 milhões desde 2021.

Os principais objetivos do projeto foram a conservação da biodiversidade e a recuperação da vegetação nativa do bioma em três mosaicos de áreas protegidas da Mata Atlântica: Central Fluminense, no estado do Rio de Janeiro; Extremo Sul da Bahia; e Lagamar, nos estados do Paraná e São Paulo.

Também chamado de Mata Atlântica III, o projeto promoveu ainda o fortalecimento e a estruturação da cadeia produtiva associada à restauração, com a capacitação de profissionais locais e a produção de mudas e sementes. Por meio dos projetos contemplados, foram capacitadas 1.884 pessoas, o triplo da meta original, e apoiados 55 viveiros.

O projeto Mata Atlântica é uma realização do governo federal brasileiro com recursos captados junto à Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente da República Federal da Alemanha, no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha para o desenvolvimento sustentável. Sua execução coube ao Banco Alemão de Desenvolvimento — KfW Entwicklungsbank — e ao FUNBIO, sob a coordenação geral do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

EM PAUTA

22/09/2024 — *O GLOBO*
Novas técnicas para restaurar terras degradadas pelo fogo adotam de drones até hormônios para plantas

14/10/2024 — *TV GLOBO*
Reflorestamento de parque na Serra do Mar paranaense recebe reforço da tecnologia

PARCEIROS



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

NDC ODS



SUMÁRIO



Viveiros na Fazenda dos Cordeiros, em Silva Jardim. Foram restaurados 10 hectares pelo projeto No Caminho da Mata Atlântica, com o apoio do Mata Atlântica III

Mosaico Lagamar

“O Projeto Mata Atlântica foi muito importante para a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), pois, além de viabilizar ações de restauração ecológica previstas no plano de manejo das nossas RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), fortaleceu a instituição com a construção de um novo viveiro, a aquisição de equipamentos e a contratação de técnicos e corpo administrativo”, conta Reginaldo Ferreira, coordenador das Reservas da SPVS, organização que restaurou um total de 886 hectares no Mosaico Lagamar, situado no maior continente de Mata Atlântica remanescente no país.

Outras três organizações lideraram projetos de restauração no Mosaico Lagamar: o Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, que atuou em três propriedades privadas e em seis Unidades de Conservação (UCs); a Iniciativa Verde, na região do Vale do Ribeira; e o Instituto LACTEC, em parceria com o coletivo da comunidade indígena Nhe'é Kretá, cujas ações restauraram 100 hectares no Parque Nacional Guaricana.

Mata Atlântica III

RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROJETO

Objetivo específico

Conservação da biodiversidade e recuperação da vegetação nativa da Mata Atlântica, e fortalecimento da cadeia produtiva associada a estas atividades em três mosaicos de áreas protegidas.



Meta inicial de capacitação (nº de pessoas)

605



Pessoas capacitadas

1.884

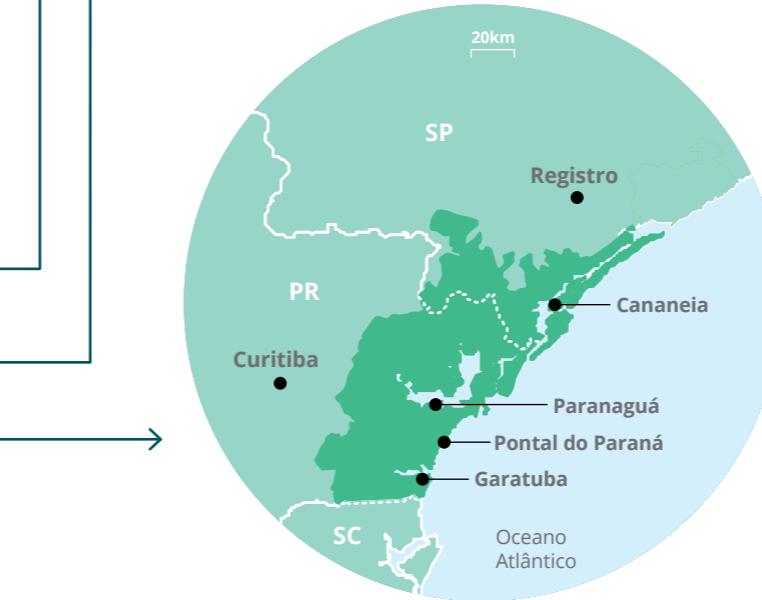
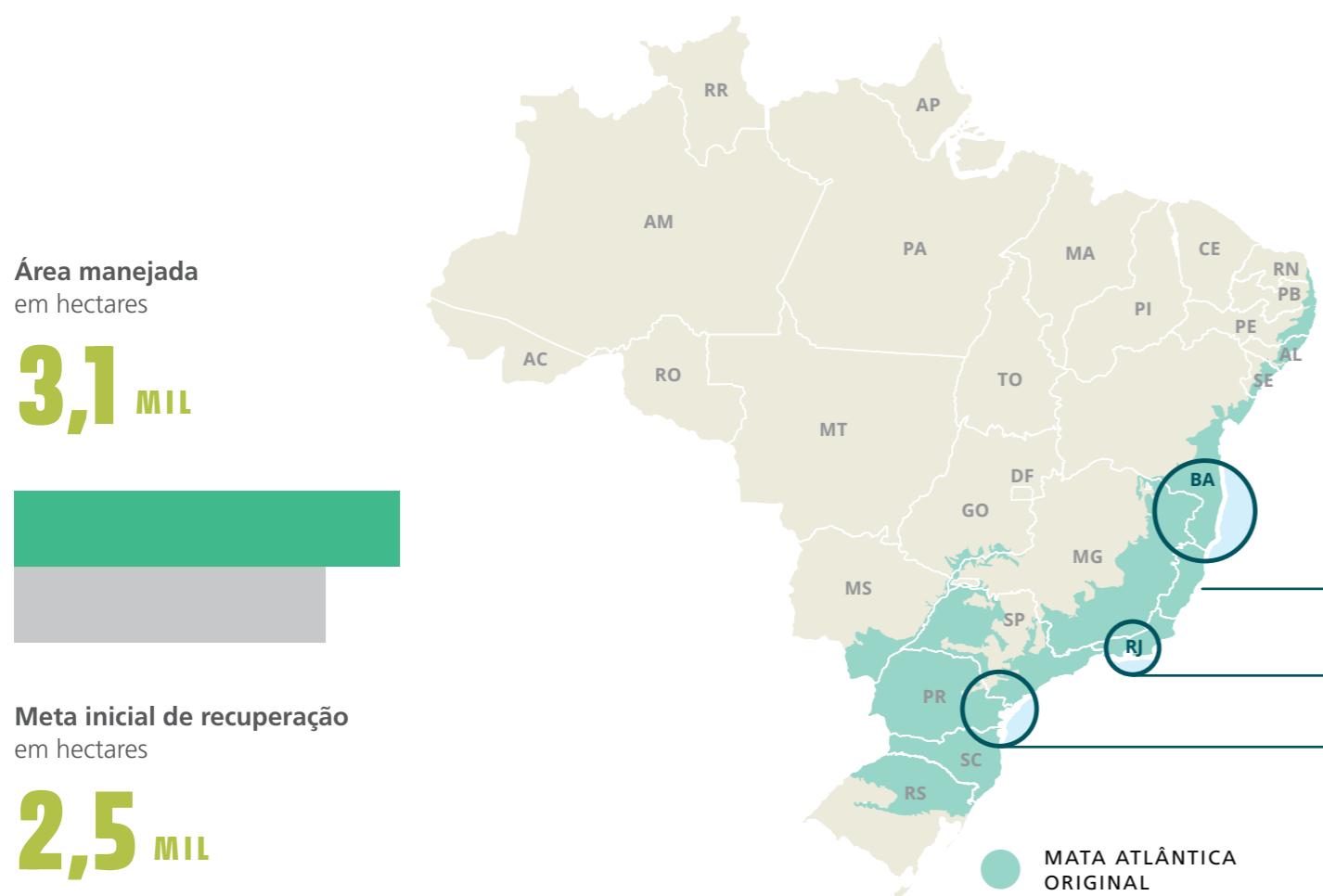


Viveiros contemplados



Valor investido

R\$ 36 MILHÕES



MOSAICO EXTREMO SUL DA BAHIA

Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares de Microbacias Hidrográficas:

Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS)

Reconectando Florestas (Corredor Monte Pascoal – Pau Brasil):

Grupo Ambiental Natureza Bela (GANB)

Reconectando Florestas (Corredor Descobrimento – Monte Pascoal):

Instituto Ciclos

MOSAICO CENTRAL FLUMINENSE

Ações de Restauração Florestal para Reconexão de Fragmentos do Mosaico Central Fluminense:

Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA)

Reintrodução das Epífitas na Mata Atlântica:

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD)

No Caminho da Mata Atlântica:

Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)

MOSAICO LAGAMAR

Refloresta o Lagamar:

Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais

Mata Atlântica, das Encostas às Áreas

Alagadas: Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)

Restauração no Parque Nacional Guaricana, realizada pela Comunidade Indígena Tupã Nhe'é Kretã:

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC)

Restaura Ribeira:

Iniciativa Verde

Mata Atlântica III



Equipe do Instituto Terra de Preservação Ambiental faz plantio de mudas no Rio de Janeiro

Mosaico Central Fluminense

O Mosaico Central Fluminense também foi palco de ações importantes de restauração financiadas pelo projeto, com três iniciativas que executaram ações no território para recuperar as florestas e conectar os remanescentes da Mata Atlântica.

Entre a Reserva Biológica do Tinguá, na Baixada Fluminense, e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, no Sul do estado, o Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA) liderou a restauração de 353 hectares, para fortalecer o corredor entre as áreas protegidas.

Já o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) seguiu o Caminho da Mata Atlântica — trilha de longo curso no bioma — e deixou um “rastro” de floresta, com ações para recompor a vegetação nativa em 12 propriedades nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Macaé, Nova Friburgo, Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, por onde passa a trilha.

Recuperar esses ecossistemas não depende apenas do plantio de árvores. Com isso em mente, a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) liderou um projeto pioneiro de enriquecimento florestal em 150 hectares de áreas em processo de restauração, acelerando a volta de personagens importantes na vida dessa floresta tropical: as epífitas, plantas que crescem apoiadas em árvores sem prejudicá-las, como bromélias e orquídeas. Essas plantas servem de fonte de alimento e abrigo para diversos animais, como o próprio mico-leão-dourado. Em 2024, a organização publicou um documento que traz um referencial teórico também inédito, com orientações sobre como fazer esse enriquecimento florestal.

A iniciativa Reconectando Florestas contribuiu com parte da recuperação de 3000 hectares do projeto Mata Atlântica III, no Extremo Sul da Bahia



Mosaico Extremo Sul da Bahia

Em diálogo com as associações locais de produtores de café e eucalipto e parceria com a Associação dos Produtores Florestais do Extremo Sul da Bahia (ASPEX), o Movimento de Defesa Preservação e Sustentabilidade (MDPS) executou a recuperação de 372 hectares de mata nativa em áreas de nascente e margens de rio no Mosaico Extremo Sul da Bahia. O trabalho envolveu ainda RPPNs nos municípios de Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.

Em parceria, o Grupo Ambiental Natureza Bela (GANB) e o Instituto Ciclos de Sustentabilidade e Cidadania (CICLOS) realizaram outras duas frentes de restauração: uma no corredor ecológico localizado entre os Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Pau Brasil; e outra entre os Parques Nacionais do Descobrimento e do Monte Pascoal, num total de 525 hectares restaurados nessa grande conexão entre remanescentes florestais do bioma.

Pacto pela restauração da Mata Atlântica

O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica é um movimento nacional que articula e integra governos, sociedade civil e empresas interessados na restauração do bioma. O grupo realiza ações em busca de resultados em larga escala, que gerem benefícios ambientais, sociais e econômicos.

“O projeto também fortaleceu o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Graças ao suporte do projeto, aprimoramos o nosso banco de dados de áreas em restauração, agora com mais de 110 mil hectares cadastrados, desenvolvemos a nossa plataforma geoespacial e um ambiente web para troca de experiências em restauração na Mata Atlântica”, destaca Rubens Benini, coordenador nacional do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, organização com a meta de recuperar 15 milhões de hectares no bioma até 2050.



Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (Fase V)

Com recursos doados pela ExxonMobil e geridos pelo FUNBIO, o Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, localizado no município de Silva Jardim (RJ), continuou em 2024 os trabalhos em prol da sua estruturação e consolidação como destino turístico, com o objetivo de promover a geração de renda local, além da sensibilização de turistas e moradores para a conservação do mico-leão-dourado e da Mata Atlântica.

“A parceria entre a Associação Mico-Leão-Dourado, o FUNBIO e a ExxonMobil completou seis anos e tem assegurado resultados incríveis no engajamento social para a conservação da biodiversidade no Rio de Janeiro”, destaca o secretário executivo da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), Luís Paulo Ferraz.

Em 2024, o Parque, inaugurado há dois anos e gerido pela AMLD, recebeu mais de 3.600 visitantes — entre estrangeiros e brasileiros — e 2.600 estudantes de escolas e universidades, num total de mais de 6.200 pessoas impactadas diretamente. Os números representam quase o dobro de visitas em comparação a 2023. Esse crescimento foi possível graças aos investimentos na contratação e capacitação de moradores da região para atuarem como condutores

BIOMA



Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

PARCEIRO



EMPRESAS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MANEJO DE ESPÉCIES



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

NDC ODS



SUMÁRIO

de visitantes. Além de apoiar a operação do Parque, a contratação de monitores oferece alternativas de renda associadas ao turismo e ao meio ambiente para moradores da região. Ao todo são quatro condutores, que se revezam para acompanhar turistas regulares, grupos escolares e para apoio em eventos.

“O Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado me deu a chance de trabalhar com meio ambiente. Não conheço nenhum outro lugar na região onde eu teria essa oportunidade”, pontua João Pedro Andrade, um dos condutores. Morador do município de Rio Bonito, com 26 anos, ele começou como bolsista da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) na AMLD e, ao fim da bolsa, teve a oportunidade de permanecer trabalhando com meio ambiente graças à vaga de condutor no Parque.

Um dos atrativos de destaque na visitação é a Casa do Mico, inaugurada no início da Fase V, em outubro de 2023, que apresenta, de forma interativa, uma exposição permanente sobre ecologia e comportamento do mico-leão-dourado, assim como as ameaças que a espécie enfrenta. Ao todo, são cinco atrativos principais, todos estruturados a partir de recursos do projeto.

Espécie símbolo da luta pela conservação da biodiversidade, o mico-leão-dourado quase esteve extinto do Brasil. Hoje são estimados 4800 animais, segundo a Associação



Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

Os recursos da parceria entre a ExxonMobil, o FUNBIO e a AMLD garantiram ainda a manutenção das trilhas e das estruturas já existentes, assim como das atividades de educação ambiental realizadas junto às escolas municipais do entorno.

O Parque também movimentou a agenda cultural da região com seis eventos abertos ao público que contaram com a presença de 579 pessoas: os Mico Com Arte, já tradicionais na programação local por unir atividades culturais, como filmes, música ao vivo e feiras de artesanato, com a natureza no Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado e atividades como trilhas, ioga ao ar livre e pedaladas. Confirmando seu protagonismo cultural na região, em 2024 o Mico com Arte foi palco da estreia da Roda Dourada de Samba, grupo de músicos dos municípios do entorno. Outro destaque na programação foi a participação, já pelo terceiro ano, da campanha Um Dia no Parque, criada em 2018 e que ocorre anualmente em julho para promover o turismo em áreas protegidas em todo o Brasil.



O Parque Ecológico do Mico-Leão Dourado recebeu 3600 visitantes em 2024

“O Parque foi concebido para permitir que o público conheça e se envolva com a conservação da Mata Atlântica a partir da história desse programa de conservação da espécie que é um símbolo da biodiversidade brasileira. Dois públicos são atendidos com enfoques diferentes: o local, que inclui todas as escolas públicas da região onde vivem os micos, que é convidado a valorizar o seu território e as únicas florestas que ainda resistem e abrigam a espécie; e o público nacional e internacional, os ecoturistas, que, além de contemplarem a biodiversidade e nossa história, contribuem para o desenvolvimento local através do turismo”, resume o secretário executivo da AMLD.

A divulgação do Parque foi feita não apenas por meio de peças de comunicação nas redes sociais e matérias na imprensa, mas também em três eventos de escala nacional: o Fórum Nacional de Turismo de Observação de Vida Silvestre, organizado pelo Avisitar Brasil em São Paulo (SP); o X Congresso Brasileiro de Primatologia, em Santa Teresa (ES); e o XII Congresso Brasileiro de

Mastozoologia, em Armação de Búzios (RJ). Neste último, além de um estande próprio, foi realizada uma visita técnica ao Parque com participantes do evento.

Além do turismo, os investimentos do projeto permitiram o enriquecimento das florestas do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, com o plantio de 3.360 mudas de palmeira-juçara, distribuídas em 12 hectares em processo de restauração florestal dentro da área protegida. Espécie vegetal ameaçada de extinção, o plantio tem como objetivo acelerar a volta dessa palmeira nativa da Mata Atlântica, que oferece alimento a diversos animais, entre eles o próprio mico-leão-dourado.

O projeto também promoveu uma ação simbólica de plantio com a Escola Municipal de Gaviões, de Silva Jardim, no Dia Internacional do Mico-Leão-Dourado, celebrado em 2 de agosto. A atividade, que uniu educação ambiental e restauração, reuniu cerca de 50 alunos e professores, que juntos plantaram 180 mudas que ajudarão a implementar um corredor florestal estratégico para o mico-leão-dourado.



Entre as ações e eventos de educação ambiental, o Mico com Arte recebeu um público de quase 600 pessoas para atividades culturais e de contato com a natureza

Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (Fase VI)

Em meados de julho, o projeto, realizado com recursos da ExxonMobil em parceria com o FUNBIO e a AMLD, entrou na Fase VI. Entre as novidades no horizonte, a nova etapa prevê a implementação — já em andamento — de um circuito de *mountain bike* que conectará o Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado à Fazenda Perdida, propriedade vizinha adquirida recentemente pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), para ampliação do Parque.

A propriedade também será alvo de ações de restauração ecológica, com o objetivo de ampliar o habitat do mico-leão-dourado. O próximo ciclo prevê a recuperação de cerca de dez hectares de pasto com o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica na fazenda vizinha ao Parque.

Além disso, a Fase VI continuará com o apoio às atividades voltadas para implementação e consolidação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, com

ações de educação ambiental, ecoturismo e comunicação voltadas para o engajamento do público nas questões da conservação da natureza e fortalecimento dos parceiros e da economia local e regional Mico-Leão-Dourado.

“A nova fase do projeto, iniciada em setembro de 2024, além de continuar fornecendo as condições para que o Parque desenvolva todas as suas atividades, vai ajudar a restaurar a Mata Atlântica. Serão mais de 15 mil mudas plantadas para recuperar a floresta de uma fazenda de gado vizinha ao Parque, adquirida pela AMLD”, reforça o secretário executivo da AMLD, Luís Paulo Ferraz.

Em setembro, a área ganhou *status* de proteção permanente, com a transformação em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Parque do Mico, unidade de conservação privada gerida pela AMLD.



ExxonMobil

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

CITinova II

Missão de Articulação com Pontos Focais em Teresina, realizada em novembro



Com a maior parte da população brasileira vivendo em áreas urbanas, pensar em cidades mais sustentáveis é fundamental para a agenda ambiental e climática do país, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. Esse é o propósito do CITinova II – Promoção do planejamento metropolitano integrado e de investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil, lançado em 2023 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), com um investimento total de USD 11 bilhões. O programa foca em três concentrações urbanas de médio porte que abrangem um total de 30 municípios — a região metropolitana de Belém (PA), a região metropolitana de Florianópolis (SC) e a Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina (que abrange municípios do Piauí e do Maranhão) — e busca fomentar soluções inovadoras para enfrentar os desafios do crescimento urbano aliado a uma agenda de redução das

emissões, com a elaboração de planos de ação climáticos, e conservação da biodiversidade.

A agenda do projeto foi movimentada por capacitações do UrbanShift, iniciativa que congrega, globalmente, projetos direcionados a cidades e, no Brasil, é executada pelo CITinova II. Os eventos fazem parte da estratégia de capacitação e planejamento urbano integrado, contribuindo para um relacionamento mais próximo com os parceiros do projeto, e envolveram aproximadamente 150 representantes governamentais (nacionais e subnacionais), com destaque para o Fórum UrbanShift da América Latina, realizado em Belém no mês de abril, que fomentou o debate sobre o papel das cidades no esforço de transição para um futuro equitativo, sustentável e habitável para todos.

O projeto participou ainda do UrbanShift Placemaking Week



PARCEIRO

GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

MECANISMOS FINANCEIROS

NDC ODS



11. CUSTOS ECONÔMICOS 12. INVESTIMENTOS 13. INSTITUIÇÕES 14. TECNOLOGIA 15. UMA CIVILIZAÇÃO 16. INSTITUIÇÕES 17. INVESTIMENTOS 18. TECNOLOGIA



SUMÁRIO

Shift da América Latina realizado na capital paraense. Ao todo, a equipe do projeto teve a oportunidade de debater a iniciativa de integração urbano-ambiental com cerca de 100 representantes de instituições governamentais, academia, pequenos produtores e sociedade civil.

Em julho, foram feitas ainda missões para Teresina (PI) e para Florianópolis (SC), que envolveram aproximadamente 100 participantes, entre membros de governos, pesquisadores e outras partes interessadas.

Integração da equipe do projeto, em Brasília



Agenda interministerial

Em 2024, o programa contou com forte envolvimento dos ministérios das Cidades (MCID) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que aderiram oficialmente ao Comitê Diretor do projeto.

Ao longo do ano, o CITinova participou ainda das ações e oficinas do programa Cidades Verdes Resilientes, nova iniciativa lançada pelo MMA em julho, com participação do MCTI e do MCID. Nessa frente, o projeto participou de debates sobre temas como mobilidade urbana sustentável, áreas verdes e arborização urbana, soluções baseadas na natureza, tecnologias de baixo carbono e gestão de resíduos urbanos.

O CITinova II é financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e executado em parceria entre o FUNBIO e o MCTI.

Fundo Abrolhos Terra e Mar

O turismo como aliado da conservação. Esse é o propósito do Fundo Abrolhos Terra e Mar – Turismo + Sustentável, que investe na proteção da biodiversidade e no uso público de cinco Unidades de Conservação (UCs) situadas entre o Sul da Bahia e o Extremo Norte do Espírito Santo, em sinergia com a geração de renda nas comunidades locais por meio da atividade turística. Em 2024, foram direcionados R\$ 500 mil para apoiar a infraestrutura das UCs e consolidar uma rede de práticas sustentáveis entre instituições, empresas e pessoas que atuam com o turismo na região, chamada de Futuri – Aliança pelo Futuro Regenerativo. O projeto é executado pela Conservação Internacional (CI-Brasil), com gestão financeira do FUNBIO.

O ano foi marcado pelo amadurecimento e desenvolvimento da Aliança Futuri, com foco na gestão, engajamento de parceiros e promoção de práticas sustentáveis. Foram registrados 31 novos aliados, que somam um total de 249 participantes, entre empresas de turismo, consultores, instituições de ensino e negócios locais. Foi formado ainda o Comitê Futuri, composto por nove aliados, que terá a responsabilidade de orientar e fortalecer as ações estratégicas da Aliança. Além disso, foram realizadas oficinas presenciais Futuri, com o objetivo de fortalecer a rede e criar um ambiente de cooperação mútua.

O mecanismo financeiro ainda destinou recursos para que as UCs apoiadas pudessem adqui-

Vista do alto do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no Sul da Bahia



rir materiais e serviços, além de investir na sinalização de trilhas e melhorias em centros de visitantes. Uma das trilhas beneficiadas foi o Caminhos do Brasil Original, no Sul da Bahia, que teve 27 quilômetros sinalizados dentro do Parque Nacional do Pau Brasil.

O projeto marcou presença ainda em diversos eventos de turismo, como a World Travel Market



PARCEIROS



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



MECANISMOS FINANCEIROS

NDC ODS

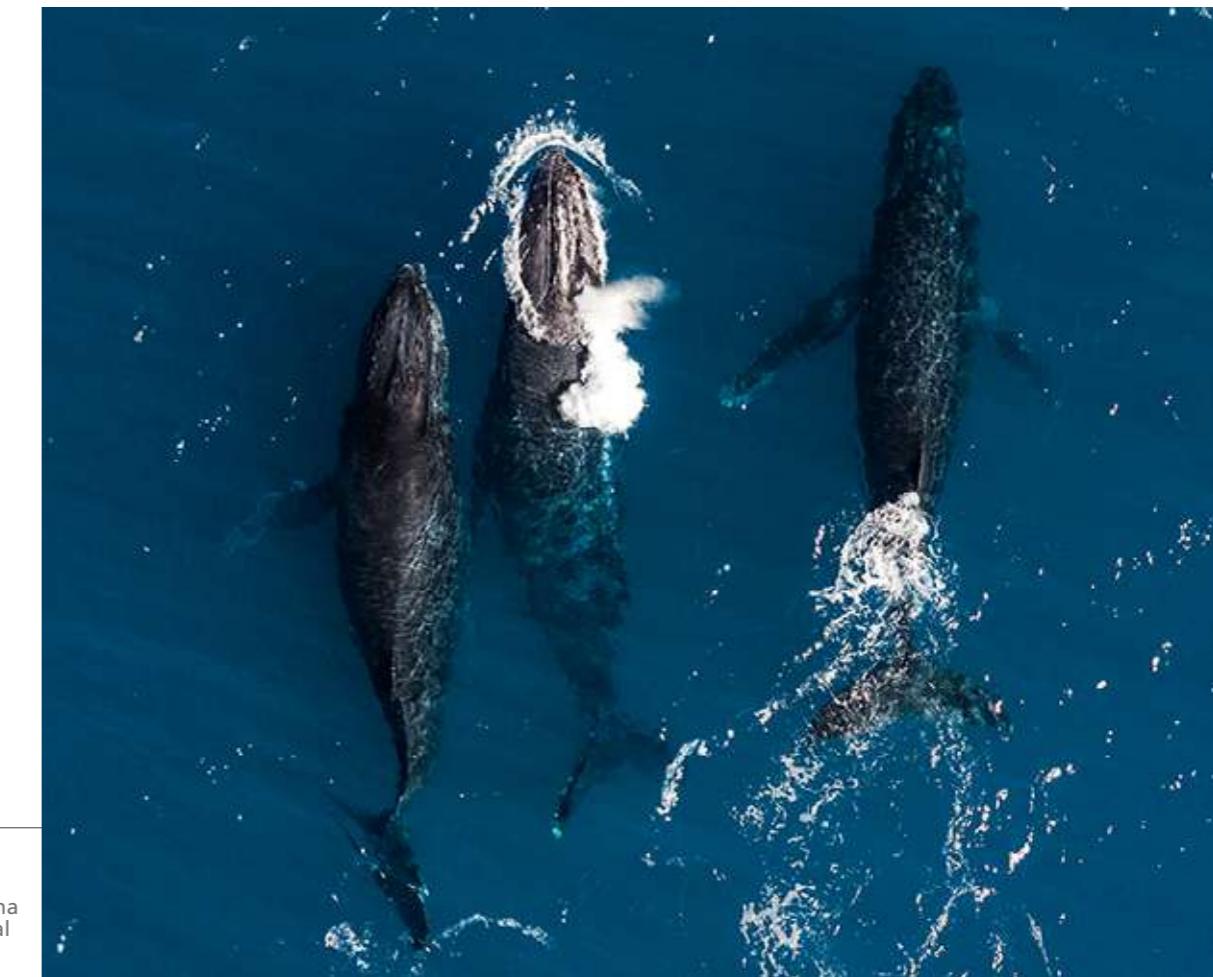


Turismo sustentável: um bom negócio

Foram selecionados 20 pequenos negócios de turismo no Extremo Sul da Bahia para a segunda edição do programa de mentorias, desenvolvido pela CI-Brasil em parceria com a empresa Raízes Desenvolvimento Sustentável, com foco no fomento a práticas sustentáveis e regenerativas. Foram realizadas mais de 50 sessões de mentorias individuais e 13 sessões coletivas entre esses empreendimentos, que abordaram temas como modelagem de negócios, sustentabilidade, finanças conscientes e estratégias de marketing.

Uma das iniciativas que receberam a mentoria foi o Mboitatá Turismo, que promove roteiros educativos e culturais na Reserva Extrativista de Canavieiras, fortalecendo o turismo de base comunitária, a cultura e a preservação dos territórios marinhos do Sul da Bahia.

Foram realizadas ainda quatro edições do evento Boas Práticas, na Prática!, exclusivas para aliados Futuri, que tiveram como objetivo promover a troca de conhecimentos e experiências sustentáveis, assim como a capacitação dos participantes da rede.



Baleias-jubarte visitam o Sul da Bahia de julho a outubro. A região do Parnaíba dos Abrolhos é o principal berçário da espécie na costa do Brasil.

Rede Oceano Limpo

5 ESTADOS

O estado do Rio de Janeiro ganhou um documento pioneiro para sistematizar ações de combate à poluição marinha nas águas fluminenses, que aponta as lacunas e oportunidades, assim como traz recomendações para o governo do estado enfrentar o problema do lixo no mar. A publicação é resultado de um trabalho de dois anos, feito em conjunto com instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e representantes do poder público e liderado pela Rede Oceano Limpo RJ, braço regional do projeto Rede Oceano Limpo, gerido pelo FUNBIO.

A Rede Oceano Limpo atua hoje em sete estados do litoral brasileiro: Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, onde grupos

focais lideram a articulação com os diferentes órgãos públicos ambientais para que os estados internalizem em suas políticas públicas os conceitos e metodologias de combate ao lixo no mar, com base nas informações científicas disponíveis.

Em nível nacional, o projeto segue na organização de atividades junto ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para elaboração da estratégia nacional de combate ao lixo no mar, com foco na poluição plástica. A Rede é parte do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM), lançado em 2021, com diretrizes sobre como lidar com resíduos sólidos no mar e fomento à articulação entre órgãos públicos, setores empresariais, organizações não

governamentais, universidades e institutos de pesquisa.

Em interlocução com a agenda internacional de conservação marinha, a Rede também teve participação na Oceans 20 (O20), grupo de engajamento da sociedade civil criado no âmbito do G20 para promover a agenda dos oceanos, presidido pela Cátedra Unesco para Sustentabilidade dos Oceanos. Depois de alguns encontros ao longo de 2024, o grupo lançou um comunicado, produzido a partir de um processo colaborativo que contou com mais de seis mil participantes e

34 países — entre eles o Brasil —, com um apelo para que os líderes do G20 priorizem ações efetivas em prol da sustentabilidade dos oceanos, entre elas o combate ao lixo marinho.

Parceiros da Rede Oceano Limpo participam de seminário no RJ para debater parcerias no enfrentamento ao lixo no mar



PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ODS



3 SAÚDE E BEM-ESTAR



14 VIDA ABAIXO DA ÁGUA



17 PARCERIAS PARA OS OBJETIVOS



Publicação pioneira para combater lixo marinho no RJ

A inédita publicação *Recomendações para a estratégia estadual de enfrentamento ao lixo no mar no Rio de Janeiro*, lançada em maio de 2024, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, conta com apoio de outro projeto gerido pelo FUNBIO, o TAC Almoxarifados Submarinos (TAC Alsub, [ver pág. 83](#)), que destina recursos à iniciativa no estado por meio de medida compensatória estabelecida em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Petrobras.

O trabalho no Rio de Janeiro segue o exemplo de São Paulo, onde o projeto Rede

Oceano Limpo teve início, junto à Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano, vinculada ao Instituto de Estudos Avançados e ao Instituto Oceanográfico, ambos da Universidade de São Paulo (USP).

“A Rede Oceano Limpo é uma estratégia arrojada para capilarizar a temática do lixo do mar nos estados costeiros brasileiros em alinhamento com uma agenda nacional e internacional e fazendo o elo com os municípios, que são os palcos das ações práticas”, explica o professor Alexander Turra, da USP, idealizador e coordenador da Rede Oceano Limpo.



REDE OCEANO LIMPO

Embaixada da Noruega
Brasília

Eventos, cursos e oficinas

Na agenda do projeto, foi destaque a realização da 2ª oficina para estruturação da Estratégia Nacional Oceano sem Plástico (ENOP), realizada em junho em parceria com o MMA e com participação de representantes da sociedade civil organizada, institutos de pesquisa, estados e municípios.

A Rede promoveu eventos on-line e presenciais para debater a poluição de plástico nos oceanos, assim como um seminário final de integração com todos os atores do projeto. Foi realizada também a terceira edição do curso “Lixo nos mares: do entendimento à solução”, capacitação gratuita on-line voltada para gestores públicos.

O projeto acompanhou ainda as discussões na 4ª e na 5ª Sessão de Negociação sobre o Tratado Global contra a Poluição Plástica, realizadas no Canadá e na Coreia do Sul, respectivamente, nos meses de abril e novembro.

Em outubro, foi realizado também o evento de encerramento do biênio 2022-2024 da Rede Oceano Limpo, com o tema “Conquistas e perspectivas para um oceano mais limpo – Soluções estaduais”. O encontro, sediado em São Paulo, teve como objetivo reunir representantes dos estados formalmente envolvidos com a Rede, parceiros estratégicos e outros estados costeiros para compartilhar experiências e avanços alcançados no combate ao lixo marinho dentro das políticas públicas do país.

POP ICMBio

Diante da crise ambiental e climática, torna-se cada vez mais urgente garantir a proteção da natureza e da biodiversidade.

Alinhado com esse senso de urgência, o programa Aprimorando Estratégias de Monitoramento e Ações para Redução do Desmatamento e das Queimadas em Unidades de Conservação Federais na Amazônia (POP ICMBio) financiou a estruturação de duas salas de situação na sede do ICMBio, em Brasília, para lidar com os alertas de desmatamento e emergências ambientais, com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta do órgão ambiental federal. Para garantir a rápida ação do ICMBio, será viabilizado ainda serviço de internet para conectar as recém-criadas salas de situação com as equipes em campo.

A implementação das salas é resultado da negociação entre o ICMBio e o FUNBIO, junto

aos doadores do programa: a Fundação Gordon and Betty Moore e a Re:wild.

O programa destina recursos para o fortalecimento da gestão e fiscalização de 12 Unidades de Conservação que protegem a maior floresta tropical do mundo no eixo da rodovia BR-163, no Pará, região que concentra mais de dois terços de todo o desmatamento que ocorre ilegalmente em UCs amazônicas. Por meio da iniciativa, foram adquiridos equipamentos de campo e firmado um contrato de aluguel de helicópteros — que operou entre maio e agosto de 2024 — para apoiar ações de fiscalização em pontos de difícil acesso.

A iniciativa é fruto de um acordo com a Protecting Our Planet Challenge (POP), maior fundo privado no planeta para conservação da biodiversidade.

BIOMA



• AMAZÔNIA

PARCEIRO



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

NDC ODS



SUMÁRIO

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (AM)



Operações combatem o crime ambiental na Amazônia

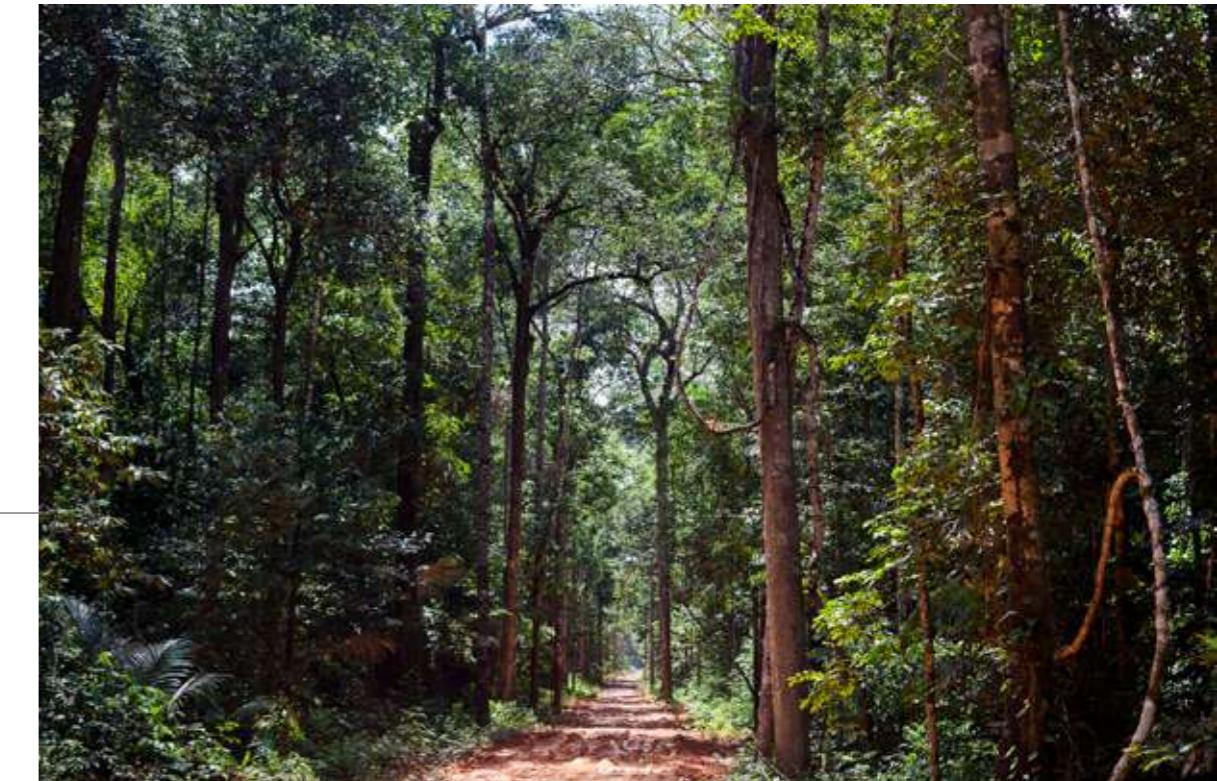
Com apoio do programa, o ICMBio liderou, ao todo, seis grandes operações na região para combate ao desmatamento, roubo de madeira e garimpo ilegal. As ações resultaram num total de cerca de R\$ 57 milhões em multas, além de embargos, e na inutilização de centenas de equipamentos usados na prática de crimes ambientais.

Um dos destaques foi a Operação Sinueiro, realizada em duas etapas na Floresta Nacional do Jamanxim, para retirar o gado mantido ilegalmente dentro da UC. Na primeira fase, a operação multou e embargou cerca de 4,8 mil hectares, com a apreensão de mais de dois mil bovinos. Na etapa seguinte, foi confirmada

a remoção dos rebanhos, com a presença de apenas algumas cabeças de gado residuais. Ao todo, foram retirados cerca de 18 mil animais de uma área de 19 mil hectares dentro da Floresta Nacional — o que corresponde a cerca de 10% de todo o rebanho estimado na UC. A retirada dos bois dá uma nova chance para regeneração da floresta e previne novas aberturas de pastagem e focos de desmatamento.

Mais ao norte, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós (PA), Unidade de Conservação com maior volume de desmatamento na Amazônia, foi palco da Operação Alluere, que focou no combate aos crimes ambientais em UCs no

entorno do município paraense de Jacareacanga. Além da APA, a operação também incluiu as Florestas Nacionais do Amanã, do Crepori e do Urupadi, além da Estação Ecológica Alto Maués, do lado do Amazonas, totalizando 34 ações de fiscalização. Como resultado, foram emitidos 29 embargos e multas que ultrapassam os R\$ 4 milhões, além da inutilização de equipamentos usados pelos infratores, como escavadeiras hidráulicas e dragas — usadas pelo garimpo — e motores, um trator, motosserras, veículos e embarcações. Também foram destruídos 57 acampamentos utilizados pelos criminosos e apreendidas armas, munições e 501 gramas de mercúrio.



Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (AM)

POP Ibama Sancionador

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia protagonista da agenda ambiental no país, responsável por atividades como fiscalização, combate a incêndios e licenciamento ambiental. Com o objetivo de desenvolver soluções para modernizar e tornar o órgão mais eficiente, foi lançado o projeto Protecting Our Planet (POP) Ibama Sancionador. O projeto se baseia no uso de tecnologias de automação e inteligência artifi-

cial capazes de analisar grandes volumes de dados para superar a sobrecarga de processos administrativos relacionados a infrações ambientais sob responsabilidade do Ibama, que geram atrasos e riscos de prescrição das multas.

O projeto irá apoiar o Centro Nacional do Processo Sancionador Ambiental (Cenpsa), responsável por julgar as infrações ambientais e promover a integração e análise dos dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e



PARCEIRO
 GOVERNO

LINHAS TEMÁTICA
 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



POP SMC

novos

Diante dos impactos cada vez mais severos das mudanças do clima, é necessário investir no planejamento para mitigação e adaptação dos efeitos da crise climática, reduzindo os riscos de desastres e protegendo as populações e ecossistemas. Nesse contexto, foi assinado em junho um acordo de cooperação entre o FUNBIO, a Secretaria de Mudança do Clima (SMC) e a Secretaria de Bioeconomia (SBC), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

(MMA). O novo projeto conta com recursos da iniciativa Protecting Our Planet Challenge (POP) e tem como objetivo fortalecer as capacidades das secretarias, apoiar as ações de implementação da política climática e fomentar a bioeconomia.

Entre as ações já em andamento do projeto está a elaboração de estudos para subsidiar o Plano Setorial de Mitigação do setor de Mudança do Uso da Terra e



PARCEIRO
 GOVERNO

LINHAS TEMÁTICA
 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Florestas, um dos capítulos do Plano do Clima, que está sendo atualizado, sob a liderança da SMC. Uma das metas desse esforço é estimar os custos de implementação das políticas públicas federais necessárias para o alcance das metas de mitigação no setor, que incluem a redução do desmatamento, a restauração de vegetação nativa e a criação e manutenção de Unidades de Conservação (UCs).

Um dos produtos dos estudos será o desenvolvimento de uma proposta de incentivo à manutenção da vegetação nativa excedente à Reserva Legal — porcentagem da propriedade que deve ter sua cobertura preservada de acordo com o bioma — e Área de Preservação Permanente (APP), como margens de rios e nascentes, em estabelecimentos agropecuários. Os estudos devem ser concluídos em fevereiro de 2025.

O projeto também fortaleceu a SMC com a contratação de uma consultoria que apoiou a organização do Pavilhão Brasil na Conferência das Partes do Clima (COP29), realizada em novembro em Baku, no Azerbaijão, e viabilizou a participação de representantes do MMA.

POP SECD



Parque Nacional da Amazônia (AM e PA)



PARCEIRO
GOVERNO

LINHAS TEMÁTICA
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



O Brasil possui um território maior do que o estado da Bahia de Florestas Públicas Não Destinadas, a maior parte delas concentrada na Amazônia. Por não terem destino definido pelo governo, essas áreas estão mais vulneráveis a crimes como invasão, desmatamento e queimadas. Para ajudar o Brasil nessa agenda estratégica, foram destinados recursos da iniciativa Protecting Our Planet Challenge (POP) — a partir de doações da New Venture Fund (NFV), Re:wild e Rainforest Trust — para fortalecer as ações do Grupo de Trabalho para a Destinação de Florestas Públicas Federais (GT-FPND), coordenado pela Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD).

Ao todo, é previsto um investimento de USD 1,2 milhão para apoiar estudos de qualificação das áreas não destinadas, com levantamentos e caracterização desses territórios para identificar seus potenciais de destinação.

Seminário de regularização fundiária

Em novembro, o projeto financiou a organização do II Seminário Regional de Regularização Fundiária de Territórios Tradicionais – Norte. O evento durou quatro dias no Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), e reuniu cerca de 200 pessoas, com representantes da SECD, IBGE e FUNBIO, além de lideranças de movimentos e organizações de povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

O evento contou com apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), por meio da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais, para discutir a agenda de regularização fundiária nos territórios quilombolas e de outros povos tradicionais.

O seminário também foi uma oportunidade para debater a proposta de uma portaria interministerial, que está sendo elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) junto ao MDA, para reconhecer o direito das comunidades tradicionais a essas florestas ainda não destinadas, adicionando uma camada de proteção legal de forma mais célere e que não compromete outros processos de destinação, como a criação de Unidades de Conservação.

Houve ainda a **transmissão on-line** no YouTube do MDA de palestras e discussões sobre a agenda, com destaque para a formação de Grupos de Trabalho para debater temas específicos.



Parque Nacional da Amazônia (AM e PA)

Investimento em tecnologia

O projeto também permitiu a aquisição de estações de trabalho de geoprocessamento e de licenças de softwares necessários para otimizar o trabalho das equipes do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial da SECD, em especial para ações de apoio aos trabalhos da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD), instância de decisão em que os órgãos federais manifestam interesse sobre as terras não destinadas.

Esse apoio resultou na deliberação de um conjunto de 121 áreas de interesse do MMA na CTD, totalizando aproximadamente 10,6 milhões de hectares qualificados para criação de áreas protegidas, concessão florestal e reconhecimento de territórios de povos e comunidades tradicionais.

Fundo Catalizador da Agenda Fundiária

PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES

País de dimensão continental, o Brasil enfrenta até hoje um grande gargalo de regularização fundiária, com milhões de hectares de terras públicas não destinadas, em especial na região amazônica. Para ajudar no avanço dessa agenda e no ordenamento territorial, assim como no combate ao desmatamento

illegal e à grilagem que ocorrem nessas áreas, nasceu o Fundo Catalisador da Agenda Fundiária, instalado em dezembro, com a formação e primeira reunião do seu Conselho Deliberativo. O mecanismo financeiro foi criado a partir de doações de três organizações — Ballmer Group, Sequoia Climate Foundation e Agni — e já soma um montante

BIOMAS



PARCEIROS



EMPRESAS

GOVERNO

SOCIEDADE CIVIL

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMECANISMOS
FINANCEIROS

ODS



SUMÁRIO

total de cerca de USD 13,6 milhões. O FUNBIO é o gestor do fundo.

O principal objetivo do mecanismo é apoiar a arrecadação e a destinação de terras públicas de uso coletivo, como Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas, Assentamentos de Reforma Agrária ou Territórios de outros grupos sociais, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional

dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), localizadas prioritariamente na região da Amazônia Legal, em âmbito federal ou estadual. Além de garantir a proteção dessas áreas, o Fundo busca reconhecer os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre esses territórios.

Para viabilizar seus objetivos, o projeto irá promover a implementação de políticas públicas voltadas para a

regularização fundiária, financiar bens e serviços que acelerem a atuação do poder público e fomentar a articulação entre instituições para cooperação técnica e parcerias.

O mecanismo tem ainda como missão garantir uma estrutura de governança representativa e participativa no Fundo por meio do Conselho Deliberativo, ao qual caberá a definição das prioridades e estratégias de alocação.

Fundo Descarbonização

Um passo fundamental para o enfrentamento da crise climática global é a diminuição das emissões de carbono oriundas seja da queima de combustíveis fósseis seja do desmatamento de ambientes naturais. Criado para fortalecer essa agenda no Brasil, o Fundo de Descarbonização foi instalado em dezembro, resultado das doações do Ballmer Group, Sequoia Climate Foundation e Agni, que aportaram cerca de USD 6,4 milhões ao mecanismo financeiro. O Fundo visa a

apoiar a atuação climática do país, acelerando processos de elaboração de políticas públicas e a implementação de esforços propostos pelos governos federal e estaduais, academia e sociedade civil.

O objetivo final do mecanismo é dar condições para que o Brasil alcance e até mesmo ultrapasse as metas estabelecidas em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) — plano de ação climática de cada país para

BIOMAS E ECOSISTEMA



PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL
DE PARCEIROSMECANISMOS
FINANCEIROSMUDANÇAS
CLIMÁTICAS

ODS



reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, entre elas, principalmente, as de carbono. Junto a isso, o Fundo visa a investir na implementação do Plano Nacional de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, além de colaborar com a elaboração de planos setoriais para a descarbonização.

Para isso, o mecanismo se baseia em cinco eixos principais de atuação:

governança climática; mitigação e adaptação às mudanças climáticas; integração das políticas climáticas de desenvolvimento, infraestrutura e social; clima e oceanos; e coordenação internacional para implementação da Política Climática Brasileira.

Simultaneamente à implementação do Fundo, foi realizada em dezembro a primeira reunião do seu Conselho Deliberativo, responsável

pela aprovação do manual operacional do mecanismo financeiro. O conselho é formado por representantes dos doadores, do governo, da academia e de organizações do terceiro setor, assim como do FUNBIO, responsável pela gestão do Fundo.

Consórcio Amazônia Legal



Membros do Consórcio celebram a escolha de Belém como sede da COP30, no hub montado na COP29, em Baku



Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

A Amazônia Legal é um território geopolítico composto por nove estados — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins — que abrigam porções da maior floresta tropical do mundo. Em 2019, foi criado o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, com a proposta de promover integração e cooperação entre esses diferentes atores, com a meta de zerar o desmatamento na região amazônica até 2030 e reduzir as emissões de CO₂ do país. Reforçando seu compromisso com esse objetivo, os secretários de Meio Ambiente dos estados do consórcio assinaram, durante a Conferência do Clima (COP29, em Baku, no Azerbaijão), em novembro, uma carta de intenções que destaca a necessidade do trabalho conjunto no combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais.

CONEXÕES PELO MUNDO

Da Colômbia ao Azerbaijão, o Consórcio Amazônia Legal participou das duas Conferências das Partes, da Diversidade Biológica, em Cali, e do Clima, em Baku, levando a região amazônica para o centro dos debates mundiais.

Na COP29, o consórcio montou um hub durante as duas semanas da conferência sobre a crise climática, no qual foram realizados mais de 50 painéis, que contaram com a

participação dos governadores e de especialistas para debater soluções possíveis para mitigar os efeitos das mudanças do clima e proteger os ecossistemas, ao mesmo tempo que garantem o desenvolvimento socioeconômico das populações locais.

Com a COP30 no horizonte brasileiro, o projeto também traça os caminhos para 2025, com a realização do COP30 Day – Baku to Belém, mais uma etapa

para debater e preparar o caminho até a próxima edição da conferência, com sede na capital paraense.

A programação também foi marcada pelo lançamento da Câmara Setorial de Povos Indígenas do Consórcio Amazônia Legal, um espaço criado para garantir a participação e o protagonismo das populações indígenas na formulação de políticas e projetos para a região.

PARCEIROS



EMPRESAS
GOVERNO
SOCIEDADE CIVIL
POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

LINHAS TEMÁTICAS



NDC ODS



SUMÁRIO

9 ESTADOS

2 INICIATIVAS APOIADAS

A iniciativa conta com o Mecanismo Financeiro do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, do qual o FUNBIO é gestor financeiro e operacional.

Em 2024, por meio de uma parceria do FUNBIO com a Embaixada da França, foram destinados recursos que permitiram a implementação de estratégias de captação para o Programa de Cooperação Regional para prevenção e controle do desmatamento e queimadas da Amazônia Legal – Fases 1 e 2 e o desenvolvimento das ferramentas necessárias para o Plano de Implementação para execução de ações e atividades das linhas de ação consolidadas.

Com duração prevista de cinco anos, o programa está concen-

trado em três eixos, com uma previsão de captação de R\$ 292,5 milhões. A começar por "soluções conjuntas", voltado para fortalecer a capacidade operacional e a gestão pública dos estados. O segundo eixo é "ação integrada", dedicado à promoção de uma atuação coordenada entre os estados na prevenção e controle de desmatamento e incêndios na região, por meio de acordos de cooperação técnica e protocolos de atuação, por exemplo. Nessa frente, estão previstas três atividades: Criação de Bases Móveis de Divisa; Apoio a Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Atuação; Soluções de Logística para Apreensões em Áreas de Divisa. Em terceiro, está o eixo dedicado a "capacidades e mobilização regional", com foco no desenvolvimento das

capacidades técnicas e na mobilização de apoios e da sociedade para a causa, promovendo uma abordagem mais ampla que envolve atividades de capacitação, assim como estratégias de comunicação e engajamento.

Entre as áreas prioritárias de cooperação estão o planejamento e a execução de operações de fiscalização em áreas limítrofes, o compartilhamento de informações sobre ilícitos ambientais, a integração de sistemas de gestão ambiental e a intensificação de estratégias para captação de recursos no combate ao desmatamento. A iniciativa prevê ainda a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica e um Plano de Trabalho.



AMBASSADE
DE FRANCE
AU BRÉSIL
Liberté
Égalité
Fraternité

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

- 75 **Educação Ambiental**
- 77 **Pesquisa Marinha e Pesqueira**
- 79 **Apoio a UCs**
- 81 **Biodiversidade Litoral do Paraná**
- 83 **TAC Alsub**
- 85 **Biodiversidade Rio Doce**
- 87 **TAC Coral-Sol**
- 88 **TCSA Porto Sul**
- 89 **G7 Parques Nacionais novo**
- 89 **Reabilita CETAS novo**

PROJETOS COM RECURSOS DE

OBRIGAÇÕES LEGAIS

Educação Ambiental



Vídeo das oficinas de embarcações

EM PAUTA

08/03/2024 — *O GLOBO*
Turismo: mulheres fazem roteiros inéditos de turismo de base comunitária em Ilha Grande

11/04/2024 — *RC24H*
Projeto Novos Mestres inicia aulas da segunda turma do curso de Carpintaria Naval em Saquarema

12/05/2024 — *TV GLOBO*
Projeto ensina pescadores a construir seus próprios barcos e canoas

08/06/2024 — *INTERTV RURAL*
Exposição mostra a pesca artesanal da Região dos Lagos

ECOSISTEMA



Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro

COSTEIRO-MARINHO

PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

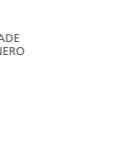
LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



EQUIDADE DE GÊNERO



NDC ODS



SUMÁRIO

Alunos comemoram um dia na oficina de embarcações realizada em Itaguaí (RJ)



CONSTRUÇÃO NAVAL ARTESANAL

O fomento à construção naval artesanal é um caminho estratégico para fortalecer o conhecimento não apenas sobre embarcações, mas também sobre a economia azul, com a valorização de atividades associadas ao uso sustentável de recursos marinhos e costeiros, assim como as comunidades tradicionais que dependem desses ecossistemas.

Dando continuidade às iniciativas de fortalecimento institucional, o projeto irá destinar outros R\$ 2 milhões para propostas de geração de renda, produção sustentável e garantia de sustentabilidade financeira de instituições voltadas à pesca artesanal de comunidades de pescadores e maricultores artesanais dos municípios do entorno da Baía de Guanabara, da Região dos Lagos e do Norte Fluminense. As instituições serão selecionadas em 2025 e irão executar as ações durante um ano.

beneficiaram diretamente cerca de 50 pessoas.

A proposta da oficina, realizada pela Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM) com apoio do FUNBIO, é ensinar todo o processo para a construção de embarcações feitas com fibra de vidro, de modo a gerar uma alternativa de renda, a partir da fabricação e manutenção das embarcações. Ao final da formação, cada instituição participante pôde levar a embarcação construída para o seu território. Ao todo foram três barcos e quatro canoas.

Beneficiada pela capacitação, a ABAT também recebe recursos

do projeto para execução da iniciativa Boas Práticas no Mercado Comunitário Caiçara de Trindade, via chamada de projetos voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva da pesca, que busca ampliar a capacidade da pesca artesanal, parte da identidade caiçara, além de desenvolver a potencialidade de comercialização de pescado.

Em setembro, foi realizado no município de Armação de Búzios um seminário de encerramento das atividades dos cinco subprojetos da Chamada de Projetos de Construção Naval Artesanal. O evento, que contou com a participação dos representantes das iniciativas, teve a apresentação dos resultados e a troca de experiências.

Educação Ambiental



Atividades de Turismo de Base Comunitária receberam apoio do projeto e novos roteiros foram criados em Paraty e na Ilha Grande (RJ)

9 CHAMADAS DE PROJETOS

62 SUBPROJETOS APOIADOS

42 INSTITUIÇÕES APOIADAS



A semente para uma rede fluminense de Turismo de Base Comunitária

Uma das estratégias para promover a sensibilização ambiental e a geração de renda é o Turismo de Base Comunitária (TBC). Em maio, no Rio de Janeiro (RJ), foi realizado um seminário de encerramento, com sete subprojetos selecionados por meio de chamada de projetos especialmente dedicada à atividade. Durante dois dias, as instituições trocaram experiências e, diante de todas as sinergias encontradas, decidiram dar início a uma rede fluminense de TBC.

“Com o seminário, além de perceber que as facilidades e dificuldades são muito parecidas nas diferentes regiões, a gente pôde conhecer o potencial de cada pessoa, cada comunidade. E nos perguntamos: por que em vez de estar isolado a gente não se junta para dar suporte um ao outro?”, destaca Cauê Villela, líder comunitário e coordenador da iniciativa Roteiro Caiçara. “Esses projetos foram um grande trampolim para muitas coisas que ainda estão por vir”, ele garante.

A articulação para criação do grupo, resultado indireto do projeto, pretende consolidar os objetivos comuns e fazer um levantamento de outras iniciativas de Turismo de Base Comunitária, assim como da legislação existente para o setor, para pressionar — com a força de um coletivo — as demandas por leis e políticas públicas mais adequadas e eficientes.



Projeto em Magé, Região Metropolitana do RJ, recebeu apoio para fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal

Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal

Ao longo do ano, tiveram início as atividades voltadas para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal do litoral do Rio de Janeiro, com apoio direto a 12 subprojetos. Um deles é o Maré de União, executado pela Fundação Euclides da Cunha (FEC) junto à Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista de Itaipu e Lagoa de Itaipu (APPREILI), que criou o selo DA RESEX, para agregar valor ambiental e social aos produtos oriundos da reserva extrativista. Por ano, são produzidas cerca de 150 toneladas de pescado em Itaipu, provenientes da pesca artesanal.

Outro subprojeto apoiado pela chamada está sendo liderado pela Associação Bonecas Negras, de raiz quilombola, no município de Armação de Búzios. A organização havia participado anteriormente aglutinada no projeto Guardiãs das Tradições Pesqueiras, também executado pelo FUNBIO. Com a Chamada de Projetos de Aglutanadoras de 2021, assume o protagonismo para promover a Rota Cultural Afro Buziana, que mantém viva a história quilombola da localidade, ao mesmo tempo que fomenta a conservação da natureza e dá alternativas para geração de renda com o turismo. No atual subprojeto, batizado de Alma Buziana, a organização irá investir também na costura e no artesanato com fibras naturais. A Associação envolve cerca de 30 integrantes, a maioria mulheres, entre quilombolas, pescadoras, marisqueiras e condutoras de turismo.

TAC Frade

O projeto Educação Ambiental é financiado com recursos oriundos de medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF/RJ) e com gestão financeira do FUNBIO.

A iniciativa tem como objetivo executar diagnósticos socioeconômicos e desenvolver projetos de fortalecimento comunitário, educação ambiental, geração de renda, que promovam a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha, o uso sustentável dos recursos pesqueiros e a resiliência da pesca artesanal.

Pesquisa Marinha e Pesqueira

Conhecer para conservar. Esta é uma das frases que move o projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira, responsável pelo investimento em esforços coordenados de pesquisa e manejo sustentável dos recursos marinhos no Rio de Janeiro. O estado ocupa o terceiro lugar em produção de pescado no país, a maior parte oriunda dos mares.

Um dos resultados dessa busca por conhecimento foram quatro subprojetos encerrados em 2024, que trouxeram mais luz sobre a conservação de tubarões e raias. Além de levantar dados sobre espécies ameaçadas ou até então pouco estudadas, a iniciativa resultou num alerta de saúde pública: a detecção inédita de cocaína em tubarões em diferentes pontos do litoral da cidade do Rio de Janeiro.

A descoberta foi fruto do trabalho de um dos subprojetos apoiados, que tinha como objetivo analisar a saúde dos animais marinhos e os efeitos de contaminantes como pesticidas, metais, medicamentos e outros produtos químicos presentes no mar, e suas implicações para a conservação.

Os resultados, avanços e experiências dos quatro subprojetos foram apresentados durante um seminário de encerramento realizado em fevereiro.

“Foi muito rico conhecer e ver o que os outros projetos conseguiram fazer ao longo desses dois anos. Foi um ponto de partida para que os grupos de pesquisa continuem interagindo

Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro



ECOSISTEMA



PARCEIROS
ACADEMIA
GOVERNO
SOCIEDADE CIVIL
POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

LINHAS TEMÁTICAS



SUMÁRIO



A Brigada Mirim da Ilha Grande é uma das sete iniciativas que com apoio do projeto avançam no trabalho de maricultura no estado do RJ

APOIO À MARICULTURA

Outra frente importante do projeto é o apoio à maricultura, produção de organismos marinhos para o consumo, com o financiamento dos estudos necessários para aumentar a sustentabilidade da produção de moluscos, como ostras, vieiras e mexilhões, e também de algas, e melhorar a estrutura dessa cadeia produtiva no estado. Foram selecionados sete subprojetos, com um investimento total de R\$ 4 milhões, para o desenvolvimento e fortalecimento da maricultura em ambientes costeiros e marinhos dos municípios litorâneos do estado. As iniciativas atuam em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), principal órgão de fomento à maricultura no estado, que além de desenvolver monitoramento biológico e pesquisa, atua na extensão aos produtores locais.

Um dos destaques é a algicultura na Baía da Ilha Grande, voltada para produção de macroalgas e desenvolvimento de produtos a partir dessa matéria-prima. A iniciativa concentra-se na macroalga *Kappaphycus alvarezii*, que já foi testada como biofertilizante na agricultura e como proteína alternativa para consumo animal e humano, além de um grande potencial para fins cosméticos e nutricionais.

Os representantes dos subprojetos tiveram oportunidade de trocar experiências e fortalecer relações durante dois encontros realizados em abril e outubro deste ano. O resultado desses encontros foi a criação de uma rede de maricultores que pretende atuar em conjunto para vencer os entraves à atividade.



17/06/2024 — RECORD
Em Arraial do Cabo (RJ), Paula Varejão mostra como funciona uma fazenda marinha

29/07/2024 — O GLOBO
Pesca artesanal impulsiona economia sustentável na Região dos Lagos

06/11/2024 — INTER TV RJ2
Angra dos Reis registra diminuição na produção de vieiras

Pesquisa Marinha e Pesqueira

Navio Ciências do Mar III

Investir em ciência é também investir nas futuras gerações de pesquisadores. Esse é o objetivo do subprojeto de Apoio ao Navio Ciências do Mar III, uma sala de aula flutuante com laboratórios e equipamentos de pesca, oceanográficos e geológicos que já foi visitada por centenas de estudantes de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento.

O navio foi construído com apoio do governo federal e por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e a Universidade Federal Fluminense (UFF) tem recebido recursos do projeto que permitiram a aquisição de materiais para coleta, captura e identificação de biota; equipamentos de coleta de água e sedimentos; equipamentos de laboratório; drone; um veículo aquático pilotado remotamente (ROV); além de ferramentas e equipamentos de informática e georreferenciamento. A estruturação dos laboratórios é um importante fomento à pesquisa e ao ensino das ciências do mar.

8
CHAMADAS DE
PROJETOS

35
SUBPROJETOS
APOIADOS

20
INSTITUIÇÕES
APOIADAS

Viera cultivada na Baía da Ilha Grande, Sul do estado do RJ



O Museu Nacional terá um novo laboratório de taxidermia para contribuir com o acervo expositivo de animais

A reconstrução do Museu Nacional

Ainda em reconstrução após o incêndio, em 2018, que destruiu a maior parte do seu acervo, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) conta desde 2022 com o apoio de uma linha de ação específica do projeto, voltada para recompor o acervo de exposição de animais marinhos da instituição. Em paralelo, outro objetivo é a construção no museu de um moderno laboratório, voltado para taxidermia, campo responsável pelo empalhamento de animais para fins de estudo ou exibição. O novo espaço terá 500 m² e vai contar com dois andares, área aberta com guindaste e uma câmara fria de mais de 3 metros de altura e 2,5 metros de largura para armazenar grandes animais.

“Nosso laboratório vai se equiparar aos principais laboratórios da Europa e será o único na América Latina”, resume Renata Stopiglia, pesquisadora e coordenadora de Taxidermia no Museu Nacional. A inauguração, prevista para 2024, foi adiada devido à descoberta arqueológica de um conjunto de fundações antigas durante as obras.

A realização do projeto é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro.



Pesquisa
MARINHA
& PESQUEIRA

MPF
Ministério Pùblico Federal

IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

anp
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

PRIO

FUNBIO
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Apoio a UCs

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo



Lar do mico-leão-dourado, primata ameaçado de extinção que vive apenas na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado é a mais nova Unidade de Conservação (UC) amparada pelo projeto Apoio a UCs, que agora beneficia um total de 10 UCs no estado fluminense e no Norte do estado de São Paulo. A APA, que abrange uma área de 150 mil hectares, ajuda a proteger não apenas a biodiversidade e remanescentes de Mata Atlântica, mas também várias comunidades pesqueiras e tradicionais. Os recursos vão possibilitar a melhoria da infraestrutura, o apoio ao monitoramento participativo da pesca na região e o levantamento de novos dados que fortaleçam o Plano de Gestão Local (PGL) da pesca artesanal do caranguejo guaiamum.

Além da APA da Bacia do Rio São João, o projeto destina recursos para o fortalecimento da gestão e proteção da APA Cairuçu, Parque Nacional Restinga de Jurubatiba, Estação Ecológica de Tamoios, Estação Ecológica Tupinambás, Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, APA de Guapi-Mirim, Estação Ecológica da Guanabara, Monumento Natural das Ilhas Cagarras e Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Em 2024, foram destinados cerca de R\$ 2,4 milhões, com a maior parte do recurso já empenhada em contratos em andamento ou em elaboração. Com aportes oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, responsabilidade da empresa PRIO, o projeto é resultado de uma medida compensatória conduzida pelo Ministério Públco Federal (MPF) e tem previsão de término no final de 2025.

10
UCs
APOIADAS

233
MIL
HECTARES

PARCEIROS



GOVERNO

POPULAÇÕES
INDÍGENAS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

CAPACITAÇÃO
DE EQUIPES E
PARCEIROSCRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DE
UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO

NDC ODS



SUMÁRIO



Atividade de Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental Cairuçu (RJ), que recebe apoio do projeto

Acessibilidade em Jurubatiba

Uma das UCs beneficiadas, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no litoral Norte Fluminense, concluiu a etapa de planejamento prévio, com aprovação de um projeto executivo, para dar início à construção de uma trilha acessível dentro da restinga. Além disso, o parque montou e equipou uma oficina gráfica para confecção de placas, banners e folders para sinalização e divulgação das trilhas e atrativos.

Espaço Manguezal

Às margens da Baía de Guanabara, duas Unidades de Conservação (UCs), a APA Guapi-Mirim — que completou 40 anos em 2024 — e a Estação Ecológica da Guanabara, protegem a maior faixa contínua de manguezal preservada do estado do Rio de Janeiro. Além da sua importância ambiental, as áreas protegidas são fundamentais para as comunidades pesqueiras do entorno. Com os recursos do projeto, está sendo construído o Espaço Manguezal, previsto para inauguração em fevereiro de 2025. O prédio, anexo à sede das UCs, terá um centro de visitantes, uma exposição permanente e um auditório para realização de seminários, encontros e atividades de educação ambiental.

Apoyo a UCs

Nova sede do Monumento Natural das Ilhas Cagarras no Parque Lage (RJ)



Memória, acervo, cultura da população caiçara do litoral sul do Rio de Janeiro receberam apoio para montar virtualmente o Museu Vivo Caiçara

Museu Vivo Caiçara

Dentro de seus 34,7 mil hectares, a APA Cairuçu, em Paraty, abrange um território costeiro e marinho de alta relevância socioambiental, com comunidades caiçaras e indígenas — com duas Terras Indígenas (Parati-Mirim e Guarani de Araponga) no entorno —, que representam atores cruciais para fortalecer a gestão da área protegida. Com isso em vista, o projeto apoiou a realização de oficinas para elaboração de planos de Desenvolvimento Comunitário, de Gestão Territorial Indígena e para criação do Museu Vivo Caiçara da Praia Grande da Cajaíba, inaugurado em outubro.

O museu é uma ferramenta colaborativa que visa a proteger e ampliar a memória coletiva e os saberes tradicionais do território da Praia Grande da Cajaíba, na APA Cairuçu. A plataforma abriga produções científicas, acadêmicas, audiovisuais, artísticas e jurídicas, e tem como objetivo socializar ferramentas para construção de arquivos e projetos comunitários.

“O Museu Vivo Caiçara nasce da compreensão de que era muito necessário que a gente trabalhasse com a geração de netos e avós, das famílias que resistiram ali. E da necessidade de preservar esse patrimônio histórico, cultural e natural. Fazer os jovens serem curadores desse acervo e conhecer outras perspectivas da história do lugar onde eles moram, além de colocá-los em diálogo com os mais velhos, com os avós, como forma de aproximar essas duas gerações e valorizar esses mestres e seus saberes”, explica a professora Lúcia Cavalieri, da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma das idealizadoras do museu.

GESTÃO COMPARTILHADA



O projeto apoiou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na realização do primeiro Seminário de Boas Práticas de Gestão Socioambiental da Região Sudeste, em parceria com a Gerência Regional do Sudeste (GR4/ICMBio). O evento, que ocorreu entre os dias 21 e 25 de outubro, contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas e envolveu gestores de 20 UCs e comunidades tradicionais da região.

O seminário é uma versão enxuta de um ciclo de formação oferecido pelo ICMBio em nível nacional e discutiu ações de educação ambiental, restauração de ecossistemas, assim como políticas públicas e normativas relacionadas à gestão das UCs federais. O evento teve como objetivo fomentar a conservação da natureza de forma participativa e eficiente, trazendo também os saberes tradicionais e a cultura das comunidades para dentro da gestão das áreas protegidas.

Entre os desdobramentos dessa semana de muitas trocas e aprendizados está a conexão de analistas das UCs e comunitários e a proposta de um grupo de trabalho para planejar políticas públicas regionais.

O seminário contou com o apoio financeiro do projeto Apoyo a UCs e do projeto GEF Mar, ambos geridos pelo FUNBIO.

Biodiversidade Litoral do Paraná



Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (PR)



Na costa paranaense, a Mata Atlântica ganhou um reforço com seis novas chamadas lançadas ao longo de 2024 pelo Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná — quatro de projetos e duas de manifestação de interesse, num total de 27 novas propostas apoiadas. Por meio das chamadas será destinado um total de mais de R\$17 milhões para o fortalecimento das Unidades de Conservação públicas e privadas, dos órgãos gestores

federal, estaduais e municipais e a promoção do uso sustentável no território nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.

Nas chamadas de projetos foram contempladas as seguintes linhas temáticas: uso sustentável, manejo e conservação, gestão socioambiental e apoio à criação e consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

25 UCs APOIADAS

4 CHAMADAS DE PROJETOS

2 MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



NDC ODS



“Existe uma estrutura hoje de gestão, uma formação de um conselho, e nos últimos dois anos tem havido destinação de recursos para ações prioritárias de conservação na região costeira do Paraná. Essa é a primeira provisão de recursos mais relevante, desde o início dos anos 2000, mais direcionada para o ICMBio nessa missão de implementar as UCs que existem neste território. E esses recursos também têm beneficiado as condições de trabalho do Ibama e do Batalhão de Polícia Ambiental.”

CLÓVIS BORGES,
diretor executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)

Trabalhos do subprojeto Monitoramento da megaflora na zona costeira do Paraná



Biodiversidade Litoral do Paraná



Mico-leão-de-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) vive no litoral, entre os estados do Paraná e São Paulo

Em prol da sociobiodiversidade paranaense

Uma das espécies beneficiadas pelos projetos selecionados é o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), primata considerado em perigo de extinção, segundo a avaliação nacional do ICMBio, e que ocorre no extremo norte do litoral do Paraná até a divisa com São Paulo. A iniciativa, que será executada pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), foi uma das nove propostas selecionadas pela chamada Manejo e Conservação de Espécies e Ecossistemas. O subprojeto tem como foco a conservação e o monitoramento de duas espécies que só ocorrem na Mata Atlântica: o mico-leão e o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*); além da avaliação para translocação da jacutinga (*Aburria jacutinga*), ave também ameaçada nas RPPNs Águas Belas e Rio Cachoeira, ambas no município de Antonina, geridas pela SPVS.

Na chamada voltada ao Uso Sustentável no território, foram selecionados oito subprojetos que abrangem ações direcionadas à pesca artesanal, ao fortalecimento de comunidades indígenas e tradicionais, melhoria da qualidade de vida, agroecologia, ecoturismo e inovação.

Um dos subprojetos selecionados é o Mbaraete nhandereko: fortalecendo o nosso modo de vida, proposto pelo Centro de Trabalho Indigenista, em parceria com a Comissão Guarani Yvyrupa e a Associação Indígena Myba Kuaray Haxa. A iniciativa fortalece as práticas de uso sustentável

da comunidade guarani da Terra Indígena Kuaray Haxa, localizada nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba. Para isso, irá executar ações de ampliação dos sistemas agroecológicos e enriquecimento florestal; ampliação do meliponário da aldeia; implementação de soluções ecológicas para o saneamento; e fortalecimento da gestão compartilhada da Terra Indígena com a Reserva Biológica Bom Jesus, do ICMBio, reforçando o diálogo entre as áreas protegidas parcialmente sobrepostas no território.

Interlocução também é uma palavra chave no subprojeto Diálogo UC: Fortalecimento da Gestão Participativa das Unidades de Conservação do Território da APA de Guaratuba, proposto pela Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e selecionado na chamada de Gestão Ambiental. A iniciativa abrange um total de cinco UCs, a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaratuba, o Parque Estadual do Boguaçu, o Parque Nacional Guaricana, o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e o Parque Natural Municipal Lagoa do Parado, além de uma comunidade do entorno.

A Mater Natura é também a instituição responsável por um dos subprojetos selecionados pela chamada Apoio à Criação e Consolidação de RPPNs no Litoral do Paraná e irá investir cerca de meio milhão de reais no fortalecimento de três reservas particulares: RPPN Graciosa, RPPN Encantadas e RPPN Encontro das Águas.



Localizador é usado para monitorar o mero, espécie ameaçada, no litoral do Paraná

Fortalecimento institucional

Já as duas manifestações de interesse foram voltadas para o apoio à implementação de Unidades de Conservação (UCs) e para o apoio às secretarias municipais de Meio Ambiente do Litoral do Paraná, com valores de R\$ 4 milhões e R\$ 1,5 milhão, respectivamente. Dentro da chamada de apoio às UCs foram selecionados pelas prefeituras de Paranaguá e Guaratuba três subprojetos que estão sendo executados pelo poder público, com investimentos em infraestrutura e equipamentos que permitam o fortalecimento da gestão na esfera estadual e municipal.

Já na manifestação de interesse voltada diretamente para as secretarias municipais, foram selecionados dois subprojetos que irão financiar ações de proteção da biodiversidade nos municípios de Guaratuba e de Pontal do Paraná.

Além disso, foram destinados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Batalhão de Polícia Ambiental do Paraná (BPAmb), respectivamente R\$ 1,7 milhão e R\$ 1 milhão, que permitiram a compra de bens e a estruturação desses órgãos.

O Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná, gerenciado pelo FUNBIO com participação do ICMBio, teve início em 2022 e é resultado de um Termo de Acordo Judicial (TAJ) firmado em 2012 pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Paraná com a Petrobras como compensação ambiental ao rompimento do Oleoduto Araucária-Paranaguá no município de Morretes, em 2001. O programa conta com um conselho gestor e um Plano Estratégico de Longo Prazo e tem duração prevista até 2031.

TAC Alsub

Termo de Ajustamento de Conduta Almoxarifados Submarinos



O ano de 2024 foi marcado pela consolidação de uma articulação histórica com os pescadores artesanais que atuam em áreas sobrepostas à Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios). Esse trabalho resultou em termos de compromisso assinados com cerca de 28 pescadores das comunidades de Tarituba, em Paraty, e Praia Vermelha, em Angra dos Reis. Os acordos sinalizam compromissos como o respeito ao defeso de certas espécies durante o período reprodutivo, as quantidades que podem ser pescadas e o monitoramento participativo, com apoio dos pescadores. Para monitorar a implementação dos acordos e garantir seu cumprimento, o Termo de Ajustamen-

to de Conduta Almoxarifados Submarinos (TAC Alsub) destinou recursos para apoiar a equipe da ESEC Tamoios, uma das 15 Unidades de Conservação (UCs) beneficiadas pelo TAC, sendo cinco federais e dez estaduais. Assinado em 2021, o TAC Alsub é um projeto executado com recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e a Petrobras, com a interveniência do FUNBIO, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.30.001.000486/2019-08. O TAC é uma medida compensatória pelo uso do fundo do mar na região da Bacia de Campos e tem como objetivo apoiar

a conservação da biodiversidade, a consolidação de UCs estaduais e federais localizadas no litoral do estado do Rio de Janeiro, melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras do estado e apoiar pesquisas científicas relacionadas à poluição marinha. O FUNBIO é o gestor financeiro e operacional do projeto.

Ao longo dos anos, o projeto tem realizado uma execução exitosa, o que foi confirmado pela revisão de meio termo, realizada em cumprimento à obrigação contratual prevista no TAC, que indicou que a meta de execução do recurso será cumprida integralmente até março de 2025, conforme previsto.

15
UCs

SEDO

10
ESTADUAIS - RJ

5
FEDERAIS

“Estamos aqui há 26 anos defendendo nossos pescadores aqui na Praia do Sahy, em Mangaratiba, e fomos contemplados com os projetos Unidos pela Pesca 1 e 2, do TAC Alsub, o que trouxe muita dignidade para nossa comunidade, melhor atendimento. Hoje eles saíram do anonimato, fizeram os cursos de capacitação e vão ter espaço nas feiras para explorar e expor seus produtos artesanais da pesca para comerciantes locais. Nós só temos a agradecer por essa iniciativa que está abrindo nossos horizontes e motivando nossa comunidade.”

PAULO SANT'ANNA,
presidente da Associação de Pescadores Maricultores e Lazer do Sahy (AssoPesca)

ECOSISTEMA

PARCEIROS

ACADEMIA

EMPRESAS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

ODS

1 ECONOMIA DE BASE NA TERRA

11 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

12 CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

13 ECONOMIA DE BASE NA ÁREA MARINHA

14 ÁREA MARINHA PROTEGIDA

17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72



Parque Estadual da Ilha Grande (RJ)

Apoio às UCs

Uma das UCs beneficiadas foi o Parque Nacional Restinga de Jurubatiba, que pôde adquirir equipamentos que ajudaram a viabilizar uma oficina de sinalização e melhorias na infraestrutura do parque.

Outro resultado dos investimentos do projeto foi o apoio à pesquisa sobre os sistemas aquáticos presentes nos rios — conhecido como lótico, e em lagos e lagoas — chamado de lêntico, caracterizado por águas paradas — no Parque Estadual da Lagoa do Açu. O estudo, finalizado em 2024, teve como objetivo aumentar o conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas aquáticos presentes no parque, para subsidiar e aprimorar os processos de gestão e manejo.

3
CHAMADAS DE PROJETOS

Combate ao Lixo Marinho

Foi lançado em maio o documento pioneiro “Recomendações para a estratégia estadual de enfrentamento ao lixo no mar no Rio de Janeiro”, em evento no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. O esforço, que contou com recursos do TAC Alsub, faz parte ainda de outra iniciativa apoiada pelo FUNBIO, a **Rede Oceano Limpo** (ver página 68), executada junto à Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano, vinculada ao Instituto de Estudos Avançados e ao Instituto Oceanográfico, ambos da Universidade de São Paulo (USP).

Outra iniciativa de combate à poluição marinha é a Orla Sem Lixo. Por meio dela foram apoiados mais de 40 bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado, propostos pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC. O foco é a região da Ilha do Fundão (RJ).

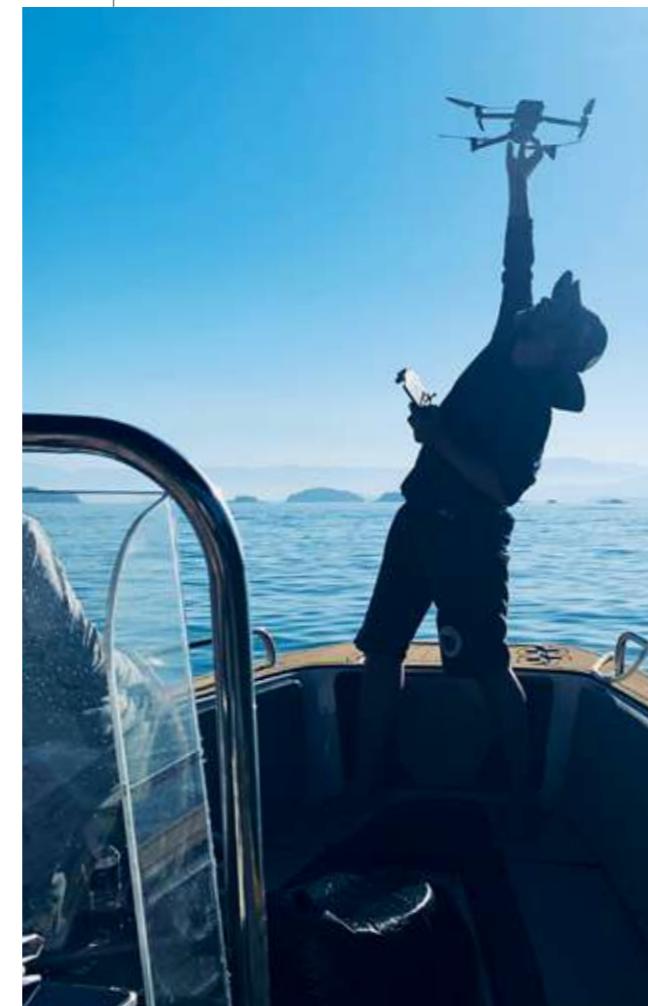
Fortalecimento da pesca sustentável

O ano foi marcado ainda pelo início das atividades da segunda fase dos subprojetos selecionados na chamada lançada para apoio à melhoria da qualidade de vida de comunidades pesqueiras e à pesca sustentável no estado, com assinatura dos contratos em janeiro. São seis subprojetos, os mesmos beneficiados na Fase 1, selecionados para darem continuidade às ações que visam ao fortalecimento da organização social, inclusão digital e manutenção das instituições. Ao todo, as duas etapas da chamada destinaram cerca de R\$ 4,7 milhões para coletivos, organizações e cooperativas de pescadores artesanais.

“A gente propôs a eles um desafio, que era ver o quanto a poluição marinha afeta a vida dessas pessoas, que estão na Região Metropolitana e nessas comunidades. E nós fizemos um pequeno *briefing*, tentando mostrar que as comunidades em que eles vivem e transitam hoje foram mar um dia, são grandes aterros, e que determinados canais que eles veem hoje cheios de esgoto já foram rios pretéritos. E tentando mostrar o quanto essa poluição retirou dessas populações coisas muito importantes, como o lazer e a contemplação da natureza.”

JOSÉ LAILSON,
oceanógrafo e chefe do Maqua/UERJ

Dez Unidades de Conservação estaduais recebem apoio para monitoramento e fortalecimento de suas gestões no RJ



Pescador na Baía de Guanabara trabalha próximo às colunas da Ponte Rio-Niterói



Sentinelas do Mar

Conhecimento e sensibilização. Esses são os dois eixos por trás da missão do Sentinelas do Mar, subprojeto de pesquisa científica financiado pelo TAC Alsub, executado pelo Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Maqua/UERJ).

No campo científico, foram realizadas análises químicas para determinar concentrações de compostos associados ao petróleo e à queima de matéria orgânica em espécies ameaçadas, como a toninha, o boto-cinza, raias e crustáceos, em pontos desde a

zona central do estado até o sul, na Baía da Ilha Grande.

Do outro lado, onde a meta é a comunicação com a sociedade, o projeto dedicou-se a pensar em como falar sobre poluição marinha e mostrar como esse problema afeta diariamente a vida das pessoas. Com foco na Baía de Guanabara e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o projeto contou com a ajuda de dois fotógrafos do coletivo Favelagrafia para construir narrativas visuais e um minidocumentário sobre os impactos da poluição na vida de moradores do Complexo do Ale-

mão, Morro da Providência, Praia de Ramos, Penha e Ilha do Governador. Os materiais podem ser conferidos no [site da iniciativa](#), desenvolvido com recursos do TAC e publicado em 2024. Também foi montada uma exposição itinerante sobre a poluição marinha.

No capítulo final dessa história, os dois fotógrafos tiveram a oportunidade de conhecer e documentar a Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-Mirim, uma das áreas mais bem preservadas da Baía de Guanabara, que mantém o olhar de esperança do que a baía já foi e ainda pode ser.

Biodiversidade Rio Doce

Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, no município mineiro de Mariana, em 2015, o Rio Doce e toda a biodiversidade associada à sua bacia hidrográfica são os pontos centrais do projeto Biodiversidade Rio Doce. A iniciativa tem como objetivo fomentar a pesquisa sobre espécies-alvo da bacia, muitas delas ameaçadas de extinção, para jogar luz sobre sua situação na região, assim como para sua recuperação e proteção. Uma das representantes dessa rica e ainda pouco estudada biodiversidade é uma espécie única de preguiça, recém-descoberta pela ciência. Ou melhor, redescoberta: a preguiça-de-coleira-do-sudeste.

Por meio de análises moleculares e morfológicas, foi possível

confirmar, em 2022, que o que cientistas acreditavam ser uma única espécie na verdade são duas, uma com ocorrência nos estados da Bahia e Sergipe (*Bradypus torquatus*) e outra que vive nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (*Bradypus crinitus*).

Conhecer melhor esse ilustre desconhecido que estava ao alcance da vista é a missão de uma das pesquisas apoiadas pela chama da de biodiversidade terrestre, lançada em 2024. Trata-se do subprojeto A nova preguiça-de-coleira: Incertezas ecológicas desse mamífero raro do Eoceno e sua conservação no Antropoceno, executado pelo Instituto de Pesquisa e Conservação de Tamanduás no Brasil (IPCTB), que pretende levantar dados sobre essa espécie do lado capixaba.

“Nós trabalhamos há mais de cinco anos com a preguiça-de-coleira no Rio de Janeiro, mas no Espírito Santo havia poucos estudos e muitas incertezas. Esse é o primeiro estudo detalhado de ecologia, levantamento de distribuição e abundância desde que a espécie foi redescrita.”

2 CHAMADAS DE PROJETOS

BIOMA



• MATA ATLÂNTICA

PARCEIROS



ACADEMIA



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



MANEJO DE ESPÉCIES

ODS



10 REDUÇÃO DE INEQUAÇÕES



14 VIDA ABAIXO DA ÁGUA



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTE

“Há pescadores com 60, 70 anos de idade, e eles lembram como era a população desses peixes no passado, antes do rompimento. E nós temos que resgatar esse conhecimento para construir e documentar essa história. É uma grande oportunidade que o FUNBIO está nos proporcionando e muitos dados que estamos levantando são inéditos. Ninguém havia feito um esforço amostral como nós estamos fazendo no Rio Doce e área adjacente marinha; essa é a importância. É uma grande oportunidade de saber como está a situação dessas espécies e do habitat em que elas estão.”

MAURÍCIO HOSTIM SILVA,
coordenador do subprojeto e
professor do Laboratório de Pesca
e Aquicultura (LabPesca) do Centro
Universitário Norte do Espírito
Santos (CEUNES)

Ave sobrevoa o Rio Doce



FLÁVIA MIRANDA,
pesquisadora do Instituto de
Pesquisa e Conservação de
Tamanduás no Brasil (IPCTB)

Biodiversidade Rio Doce



Pesquisadores contam com apoio do conhecimento tradicional dos pescadores que navegam pelo Rio Doce

Para ir atrás dessas informações, os pesquisadores contam com expedições a campo, entrevistas com as comunidades, sobrevoos de drone equipado com câmera termal para identificar a presença ou ausência da espécie, assim como densidade populacional. Como resultado desse esforço, foram feitos novos registros de distribuição e coletados dados que mostram o aumento da densidade populacional.

Em paralelo, a pesquisa também está trabalhando com o genoma das duas espécies de preguiça-de-coleira, em parceria com o instituto alemão Leibniz Institute for Zoo and Wildlife Research. Essa investigação revela quais áreas e populações são prioritárias para conservação do ponto de vista da saúde e diversidade genética da espécie.

Em 2025, o subprojeto dará início a uma segunda etapa fundamental, com a captura desses animais e de amostras biológicas para levantar dados de saúde e genética dessas populações.

Biodiversidade em foco

Para contemplar a biodiversidade da bacia hidrográfica do Rio Doce, a atuação do projeto é dividida em sete grupos temáticos terrestres e aquáticos, todos com represen-

Em 2024 foram lançadas duas chamadas, em março e junho, respectivamente. A primeira voltada para subprojetos de apoio à conservação de espécies-alvo da biodiversidade terrestre na bacia do Rio Doce; a segunda para pesquisas que subsidiem a translocação para conservação, com ações seja de reintrodução de espécies localmente extintas seja de reforço populacional para espécies em situação de vulnerabilidade na bacia. Foram selecionados 10 e 8 subprojetos, respectivamente, com um investimento total de R\$ 13,9 milhões.

Os números permitiram ao projeto alcançar a meta do ano, com 35 subprojetos contratados e em andamento, por meio de cinco chamadas, e um investimento garantido de R\$ 29,1 milhões, num total de 20 instituições responsáveis apoiadas.

Foram realizadas ainda duas oficinas virtuais de capacitação, em julho e outubro, para treinar 18 novos coordenadores e ordenadores financeiros dos subprojetos selecionados nos processos internos de contratação do FUNBIO.

tação de pelo menos um subprojeto dedicado: Flora (13 subprojetos), Entomofauna (5), Herpetofauna (4), Avifauna (3), Mastrofauna (8), Carcinofauna (1) e Ictiofauna (1).

Pesquisa em parceria com pescadores

Com ações que tiveram início no final de 2023, por meio de chamada voltada às espécies-alvo da fauna aquática da bacia do Rio Doce, o subprojeto Ictiofauna ameaçada da bacia do Rio Doce e sua conectividade com a região marinha costeira adjacente, executado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia (FEST), tem como objetivo levantar informações sobre distribuição, bioecologia, abundância e padrões de movimentação de oito espécies-alvo, quatro de água doce e quatro estuarinas-marinhas: piabanha (*Brycon dulcis*), crumatá (*Prochilodus vimbooides*), surubim-do-doce (*Steindachneridion doceanum*), blênio-do-mangue (*Lupinoblennius paivai*), caranha (*Lutjanus cyanopterus*), mero (*Epinephelus itajara*), rabo-seco (*Paragenidens grandoculis*) e tarpão (*Megalops atlanticus*). As espécies foram escolhidas por especialistas graças a informações que indicavam um cenário preocupante de conservação, seja pelo declínio populacional seja pela própria lacuna de conhecimento, no caso de espécies de Dados Deficientes.

As ações do subprojeto estão divididas em cinco eixos:

- levantamento bibliográfico sobre a distribuição geográfica e ocorrência atual das espécies;
- estudos ecológicos sobre a dinâmica populacional das espécies-alvo;
- estudos sistemáticos, como, por exemplo, taxonomia e genética;
- pesquisa dos padrões de movimentação e migração das populações;
- e, prevista para 2025, uma etapa de identificação do potencial e viabilidade da exploração pesqueira das oito espécies-alvo, que irá determinar a necessidade de períodos de defeso, por exemplo, para garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

A iniciativa terá ainda uma frente de educação ambiental em escolas da região, prevista para começar em 2025.

Nesse trabalho, os pesquisadores contam com um aliado fundamental: os pescadores e seu conhecimento tradicional. O fluxo de saberes é contínuo e recíproco, e os dados coletados pelos cientistas são também compartilhados com os pescadores, numa relação de confiança que busca consolidar o conhecimento sobre as espécies e criar um grande banco de dados sobre elas.



**Biodiversidade
RIO DOCE**



TAC Coral-Sol

A invasão de espécies exóticas é uma das principais ameaças à biodiversidade nativa. E um dos casos de bioinvasão ocorre de baixo d'água, por se alastrar um gênero de corais chamado pela ciência de *Tubastraea*, popularmente conhecido como coral-sol por suas cores vermelho-alaranjado e amarela. À medida que o coral-sol ganha espaço, ele tira o lugar dos corais nativos, podendo causar um grave desequilíbrio nos ecossistemas costeiros, como recifes rochosos e coralíneos. Controlar o avanço desse invasor, nativo dos oceanos Pacífico e Índico, exige um intenso trabalho de monitoramento, resposta rápida e, se necessário, remoção. Esses são os eixos de atuação que guiam o programa TAC Coral-sol, voltado para avaliação, monitoramento da dinâmica e manejo do coral-sol na Estação Ecológica de Tamoios e na Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, um dos locais mais severamente afetados pelo coral invasor. Para executar essas ações, o programa, que prevê um aporte total de R\$ 18 milhões, contratou três consultorias, que já entregaram seus primeiros produtos em 2024.

Uma das contratações tem como objetivo elaborar um diagnóstico e monitorar a evolução das comunidades bioincrustantes e a ictiofauna — os peixes — associada aos costões da Estação Ecológica (ESEC) e da Baía da Ilha Grande (BIG), assim como



investigar as relações das espécies com o coral-sol. Nessa frente, foi entregue em 2024 um diagnóstico preliminar das áreas, feito por meio de levantamento bibliográfico. Além disso, foi realizada uma campanha piloto em campo para reconhecimento dos pontos de amostragem para o estudo e uma campanha para iniciar o diagnóstico, que contemplou a obtenção de dados primários com a utilização de videotransectos, por meio de mergulho autônomo, e registro de imagens com câmeras de vídeo de alta resolução.

A consultoria também desenvolveu um banco de dados georreferenciado, compartilhado com a gestão da Unidade de Conservação, o Comitê Técnico-científico do programa e a gerência do FUNBIO, para disponibilizar as informações levantadas nos 44 pontos de estudo e verificar como está a presença de coral-sol em cada um deles. Ao longo do projeto, esse banco de dados será alimentado continuamente com o resultado das pesquisas em andamento. Entre os resultados parciais, foi identificada a presença significativa de coral-sol na maior parte das áreas de estudo.

Na segunda etapa, os pesquisadores irão acompanhar anualmente a presença e o aumento, ou não, do coral invasor nos pontos definidos. Para isso serão realizadas quatro campanhas de campo até 2028.

As outras duas contratações foram assinadas em setembro de 2024 e as atividades já tiveram início. Uma delas irá desenvolver um modelo hidrodinâmico da Baía da Ilha Grande para entender os fatores que contribuem para a expansão do coral-sol na região, como padrão de correntes e marés. O projeto terá duração de dois anos.

A outra consultoria contratada terá a missão de desenvolver protocolos de detecção precoce de coral-sol em pontos com nenhuma ou baixa presença do invasor, o que permitirá uma resposta rápida diante da identificação de espécies invasoras. Além disso, os pesquisadores irão testar a eficácia da técnica de remoção manual de coral-sol, em pequena e larga escala, em áreas com diferentes percentuais de cobertura de coral-sol (alta, média e baixa). Esse trabalho, pioneiro na região, terá duração de três anos e meio.

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Coral-Sol (TAC Coral-Sol) foi firmado em 2021, entre o Ministério Público Federal e cinco empresas, que foram responsabilizadas pela introdução acidental do coral-sol na Baía da Ilha Grande por meio de plataformas e/ou sondas de petróleo e gás. O FUNBIO atua como gestor financeiro e operacional da iniciativa, que tem duração prevista para até 2028.



PARCEIROS



EMPRESAS



GOVERNO

SOCIEDADE CIVIL



LINHAS TEMÁTICA

MANEJO DE ESPÉCIES

ODS



A beleza do coral-sol esconde perigos para espécies que o circundam. O projeto analisa sua presença na costa brasileira

“Nós estamos produzindo conhecimento desde 2008 no local mais infestado e afetado pela bioinvasão do coral-sol, que é a Baía da Ilha Grande, e chegou um momento em que não dávamos conta de fazer o manejo e mais dados precisavam ser gerados. E esse recurso e esses três projetos em andamento estão gerando um conhecimento incrível tanto para a ESEC Tamoios quanto para a Baía da Ilha Grande. Acho que a grande contribuição do TAC Coral-Sol é essa convergência de todas as instituições tentando produzir a melhor ciência, o melhor conhecimento e a melhor técnica para combater essa bioinvasão.”

REGIS LIMA,
gestor da ESEC Tamoios



TCSA Porto Sul



Cachoeira Pancada Grande cercada por floresta da Mata Atlântica, em Ituberá, Sul da Bahia

A ORIGEM DO TCSA

O TCSA Porto Sul é resultado de uma decisão jurídica de 2019 sobre o licenciamento ambiental solicitado pela empresa Bahia Mineração S.A. (BAMIN). O termo tem como objetivo garantir o desenvolvimento sustentável do Extremo Sul da Bahia, para reduzir e evitar danos ambientais maiores em decorrência da instalação do complexo portuário intermodal Porto Sul, a 14 quilômetros ao norte de Ilhéus, atualmente já em construção. Os recursos são geridos pelo FUNBIO e o TCSA, firmado junto ao MPF e MPBA, envolve ainda o governo do estado da Bahia, a mineradora BAMIN, o INEMA e o município de Ilhéus. O projeto tem duração prevista até 2026.

Os recursos do Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul (TCSA Porto Sul) permitiram a operacionalização do Observatório Social, centro de inteligência territorial inaugurado em 2023, para monitorar dados socioambientais — como supressão vegetal, qualidade da água e do ar — na área de abrangência do TCSA. Por meio do Observatório foi feita a atualização do Painel de Monitoramento da Supressão de Vegetação, com informações sobre desmatamento e o desenvolvimento de um painel de dados pluviométricos, para acompanhar o nível das chuvas nas diferentes microbacias do território.

O projeto foca ainda no fortalecimento de quatro Unidades de Conservação (UCs): Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré/Serra Grande, Parque Estadual da Serra do Conduru, Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e do Rio Almada, e Parque Estadual da Ponta da Tulha. Juntas, as UCs somam cerca de 157 mil hectares de Mata Atlântica e zona costeira-marinha no Sul da Bahia.

As empresas contratadas para elaborar os planos de manejo e de uso público para as quatro UCs iniciaram a realização das reuniões participativas e oficinas prévias com atores chave, etapa necessária na construção dos planos.

Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul



PARCEIROS



ACADEMIA

EMPRESAS

GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



NDC ODS



SUMÁRIO

Os recursos do projeto também permitiram a construção de uma sede administrativa e o cercamento do Parque Estadual da Ponta da Tulha, ambos concluídos em 2024.

Além disso, o TCSA também apoiou o Núcleo de Gestão Integrada de Ilhéus, do ICMBio, responsável pela gestão da Reserva Biológica de Una e do Parque Nacional da Serra das Lontras, ambas na Bahia. Há previsão de apoio direto às UCs, em 2025, com a elaboração dos planos de manejo.

Em paralelo, foram adquiridos bens e equipamentos para prefeituras dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, para a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, assim como para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental Porto Seguro (CIPPA/PS) e para o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA-BA).

Ao longo do ano, o projeto também realizou um evento para fortalecer as relações institucionais e a articulação com o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).



TCSA
Porto Sul

FUNDO BRASILEIRO PARA
A BIODIVERSIDADE
FUNBIO



ilhéus



BAMIN



GOVERNO
DO ESTADO
DA BAHIA



MPF

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



Praia em Itacaré e a foz do Rio das Contas, que deságua no Oceano Atlântico, no município de Itacaré (BA)



G7 Parques Nacionais

Sete parques mineiros ganharão um reforço por meio de um novo projeto, lançado em dezembro, destinado a fortalecer as Unidades de Conservação (UCs), com investimento para melhorias na estruturação, em especial aquelas destinadas à visitação. Batizado de G7 Parques Nacionais, o projeto é resultado de recursos oriundos de um acordo firmado em 2020 pela Vale para substituir o pagamento de multas ambientais aplicadas à empresa após o rompimento das barragens em Brumadinho, em

2019. O aporte, no valor de R\$ 66 milhões, irá apoiar os parques nacionais no estado de Minas Gerais: da Serra do Cipó, da Serra do Gandarela, da Serra da Canastra, das Sempre-Vivas, Cavernas do Peruaçu, Grande Sertão Veredas e do Caparaó.

Os investimentos irão incluir áreas chave das UCs, como a promoção do uso público, com a estruturação de trilhas e atrativos, assim como o fortalecimento da gestão, da fiscalização e ações

de manejo de fogo. O FUNBIO é o executor do projeto, que tem duração prevista de três anos. As atividades têm início previsto para março de 2025.

Além disso, caberá ao FUNBIO desenhar um mecanismo financeiro que possa permitir a sustentabilidade dos parques no longo prazo. A criação desse fundo — cujo gestor ainda será definido — dará início à Fase 2 do projeto, para a qual já estão destinados outros R\$ 84 milhões.

BIOMAS



PARCEIRO



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



MECANISMOS FINANCEIROS

NDC ODS



Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG)

Reabilita Cetas

Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) são infraestruturas fundamentais na reabilitação de animais vítimas de crimes ambientais, como tráfico; de acidentes, como atropelamentos; ou mesmo de desastres, como deslizamentos e enchentes. Reconhecendo sua importância para manejo e conservação da fauna, foi lançado em dezembro o projeto Reabilita Cetas. O termo de repasse, firmado entre o Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o FUNBIO e a mineradora Samarco, prevê um investimento de R\$ 211 milhões. A iniciativa, fruto de uma obrigação judicial, é parte das ações de recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e tem como objetivo central proporcionar a construção e reestruturação dos Cetas localizados nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Com duração prevista de seis anos, o projeto irá implantar dois novos Cetas, nos municípios de Nova Lima (MG) e Serra (ES), e apoiar sua manutenção por, no mínimo, três anos. Além disso, os recursos irão apoiar os Cetas já existentes em Montes Claros e Juiz de Fora, em Minas Gerais.

O Reabilita Cetas prevê ainda a contratação de serviços de apoio às áreas de soltura de animais silvestres, com consultorias para revitalizar e aprimorar os protocolos

BIOMAS



PARCEIRO



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICA



MANEJO DE ESPÉCIES

ODS



de atendimento nos centros, além de ações de educação ambiental. O FUNBIO será responsável pela execução do projeto.

O Reabilita Cetas é uma das primeiras transferências que integram o Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce, assinado entre Samarco, Vale e BHP Brasil, União, governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Defensorias Públicas da União e Estaduais (MG e ES), entre outros

órgãos e instituições públicos, homologado em novembro deste ano, sem ressalvas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

“É uma satisfação assinar um acordo sólido, feito de forma integrada, e que deixará um legado para a estrutura dos Cetas, beneficiando uma região com biodiversidade tão singular, que contempla tantas espécies ameaçadas.”

RODRIGO AGOSTINHO,
presidente do Ibama



91 Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ)
93 Fundo da Amazônia Oriental

PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ)

Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro



A restauração ecológica em solo fluminense tem sido um dos principais focos dos investimentos do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, mais conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ).

Os recursos do FMA permitiram a contratação de dois projetos de restauração, que iniciaram suas atividades em 2024, no âmbito do programa Florestas do Amanhã, por meio da chamada Implementando o Plano Estadual de Restauração Ecológica da Mata Atlântica. Ao todo, são R\$14 milhões destinados às iniciativas que irão restaurar 200 hectares de Mata Atlântica do estado.

O projeto No Caminho da Mata Atlântica: restaurando paisagens produtivas no Recôncavo da Guanabara irá restaurar 150 hectares nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Magé. Já o Instituto de Ação Socioambiental (ASA), por meio do Projeto Guapiaçu, irá promover a recuperação de 50 hectares de Mata Atlântica em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

As atividades já começaram, com os planos de restauração em

200 HECTARES EM RESTAURAÇÃO

processo de aprovação e execução de outras atividades, como a capacitação dos produtores rurais para fortalecer as diferentes etapas da restauração. Nessa frente, foram realizados no total seis cursos, que envolveram mais de 100 pessoas e trataram de temas como a produção de mudas nativas, viveiros, coleta e beneficiamento de sementes e adequação ambiental. Uma das capacitações teve ainda como foco engajar as mulheres e jovens da região na cadeia produtiva da restauração.

Os dois projetos também apoiam um total de 99 atendimentos relacionados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), com 51 novos cadastros e 52 retificações, importantes para garantir a regularização ambiental das propriedades privadas.

Criado em 2009, a pedido da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) do Rio de Janeiro e gerido atualmente pelo FUNBIO, o mecanismo financeiro permite direcionar recursos de compensação ambiental e obrigações legais de empresas para ações como a restauração ecológica e o fortalecimento de Unidades de Conservação.

PARCEIRO



GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



MECANISMOS FINANCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

ODS



6



13



14



15



17

SUMÁRIO

“Essas ações colocam o estado do Rio de Janeiro num patamar interessante do ponto de vista de alcançar não só a NDC [Contribuição Nacionalmente Determinada] nacional de restauração, mas também a meta que nós apresentamos em Glasgow de ampliar em mais 10% a cobertura florestal do estado do Rio de Janeiro até 2050. Estamos nessa rota. Este ano fomos o único estado que aumentou a cobertura de Mata Atlântica. E acreditamos que o FMA é esse mecanismo financeiro para que os outros instrumentos administrativos e legais funcionem de forma correta e a gente consiga dar uma resposta para conservação dos serviços ecossistêmicos.

TELMO BORGES,
superintendente de Mudanças do Clima da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (SEAS-RJ)

Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim, por onde passa o Rio Guapimirim, que deságua na Baía de Guanabara (RJ)



Fundo da Mata Atlântica (FMA-RJ)



Ação Socio-ambiental vai recuperar 50 hectares em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim (RJ)



Sinergia com o Floresta Viva

Com o propósito comum de promover a restauração, o FMA-RJ entrou em sinergia com outra iniciativa gerida pelo FUNBIO: o Floresta Viva, viabilizado com recursos do BNDES. Dessa parceria foi lançado o edital Florestas do Rio, que conta com o aporte de R\$ 30 milhões do FMA, por meio da SEAS-RJ, e recursos da Aegea, que em *matchfunding* o BNDES equiparou o valor de investimento.

Este valor somado de R\$ 60 milhões será destinado para propostas de apoio à restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração em nove municípios fluminenses: Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Cachoeiras de Macacu, Niterói, São Gonçalo, Maricá e Rio Bonito. A Manifestação de Interesse para o edital, com a pré-seleção das instituições aptas, foi concluída em outubro de 2024 e a chamada foi lançada em dezembro, para seleção em 2025.



Águas de Guapimirim

Outro destaque no ano foi o investimento no plano de manejo, documento norteador na gestão de Unidades de Conservação, do Parque Natural Municipal das Águas de Guapimirim.

A criação da área protegida em 2013, com 1.830 hectares, foi uma das condicionantes para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um grande empreendimento da Petrobras atualmente renomeado para Polo Gaslub. E a estruturação do parque, com a elaboração do plano e outros investimentos, foi estabelecida em acordo firmado, em agosto, entre o Ministério Público do

Rio de Janeiro (MPRJ), o governo do estado do Rio de Janeiro e o município de Guapimirim.

Para contratar a consultoria responsável pela elaboração do plano de manejo, o FMA/RJ utilizou o valor de R\$ 476 mil, de um aporte total de R\$ 4 milhões feito pela Petrobras para o parque, em função do empreendimento. E com isso, pela primeira vez, o fundo executou recursos do instrumento “outras fontes”, que não se enquadram como compensação ambiental ou Termos de Ajustamento de Conduta, por exemplo. O instrumento é um dos seis nos quais se dividem os recebimentos do FMA/RJ.

Fundo da Amazônia Oriental



Reserva Extrativista de São João da Ponta (PA)

O reconhecimento do território é uma etapa fundamental para resguardar o direito dos povos tradicionais sobre suas terras ancestrais e sua relação com a natureza local desenvolvida há gerações. Por isso, foi com muita comemoração que três comunidades quilombolas receberam a notícia da titulação das suas terras. Os quilombos São Jorge, Costeira e Nova América estão situados nos municípios paraenses de Abaetetuba, Cametá e Oeiras do Pará, respectivamente, e somam um total de 11 mil hectares, onde vivem cerca de 600 famílias.

Para ter seu direito reconhecido, o Fundo da Amazônia Oriental (FAO) financiou o georreferenciamento, etapa prévia à titulação, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), do governo do estado do Pará, com recursos de

BIOMA



AMAZÔNIA

PARCEIROS



LINHAS TEMÁTICAS



NDC ODS



Açaí é uma palmeira comum no bioma Amazônia e símbolo da cultura paraense



Oficina de Elaboração de Projetos reuniu 33 organizações quilombolas, em Abaetetuba (PA)



Chamada para fortalecimento quilombola

O apoio às comunidades quilombolas também foi reforçado por meio de uma chamada de projetos, aberta em 2024, que irá selecionar até 15 propostas de projetos para associações quilombolas em suas cadeias da sociobiodiversidade. Serão investidos R\$ 3,75 milhões, com o objetivo de contribuir para a capacitação dos quilombolas e o fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis e comunitárias.

As propostas serão selecionadas no início de 2025. A chamada será dividida em dois ciclos, cada um com um desembolso, de R\$ 100 mil e R\$ 150 mil, respectivamente. Em ambas as etapas as associações escolhidas passarão por oficinas de capacitação para fortalecer e promover negócios de base comunitária. Além disso, com os valores recebidos, as associações poderão investir na melhoria da

cadeia produtiva e adoção de boas práticas, com aquisição de equipamentos ou realização de benfeitorias necessárias.

Com foco na capacitação, o FAO promoveu também, em julho, uma Oficina de Elaboração de Projetos, em Abaetetuba. O evento, que durou três dias, reuniu 33 organizações quilombolas e 56 lideranças das regiões de Marajó, Baixo Tocantins e Sudeste Paraense. O objetivo da oficina foi facilitar e apoiar as associações para submissão de propostas e apresentação de projetos.

O evento teve apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do governo do estado do Pará e do Instituto Federal do Pará.

Fundo da Amazônia Oriental

Encontro do projeto Semeando Vida: Rede de Sementes, estratégia de organização e gestão para apoio à cadeia da restauração em florestas públicas do estado do Pará



Sementes de um futuro melhor

Em plena Década da Restauração, plantar é palavra de ordem. Para isso, é necessário ter sementes de uma grande diversidade de espécies nativas que possam subsidiar a recuperação dos ecossistemas. Nesse contexto, o Pará tem investido no projeto Semeando Vida: Rede de Sementes, estratégia de organização e gestão para apoio à cadeia da restauração em florestas públicas do estado do Pará.

Em 2024, foi dado um passo importante com a elaboração de um estudo para criação de uma Estratégia Estadual de Sementes. A proposta é resultado de uma consultoria externa contratada pela FAO com recursos de doação do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e prevê a implementação de um modelo de banco de coletas e de sementes no estado, com a estruturação de um núcleo piloto na região de Santarém, no Baixo Amazonas.

Alinhado com essa estratégia, foi realizado também o workshop Estratégia de rede de sementes no território paraense, organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). O encontro sobre a importância da cadeia produtiva de sementes reuniu os envolvidos no projeto e representantes da comunidade, para debater a estratégia estadual.

Fachada do data center modular adquirido com recursos do FAO



Investimento em tecnologia

Os recursos do FAO também permitiram investimentos em tecnologia que irão beneficiar a capacidade de gestão da SEMAS-PA, com destaque para aquisição de um data center modular. O equipamento é um método portátil de implementação de centro de dados, permitindo melhoria e modernização de toda a central de tratamento de dados da secretaria.

O novo sistema tecnológico foi adquirido a partir de recursos oriundos das obrigações legais de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), o TAC JBS e o IMERYS, ambos instaurados pelo Ministério Público Federal. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 3 milhões em equipamentos de tecnologia da informação com objetivo de propiciar maior eficácia dos mecanismos de fiscalização ambiental do estado.

Pagamento pela floresta em pé

Ainda em 2024, o FAO apoiou também a preparação do Subprograma de Pagamento por Serviços Ambientais em Territórios Coletivos (PSA2). O PSA é uma forma de remunerar os proprietários rurais por manterem a floresta de pé. No caso dos territórios coletivos, a iniciativa é voltada para povos indígenas e outras comunidades tradicionais e faz parte da Política Estadual de PSA, em formulação no Pará.

A expectativa é que em 2025 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) transfira para o governo paraense um valor de USD 3,5 milhões, com o investimento de contrapartida do estado do Pará de R\$ 50 milhões. Esse montante será destinado ao pagamento por serviços ambientais em territórios coletivos e será executado pelo FAO.

O objetivo é testar a metodologia do PSA2 em uma área piloto, na região da Terra do Meio, onde se sobrepõem territórios indígenas e comunidades tradicionais que atuam diretamente na conservação da maior floresta tropical do mundo.



AGÊNCIA GEF FUNBIO

- 96 Pró-Espécies
- 98 Baru da Chapada
- 100 YWV Ipuranguete novo
- 101 Conecta Caatinga novo

Pró-Espécies

“Apesar dos desafios, os recursos do projeto permitiram grandes avanços, especialmente nas expedições botânicas e no mapeamento de populações das espécies ameaçadas.

MARCIO VERDI,
coordenador do PAN Bacia do Alto Tocantins, do Núcleo de Estratégias para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção do CNCFlora



Projeto
Estratégia
Nacional para
a Conservação
de Espécies
Ameaçadas de
Extinção



PARCEIROS



ACADEMIA



GOVERNO



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

ODS



SUMÁRIO

13
ESTADOS
CONTEMPLADOS

5
BIOMAS
AMAZÔNIA, CAATINGA,
CERRADO, MATA
ATLÂNTICA, PAMPA

1
ECOSISTEMA
COSTEIRO-MARINHO

Uma das maiores ameaças — e desafios — para conservação da biodiversidade é a invasão biológica. Com essa preocupação em vista, o Pró-Espécies: Todos Contra a Extinção investiu na criação do Protocolo Geral de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida (PGADPRR). O documento pioneiro fortalece a capacidade do país em identificar e dar uma resposta rápida à introdução e disseminação de espécies exóticas e invasoras, mitigando seus potenciais impactos no meio ambiente, na economia e até mesmo na saúde pública. O protocolo foi lançado em maio, junto com três manuais específicos com recomendações para ambientes terrestres, marinhos e de água doce.

Os documentos, que trazem diretrizes práticas e acessíveis para os profissionais que atuam na gestão ambiental, foram elaborados pelo Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida para Espécies Exóticas Invasoras (PNADPRR), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e atendem a uma das recomendações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, que convoca países a se comprometerem a prevenir a

introdução de espécies exóticas. O protocolo funcionará como um guia para a tomada de decisão, desde o recebimento de uma notificação pelo órgão competente até a execução de ações de resposta, monitoramento e repasse. O objetivo é acelerar o tempo de resposta dos órgãos para aumentar a efetividade do controle dos eventuais invasores.

“Nós tínhamos uma expectativa e uma série de produtos previstos para serem entregues para minimizar os impactos causados pelas espécies exóticas invasoras e só foi possível realizar todo esse conjunto de ações dentro do Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida para Espécies Exóticas Invasoras porque isso foi planejado dentro do Pró-Espécies”, diz Ronaldo Morato, coordenador geral do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do MMA.

O projeto, que atua em conjunto com 13 estados brasileiros, é financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), sob coordenação do MMA, implementado pelo FUNBIO e executado pelo WWF-Brasil.

Paepalanthus avacanoeiro é uma das duas espécies novas da família das sempre-vivas, registrada na região da Chapada dos Veadeiros (GO)



Novas espécies

A família das simpáticas sempre-vivas, plantas típicas do Cerrado, ganhou novas integrantes com a descoberta de duas espécies, a *Paepalanthus burle-marxii*, que foi encontrada nas proximidades de Brasília (DF) e dos municípios goianos de Pirenópolis, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto; e *Paepalanthus avacanoeiro*, registrada na região da Chapada dos Veadeiros (GO). De acordo com os cientistas, a indicação é que as plantas sejam classificadas, respectivamente, como Vulnerável e Criticamente em Perigo de Extinção.

A descrição das novas sempre-vivas foi publicada em artigo no periódico científico *Phytotaxa*, em fevereiro, e é resultado das atividades do Plano de Ação Nacional (PAN) para Conservação de Plantas da Bacia do Alto Tocantins, financiado pelo projeto.

Por meio do PAN foi realizada ainda uma expedição, em agosto, na Chapada dos Veadeiros, que identificou dez espécies da flora ameaçadas de extinção e três potenciais novas espécies, ainda em análise pelos pesquisadores para que possam ter sua identidade confirmada.

O Plano tem vigência até 2028 e já executou 54% das ações que buscam proteger 98 espécies ameaçadas da região. Os dados coletados irão ajudar a preencher lacunas de conhecimento

científico, permitindo a realização de estudos populacionais e a avaliação do risco de extinção,

que irão subsidiar a elaboração da Lista Vermelha da Flora de Goiás.

Outra família de plantas que cresceu em 2024 como

consequência dos esforços de pesquisa financiados pelo Pró-Espécies foi a das canelas-de-ema, com duas novas espécies descritas na região do Espinhaço (MG): *Vellozia flava* e *Vellozia formosa*, ambas Criticamente em Perigo de Extinção, como sugerem os pesquisadores, devido ao seu microendemismo, ou seja, por ocorrerem em habitats extremamente restritos e estarem muito vulneráveis a ameaças como incêndios.

As canelas-de-ema foram encontradas na vegetação dos campos rupestres no Norte de Minas Gerais durante expedição do Plano de Ação Territorial para conservação de espécies ameaçadas de extinção do Espinhaço Mineiro (PAT Espinhaço Mineiro), organizada pelo Pró-Espécies.



O Mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*) é considerado uma das aves mais ameaçadas do mundo

Em busca de espécies raras e ameaçadas

Além das descobertas de novas espécies, o esforço dos cientistas em projetos financiados pelo Pró-Espécies também teve como objetivo ir atrás de animais e plantas já conhecidos, porém extremamente raros ou sob risco de desaparecer, como o mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*), considerado uma das aves mais ameaçadas do mundo.

Por meio de uma expedição do projeto no âmbito do Plano de Ação Territorial Meio Norte, que abrange os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, os pesquisadores foram a campo até a Terra Indígena Mãe Maria (PA), onde fizeram o registro raríssimo e inédito de seis indivíduos da espécie, com machos e fêmeas.

De norte a sul do país, o Plano de Ação Territorial para conservação de espécies ameaçadas de extinção do Território Campanha Sul e Serra do Sudeste (PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste) também foi a campo em busca de mais

informações sobre a biodiversidade do Pampa.

A procura pelo sapinho-de-barriga-vermelha-do-pampa (*Melanophryniscus sanmartini*), um anfíbio raro que só ocorre no bioma, trouxe boas notícias: além de encontrar os sapinhos em locais com registros históricos, os pesquisadores documentaram a espécie em novos locais, ampliando sua área de ocorrência e as populações conhecidas.

Em outra frente do PAT, pesquisadores foram atrás de quatro espécies de cactos nativas do Pampa e classificadas como Criticamente em Perigo. As plantas são ameaçadas pela perda de habitat, coleta ilegal e invasão de espécies exóticas, e os resultados do levantamento servirão de base para o desenvolvimento de políticas públicas estratégicas, voltadas para a conservação e a recuperação das populações que estão enfraquecidas.

11 PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (PATS)

4 PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (PANS) ELABORADOS

APOIO A

193 DAS 290 ESPÉCIES CRITICAMENTE EM PERIGO (CR) QUE NÃO CONTAM COM INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO

Pescador cientista

Cada vez mais a ciência cidadã tem se provado uma aliada fundamental de pesquisadores e da produção de conhecimento sobre a biodiversidade. E por meio da inovadora ferramenta “**Eu Pescador**”, os registros de pescadores que trabalham nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia poderão apoiar pesquisas e ações de conservação sobre os peixes da região.

O aplicativo, lançado em novembro, foi desenvolvido no âmbito do Plano de Ação Territorial de Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Território Cerrado Tocantins (PAT Cerrado Tocantins), em parceria com a Universidade de Brasília, e conta com um banco de dados de 120 espécies de peixes.

Por meio da plataforma, pescadores artesanais ou esportivos poderão registrar as espécies que pescam na região e aprender mais sobre elas. As informações ficarão disponíveis para o Naturtins, órgão ambiental do estado do Tocantins, e poderão colaborar na elaboração e atualização de normativas sobre as espécies e os tamanhos proibidos de captura.

“Iniciativas como o Pró-Espécies são um sopro de esperança que nós temos frente a todos os constantes retrocessos ambientais que estamos vivenciando. Essas ações deveriam ser incorporadas a políticas públicas sérias de proteção da nossa fauna e flora, deveriam entrar nas rotinas de órgãos ambientais, constituindo estratégias permanentes ou de longo prazo para conservação da natureza.”

PATRICK COLOMBO,
do Museu de Ciências Naturais
da Secretaria do Meio Ambiente e
Infraestrutura do Rio Grande do Sul
(SEMA-RS), que participa das pesquisas
sobre o sapinho

Balanço na reta final

Aproximando-se da reta final de execução do projeto, com encerramento previsto para

2025, o Pró-Espécies traz um legado de números impressionantes. Entre junho de 2018, quando teve início o projeto, e junho de 2024, foram investidos cerca de R\$43 milhões. Nesses seis anos de execução, o programa soma ainda 10 Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção que foram elaborados e implementados ou contaram com apoio do projeto para serem concluídos; 11 Planos de Ação Territoriais criados; 225 expedições de campo realizadas; e pelo me-

nos 10 novas espécies descritas ou redescobertas. Os projetos, descobertas e resultados do Pró-Espécies cruzaram fronteiras e foram parar na Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16), na Colômbia. A apresentação, realizada no Espaço Brasil, deu destaque às ações desenvolvidas pelo projeto, que criou mecanismos para a redução de ameaças a pelo menos 290 espécies categorizadas como Criticamente em Perigo (CR), das quais 193 não contavam com nenhum instrumento de conservação.



Baru da Chapada

Cerrado em Pé com Geração de Renda: A Cadeia Produtiva do Baru como Aliada da Biodiversidade e dos Povos Tradicionais

BIOMA



• CERRADO

PARCEIROS



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



EQUIDADE DE GÊNERO

ODS



SUPERALIMENTO GERA RENDA PARA MULHERES DO CERRADO



O projeto Baru da Chapada – Cerrado em pé com geração de renda: a cadeia produtiva do baru como aliada da biodiversidade e dos povos tradicionais – tem como objetivo a conservação do Cerrado por meio da geração sustentável de renda para as comunidades no estado de Goiás. Mulheres são as principais responsáveis pelo manejo dos produtos da sociobiodiversidade, como o baru (*Dipteryx alata*), castanha com propriedades de superalimento.

Um diagnóstico socioeconômico a partir de 58 entrevistas domiciliares em 32 comunidades agroextrativistas de cinco municípios mostrou que 75% dos coletores são mulheres, com idade média de 50 anos, predominantemente negras e pardas (82,7%), sem escolaridade ou com ensino

fundamental incompleto (52%) e sem remuneração (84,5%). Entre os principais desafios identificados estão a falta de estrutura para o beneficiamento e escoamento do baru, além da carência de conhecimentos sobre organização coletiva da produção.

Para garantir a presença das mulheres no componente de formação que inclui desde boas práticas de manejo até modelos de agronegócio, o projeto oferece apoio com cuidadoras para os filhos. Além disso, os participantes da formação recebem bolsas de permanência para assegurar estabilidade familiar durante a capacitação no período presencial, permitindo dedicação integral às atividades. O resultado foi o alto número de mulheres participantes, o equivalente a 60% do total.

Também foi organizada a Roda de Beleza Natural, oficina em que mulheres extrativistas, quilombolas e agricultoras compartilharam conhecimentos sobre o uso de plantas nativas do Cerrado para o autocuidado estético. A atividade transformou-se em um espaço de discussão sobre autoestima, papéis de gênero e o valor econômico, social, ambiental e espiritual das espécies do Cerrado. Essa roda de beleza representou uma importante ação de empoderamento das mulheres, ao conectar suas práticas ancestrais de autocuidado com o fortalecimento da cadeia produtiva do baru, e tornou-se um espaço garantido e assegurado em todo o processo formativo por demanda dos próprios cursistas.

Conhecer para melhorar

Um dos eixos de atuação mais importantes do primeiro ano do projeto consiste em realizar diagnósticos nas comunidades para coletar dados que permitam não apenas uma aproximação maior com os comunitários e suas organizações representativas, mas também entender os caminhos possíveis para o desenvolvimento das próximas etapas, como mutirões de boas práticas, plantio e manejo de baru, aquisição de equipamentos, identificação de lacunas de capacitação e definição de metodologias para o curso Formar Baru.

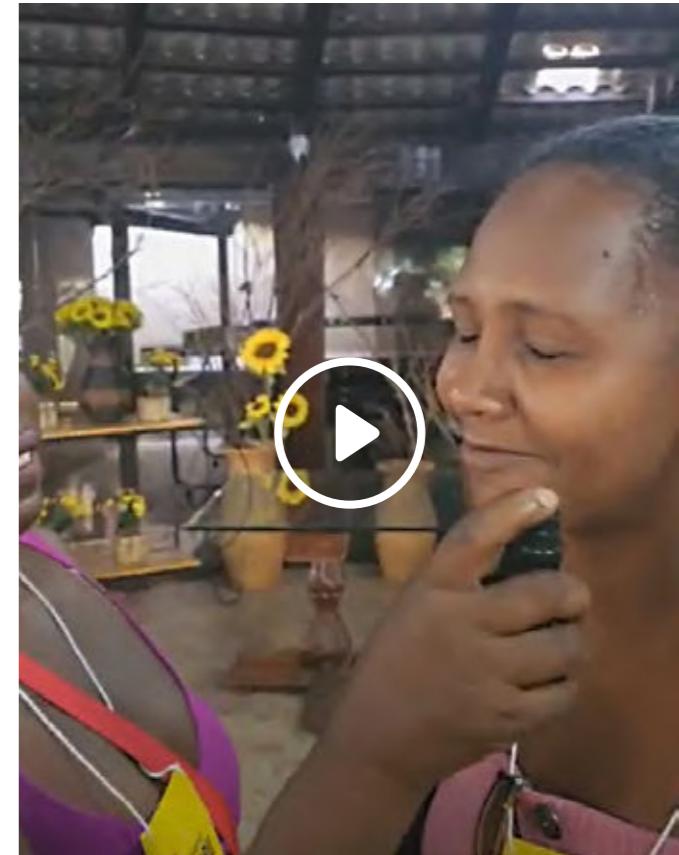
Os dados alimentarão uma plataforma de Business Intelligence (BI), criada a partir dos diagnósticos, para visualizar e analisar as informações coletadas.

Nessa frente, ao longo do ano, foram realizadas seis visitas a comunidades do Quilombo Kalunga, em Cavalcante, Goiás, para realizar o diagnóstico do potencial agroextrativista do baru na região.

O projeto conta ainda com um plano de comunicação, elaborado em 2024, que tem como meta estruturar e orientar a divulgação das ações e resultados do Baru da Chapada para atingir diferentes públicos.

Agenda cheia

O ano foi de agenda cheia para a equipe do Baru da Chapada, com participação em diversas reuniões, seminários, assembleias e eventos, inclusive culturais, com comunitários e cooperativas, seja por meio do GT Baru ou das organizações parceiras. Como, por exemplo, a VI Festa Nacional do Baru (FENABARU), edição 2024, realizada no município de Arinos, Minas Gerais, em novembro.

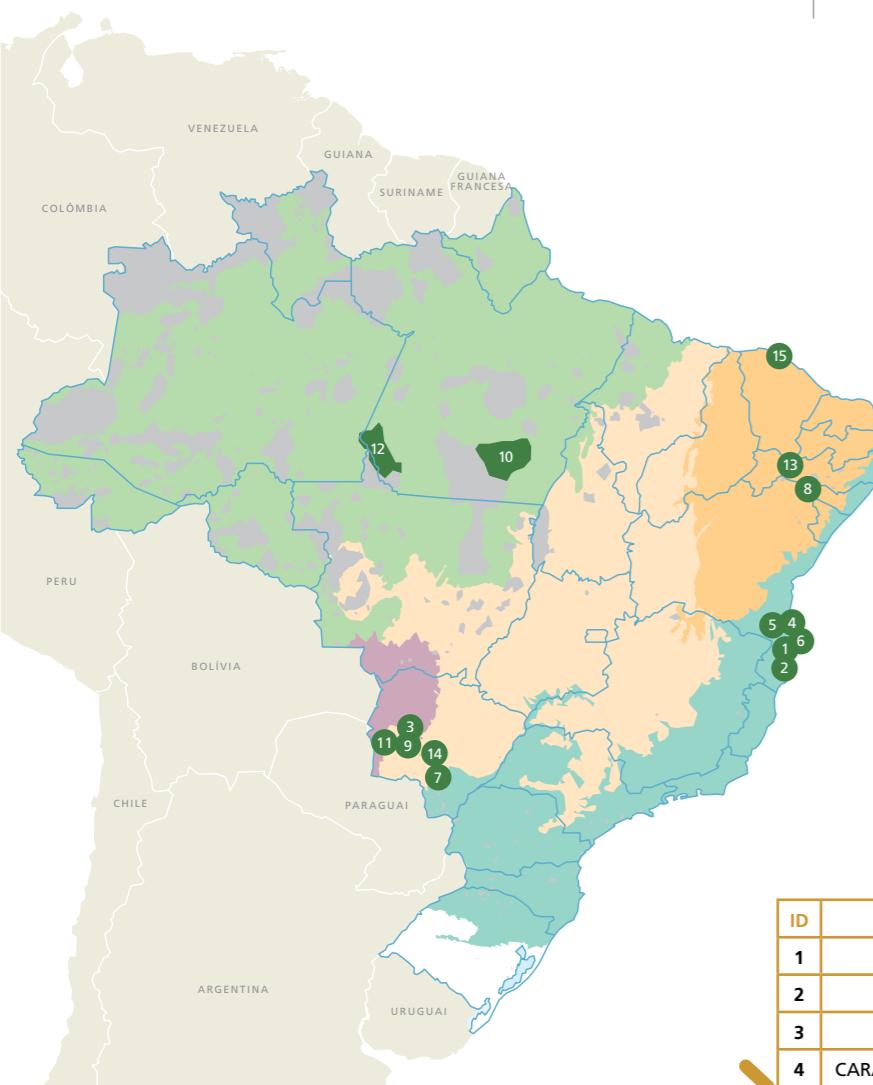


Roda de Beleza Natural, oficina com mulheres extrativistas, quilombolas e agricultoras sobre seus conhecimentos com o uso de plantas nativas do Cerrado para o autocuidado

Adaptação às mudanças climáticas

O contexto cada vez mais crítico das mudanças climáticas agravou o cenário de secas e o impacto dos incêndios no Cerrado, que superaram a média de anos anteriores. A situação levantou um alerta e obrigou a equipe do projeto a recalcular a rota no calendário de mutirões de plantio e adensamento de espécies nativas, previstos inicialmente para junho e setembro. As atividades foram adiadas para novembro e janeiro de 2025, em busca de melhores condições para o êxito dos plantios.

YWy Ipuranguete



TERRAS INDÍGENAS

- TERRA INDÍGENA – YWy IPURANGUETE
- TERRA INDÍGENA



21/06/2024 — *O GLOBO*
Terras indígenas terão apoio financeiro para preservação de florestas e biomas por 5 anos; entenda

Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas

PARCEIROS



GOVERNO



POPOULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

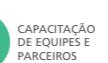
LINHAS TEMÁTICAS



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS



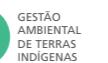
EQUIDADE DE GÊNERO



FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS



GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

NDC ODS



1. PÔR A PONTE 2. CRESCEM. 3. CRESCEM. 4. CRESCEM. 5. CRESCEM.



13. CLIMA E BIODIVERSIDADE 15. ÁGUAS 17. PÔR A PONTE



1. PÔR A PONTE 2. CRESCEM. 3. CRESCEM. 4. CRESCEM. 5. CRESCEM.

BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA
- PANTANAL

ID	TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	ÁREA (HA)
1	ÁGUAS BELAS	PATAXÓ	BA	1.189,06
2	BARRA VELHA	PATAXÓ	BA	8.627,46
3	CACHOEIRINHA	TERENA	MS	36.288,00
4	CARAMURU/PARAGUASSU	PATAXÓ HÁ-HÁ-HÁ	BA	54.105,00
5	COMEXATIBÁ	PATAXÓ	BA	28.077,00
6	COROA VERMELHA	PATAXÓ	BA	1.493,99
7	DOURADOS	GUARANI NHANDEVA, TERENA	MS	3.474,60
8	ENTRE SERRAS	PANKARARU	PE	7.550,09
9	KADIWÉU	TERENA, KADIWÉU	MS	538.535,78
10	KAYAPÓ	KAYAPÓ	PA	3.284.004,97
11	LALIMA	TERENA, KINIKINAU	MS	3.000,21
12	MUNDURUKU	MUNDURUKU	PA	2.381.795,78
13	PANKARARU	PANKARARU	PE	8.377,28
14	TAUNAY/PEGUE	TERENA	MS	33.900,00
15	TREMembÉ DA BARRA DO MANDAU	TREMembÉ	CE	3.580,00

Na defesa dos seus territórios e do seu modo de vida, os indígenas são muitas vezes os principais guardiões da natureza. Essa contribuição foi reconhecida por meio do novo projeto YWy Ipuranguete – Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas, aprovado em junho, durante reunião do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). A iniciativa irá promover a conservação e o uso sustentável de 15 Terras Indígenas brasileiras que cobrem cerca de 6,4 milhões de hectares em cinco biomas — Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica — e beneficiar nove etnias — Kayapó, Munduruku, Kadiwéu, Tere-na, Kinikinau, Guarani Kaiowá, Pataxó, Pankararu e Tremembé — e cerca de 60 mil indígenas. Além disso, um diferencial é que os próprios indígenas serão os protagonistas e executores do projeto em suas comunidades.

A iniciativa receberá cerca de USD 10 milhões do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês), criado em 2023 para apoiar a implementação das metas do Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (Plano de Biodiversidade), sob gestão do GEF.

A implementação será responsabilidade da Agência GEF-FUNBIO, com execução do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e coordenação do Ministério dos Povos Indígenas. Caberá ainda à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) acompanhar as ações nos territórios, por meio das suas unidades descentralizadas.

“Os povos indígenas desempenham um papel vital como guardiões de vastas áreas florestais e outros biomas, conservando a biodiversidade ameaçada e fornecendo serviços ecossistêmicos essenciais, como a água doce. Reconhecemos a sua contribuição crucial para a conservação e estamos empenhados em apoiar os seus esforços.”

CARLOS MANOEL RODRÍGUEZ,
CEO do GEF

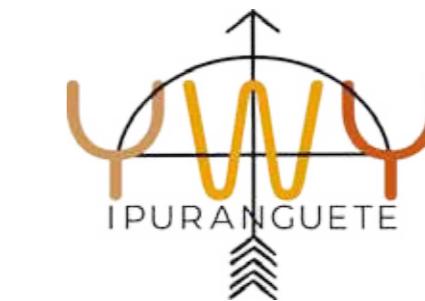
O projeto, que terá duração de cinco anos, atuará em quatro eixos, alinhados à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI): consolidação das Terras Indígenas (TIs) por meio do controle territorial; geração de renda e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis; governança territorial; educação, cultura e governança; e gestão de projetos e de conhecimento.

Entre as principais ações a serem desenvolvidas está a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) nos territórios indígenas beneficiados, tornando-os mais eficazes e capazes de conter o desmatamento e aumentar a resiliência climática dos territórios.

Tudo passará antes pela consulta e envolvimento dos próprios indígenas, que serão os protagonistas em todo o processo para definir as áreas prioritárias de trabalho e as atividades a serem executadas.

Além disso, o projeto contará com uma estrutura de governança, em elaboração, e um comitê gestor da PNGATI, um comitê executivo e comitês locais. Esse desenho organizacional permitirá não apenas maior envolvimento dos povos indígenas em todos os níveis do projeto, mas também a ampla disseminação das ações desenvolvidas e das lições aprendidas.

Em 2025, o projeto dará início às primeiras atividades de consultas e participação dos indígenas para definição das áreas e atividades prioritárias dentro das suas terras.



Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas



ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Conecta Caatinga



O final do ano de 2024 trouxe uma excelente notícia para a Caatinga, com o lançamento do projeto Conecta Caatinga, anunciado em dezembro pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), em Washington, nos Estados Unidos. Doador da iniciativa, o GEF irá investir USD 5,5 milhões para promover a criação de corredores ecológicos que conectem áreas protegidas públicas e privadas, ajudando a garantir o fluxo de animais e plantas, principalmente de espécies ameaçadas. Além da conservação da biodiversidade, o projeto também irá fomentar a restauração ecológica e a recuperação de corpos d'água.

A expectativa é que o Conecta Caatinga beneficiará cerca de 14 mil pessoas em 500 mil hectares, que ajudarão a criar corredores ecológicos entre seis grandes Unidades de Conservação em três estados: Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça (BA), Parque Nacional Boqueirão da Onça (BA), Área de Proteção Ambiental Lago de Sobradinho (BA), Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (BA), Parque Nacional da Serra das Confusões (PI) e Parque Estadual Serra do Areal (PE).

Os corredores irão beneficiar ainda espécies ameaçadas de extinção, como a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), cuja distribuição original é restrita ao sertão baiano e pernambucano. A espécie, extinta na natureza devido ao tráfico de animais silvestres, está em processo

BIOMA



• CAATINGA

Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, Curaçá (BA)

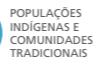
PARCEIROS



GOVERNO



POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



SOCIEDADE CIVIL



RESTAURAÇÃO FLORESTAL



ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



EQUIDADE DE GÊNERO



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ODS



2. ENERGIA SUSTENTÁVEL



5. GÊNERO



13. CLIMA



15. UMA MELHOR MUNICIPALIZAÇÃO



17. PARCERIAS PARA O DESVENDAMENTO SUSTENTÁVEL



SUMÁRIO



Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, Curaçá (BA)

“O projeto reflete a prioridade do Ministério do Meio Ambiente em promover paisagens sustentáveis, integrando esforços em áreas protegidas e seus interstícios. Na Caatinga, isso se traduz na criação de corredores que conectam áreas protegidas, propriedades privadas e territórios tradicionais, demonstrando que a integração desses diferentes espaços é essencial para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.”

RITA MESQUITA,
secretária nacional de Biodiversidade,
Florestas e Direitos Animais do MMA



EM PAUTA

16/12/2024 — UM SÓ PLANETA
Conecta Caatinga: novo projeto destina R\$ 30 milhões para conservação do bioma

A vibrant underwater photograph showing a large, rocky coral reef covered in lush green and yellow coral. A school of blue parrotfish swims in a loose, V-shaped formation across the reef. The water is a deep, clear blue.

103 Readiness AND novo

103 Readiness Oceanos novo

AGÊNCIA CEF FUNBIO

Créditos

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Hara
Larissa Noguchi
Mariana Leopoldo
Mariana Menezes
Thiago Camara

EDIÇÃO

Helio Hara e Thiago Camara

REDAÇÃO

Duda Menegassi

REVISÃO

No Reino das Palavras

PROJETO GRÁFICO

Luxdev – Giselle Macedo

PUBLICADO EM ABRIL DE 2025

AGRADECIMENTO

Às pessoas e instituições que cederam imagens para este relatório.

CAPA

Foto de drone da vegetação do Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, Curaçá (BA). Foto: Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 3

Foto: Arquivo pessoal

PÁGINA 4

Foto: Zô Guimarães/FUNBIO

PÁGINA 13

Janeiro

Foto acima: Monumento Natural das Ilhas Cagarras. Divulgação/ICMBio
Foto abaixo: Diálogos pelo Clima em Belém-PA. Liliane Moreira/FUNBIO

Fevereiro

Foto acima: Claude Gascon e Adriana Moreira (GEF) e Rosa Lemos de Sá em cerimônia no GEF, em Washington-EUA. GEF
Foto abaixo: Reunião do Conselho do GEF. GEF

Março

Foto: Alex Ribeiro/Agência Pará

Abril

Foto acima: Divulgação RPPN Serra
Foto abaixo: Divulgação IEB

Maio

Foto: SOS Sertão

Junho

Foto acima: Andreia Martins/AMLD
Foto abaixo: José Isaac Ursolino/ICMBio

PÁGINA 14

Julho

Foto acima: Thaís Mallon/FUNBIO
Foto abaixo: Helio Hara/FUNBIO

Agosto

Foto acima: Mariana Almeida/FUNBIO
Foto abaixo: Larissa Noguchi/FUNBIO

Setembro

Foto acima: ITPA

Outubro

Foto acima: Luciano Malanski/FUNBIO
Foto abaixo: Victor Moriyama/FUNBIO

Novembro

Foto: Rodolfo Marçal/FUNBIO

Dezembro

Foto: Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 25

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 26

Foto Ana Maria: Arquivo pessoal
Foto Cristiane: Marcia Foletto/O Globo
Foto Jaisa: Joaquim Lima/FUNBIO

PÁGINA 27

Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 28

Fotos: FUNBIO

PÁGINA 29

Fotos: Arquivo pessoal

PÁGINA 30

Reprodução do YouTube

PÁGINA 32

Foto meramente ilustrativa: Felipe Werneck/MMA

PÁGINA 33

Foto à esquerda: FUNBIO
Foto à direita: Fernanda Marques/FUNBIO

PÁGINA 34

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 35

Foto à esquerda: Equipe FEST/UFES
Foto à direita: Lorrane Monteiro/Fundação Guamá

PÁGINA 37

Foto à esquerda: SOS Sertão
Foto à direita: Marcos Pinheiro

PÁGINA 38

Foto à esquerda: Victor Moriyama/FUNBIO
Foto à direita: Mariana Almeida/FUNBIO

PÁGINA 39

Foto: MMA

PÁGINA 40

Foto à esquerda: Thomaz Pedro/FUNBIO
Foto à direita: FUNBIO

PÁGINA 41

Foto à esquerda: Amanda Costa
Foto à direita: Liliane Moreira/FUNBIO
Reprodução capas.

PÁGINA 42

Foto meramente ilustrativa.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 43

Foto 1: Divulgação Guerreiras da Floresta
Reproduções do YouTube e do site do FUNBIO

PÁGINA 44

Foto à esquerda: Alexandre Ferrazoli/FUNBIO
Fotos à direita: FUNBIO

PÁGINA 45

Foto: Leo Francini/FUNBIO

PÁGINA 46

Foto: Guilherme Dutra
Foto: FUNBIO

PÁGINA 47

Fotos: Leo Francini/FUNBIO

PÁGINA 49

Foto: Thiago Camara/FUNBIO

PÁGINA 50

Foto: Divulgação Projeto ECOA

PÁGINA 51

Fotos: Samuel Portela

PÁGINA 52

Foto à esquerda: Yuri Cruvinel/FUNBIO
Foto à direita: Erika Polverari/FUNBIO

PÁGINA 53

Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 54

Fotos: Naiara Jinknss

PÁGINA 55

Foto: Naiara Jinknss

PÁGINA 57

Foto 1 (indígenas): REM MT
Foto 2 (agricultor quilombola): Márcio Camilo/REM MT

PÁGINA 58

Foto à esquerda acima: REM MT
Foto à esquerda abaixo: ADERJUR
Fotos à direita:
Foto: Agricultoras, artesãs. Fernanda Fidelis/REM MT
Foto indígena com castanha: ADERJUR
Foto mulher produtora rural. Vitória Lopes/REM MT

PÁGINA 59

Fotos lado esquerdo:
Reprodução YouTube
Foto à direita: Instituto Kuradomodo

PÁGINA 60

Foto meramente ilustrativa
Foto 1: Lucas Landau/FUNBIO
Fotos à direita: FUNBIO

PÁGINA 61

Fotos à esquerda e à direita:
Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 63

Fotos: Yuri Cruvinel/FUNBIO

PÁGINA 64

Foto: Luiz Thiago de Jesus/AMLD

PÁGINA 65

Foto micos sendo observados: Luiz Thiago de Jesus/AMLD
Foto visitação: AMLD

PÁGINA 66

Fotos à esquerda e à direita: FUNBIO

PÁGINA 67

Fotos: Conservação Internacional/Nico Ferri

PÁGINA 68

Foto: Rede Oceano Limpo

PÁGINA 69

Fotos meramente ilustrativas.
Foto à esquerda: Victor Moriyama/FUNBIO
Foto à direita: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 70

Foto meramente ilustrativa.
Victor Moriyama/FUNBIO

PÁGINA 71

Fotos meramente ilustrativas.
Fotos: Marizilda Cruppe/FUNBIO

PÁGINA 73

Foto: Consórcio da Amazônia Legal

PÁGINA 74

Foto da Praia Grande da Cajaíba.
Rede Nhandereko

PÁGINA 75

Foto à esquerda: CONFREM
Foto à direita: Thiago Camara/FUNBIO

PÁGINA 76

Foto à esquerda acima: 5 Elementos
Foto à esquerda abaixo: Joaquim Lima/FUNBIO
Foto à direita: Divulgação ACAAM

PÁGINA 77

Foto: Juliano Januário

PÁGINA 78

Foto acima: Navio Ciências do Mar III
Foto abaixo: Joaquim Lima/FUNBIO
Foto à esquerda: Joaquim Lima/FUNBIO

PÁGINA 79

Foto: Rede Nhandereko

PÁGINA 80

Foto à esquerda acima e abaixo:
Divulgação ICMBio
Foto à direita: Reprodução Museu Vivo Caiçara

PÁGINA 81

Foto à esquerda: Raphael Teixeira
Foto à direita: Megacost

PÁGINA 82

Foto à esquerda: Elenise Sipinski

Foto à direita: Meros do Brasil

PÁGINA 83

Foto: INEA

PÁGINA 84

Foto à esquerda: INEA
Foto à direita: Josiane Santana

PÁGINA 85

Foto: Nitro Histórias Visuais

PÁGINA 86

Foto: Gustavo Baxter

PÁGINA 87